

MOVIMENTO SOCIALISTA

Agripino Soares Thomaz:
VERSO E REVERSO DO DESENVOLVIMENTO

*

L. Vidali:
A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

*

Eurico Mendes:
MARXISMO OU APOLOGETICA
NACIONALISTA

*

Isaac Deutscher:
A TRAGEDIA DO COMUNISMO
POLONES

*

Rosa Luxemburg:
ESTANCAMENTOS E PROGRESSOS
DA DOUTRINA

1

Nº 1

*

RIO DE JANEIRO

*

Ano I

MOVIMENTO SOCIALISTA

Revista Independente

1.º de julho de 1959

Ano I N.º 1

Rio de Janeiro

Diretor: Luís Alberto Dias Lima

Redação e Administração :

Av. 13 de Maio, 23 — 9º — s/922

As Razões e a Missão do "Movimento Socialista"

ESTA revista vem a público em cumprimento de uma tarefa inadiável e intransferível: a de divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios do materialismo histórico e do socialismo científico.

Esta a missão que deve cumprir MOVIMENTO SOCIALISTA. É uma incumbência que decorre diretamente da luta já secular do movimento operário brasileiro, experiência inestimável que nos cabe resguardar e preservar, estudar e elaborar teoricamente. É imposta pelo império do desenvolvimento histórico do país em que, nos últimos tempos os efetivos do exército do trabalho vem crescendo à razão de meio milhão de assalariados por ano.

Os acontecimentos que se desenvolvem presentemente, no Brasil, caracterizam a passagem para uma nova situação. Todas as classes que compõem a sociedade brasileira vivem um processo objetivo de mudança, de transformação. Elaboram e revêem suas concepções, seus programas a curto e longo prazo, armam-se ideologicamente e tratam de munir-se do melhor instrumental teórico a seu alcance para assegurar seus interesses e seu futuro. Estamos profundamente convencidos de que a classe operária, para não fracassar na luta por seus objetivos específicos, para não ser arrastada a reboque como simples massa de manobra e não servir de pedestal para os triunfos e êxitos da burguesia, para não se perder na mesquinhez e na estreiteza de uns pobres e limitados objetivos imediatistas e não ser obrigada a contentar-se com as migalhas e concessões do poderio crescente da burguesia nacional — enfim para que a classe operária brasileira possa desempenhar o papel que lhe cabe, tanto nacional como internacionalmente, ela não pode continuar privada de sua própria ideologia de classe: o marxismo.

Por mais complexa que seja a situação, por mais peculiares e específicas que sejam as condições do desenvolvimento histórico, econômico e político do país — nossa convicção é de que o motor da história é a luta de classes. MOVIMENTO SOCIALISTA propõe-se, portanto, realizar, tentá-lo ao menos, algo essencial e vital que está faltando ao proletariado brasileiro: um órgão que desenvolva e aprimore sua consciência de classe.

A formação do pequeno grupo que se dispôs a enfrentar as dificuldades e insuficiências atuais e futuras para empreender este cometimento tem também a sua crônica — reproduzindo, em suas linhas mais importantes e nas devidas proporções, o mesmo processo geral que sacode o pensamento e o movimento marxista em todo o país. Como é do conhecimento público, verifica-se em toda parte um profundo processo de ruptura, de diferenciação, de dispersão e reagrupamento, de dissolução e instabilidade orgânica, de reaglutinação e busca de novas soluções associativas que identificam a profunda crise que atinge a tudo e a todos que ainda pretendam manter-se ao abrigo da bandeira do marxismo. Faze-

mos parte deste processo e pretendemos atuar nêle, influir positivamente no seu desfecho.

Embora a característica geral da situação presente seja a negação e a condenação do stalinismo, a confusão ainda reinante permite a camuflagem, a presença mais ou menos encapuçada das mais sórdidas manobras de feição e inspiração stalinista, essa adulteração vergonhosa, degeneradora e degenerada do partido operário revolucionário. Mesmo para homens e partidos, como o oportunista Luiz Carlos Prestes, responsável com seu "partido" pelas ignomínias que há quase trinta anos se praticam, no Brasil, em nome do marxismo, para os quais só é verdadeiro e científico o que vem sacramentado pela alta burocracia do Partido Comunista da União Soviética, ainda não houve tempo de uma atitude, tímida que fôsse, em face do XX Congresso do PCUS. No capítulo do stalinismo, as águas não estão ainda suficientemente divididas. A chamada "renovação", que tão bem soube desincumbir-se da ruptura inicial, não teve fôlego para completar o trabalho e abrir novas perspectivas. Não lhe cabe culpa, por isto. Mas os fatos atuais, que são História, a punirem com a cisão e a dispersão, vitimando-a com os males que estão desagregando e impedindo a estabilização de todos os agrupamentos que surgem, se recompõem, se destroçam e se reagrupam continuamente.

A OUTRA batalha que se trava é aquela entre as concepções em choque a respeito do destino e dos objetivos do debate que se trava. Surgiu a contradição entre os "estritos" e os "amplos". A pretexto de amplitude, pretende-se em certos círculos enrolar a bandeira do marxismo, cessar a propaganda das idéias do socialismo científico, conviver de tal forma com as correntes progressistas não-marxistas, levar a frente única a tal ponto que cessem praticamente tôdas as fronteiras e distinções de classe. Rejeitamos essa "amplitude" como adesão pura e simples. Para aderir não precisamos do marxismo para nada e a burguesia, de sua parte, não precisa de nós que ela já tem e forma seus próprios ideólogos. Por "estreiteza", passou a entender-se a decisão de manter, vigilante e rigorosamente, as posições de classe do proletariado no seio do movimento antiimperialista comum, a convicção da necessidade de levar às massas, em geral, e à classe operária, em particular, as idéias, as teses e os princípios do marxismo, a disposição de reivindicar à luz do dia os direitos legítimos da existência aberta e franca de uma corrente de pensamento representativa do materialismo dialético em nosso país.

No terreno prático, a discussão se cristalizou na questão do caráter da revista *Uma das tendências*, a sedizente "ampla", pugnava pela criação de uma revista aberta a tôdas as correntes avançadas, inclusive os marxistas, mas sem dar um caráter marxista ao futuro órgão. A outra, erroneamente qualificada de "estreita", lutou pela fundação de uma revista marxista. A separação tornou-se inevitável, útil e necessária. No voto de que resultou a fundação de MOVIMENTO SOCIALISTA, retificando a distorsão dos conceitos de "amplitude" e "estreiteza" dissemos:

"A nossa discussão chega ao seu ponto culminante. E' chegado o momento de decidir sobre o caráter da revista que pretendemos lançar. Trata-se, portanto, de precisar com a maior clareza uma posição ideológica. A êste respeito, julgamos útil e necessário definir o nosso ponto de vista:

1 — A tarefa que nos propomos é a de fundar uma revista, aberta e francamente marxista.

Compreendemos os conceitos políticos de "estreiteza" e "amplitude" dentro do marco de um órgão marxista. Por *estreiteza* a tendência monopolística de uma ou outra corrente do pensamento marxista, negando oportunidade e direito a participar do espaço disponível da revista às demais correntes e nuances. Seria o caso de uma odiosa discriminação contra partidários dos mesmos princípios teóricos gerais, mas que divergem nas questões de interpretação, ampliação ou de desenvolvimento da teoria ante fatos e condições históricas novas. Por *amplitude* entendemos a mais completa liberdade de debate, a ausência de discriminações monopolistas e a vigilância contra essas discriminações. E mais: a disposição e o trabalho efetivo no sentido de atrair e valorizar publicações (artigos, notas, comentários, críticas, etc.) de autores não marxistas que desejem discutir ou polemizar com marxistas do nosso ou de outros países.

Somos partidários da *amplitude*.

2 — Desejamos acentuar que, embora partidários da ação comum e mesmo da atividade organizada em comum com grupos, entidades ou pessoas de outras tendências e de diferentes pontos de vista, consideramos indispensável a existência de um órgão especificamente marxista. Somente assim, estamos convencidos, poderemos dar a nossa contribuição para o desenvolvimento e aplicação independente dos princípios marxistas à realidade de nosso país. De outro lado, consideramos de essencial importância acentuar que "frente única", "ação comum" não podem significar jamais adesão ou adaptação ideológica às posições dos aliados. A revista marxista deve constituir-se, simultaneamente, no penhor de nossa lealdade nos acordos e na salvaguarda de características ideológicas que queremos aperfeiçoar e cultivar (por isso estamos dispostos a um grande esforço para assegurar a existência da revista) e não amortecer e apagar.

3 — Sendo assim, não se trata, no caso, de discutir posições táticas, de ação política. Nossa posição não é contra contatos e entendimentos com quem quer que seja. Nossa posição é pela afirmação — tanto mais poderosa e influente quanto mais capazes formos de fazê-la — da existência de uma corrente de pensamento marxista no Brasil, de reivindicação do reconhecimento deste direito democrático de existir e atuar no país. Deixemos à reação a preocupação de negar-nos o direito de ser marxista. Não renunciamos a esse direito.

4 — A participação em uma revista marxista não implica, em hipótese alguma, em alheamento nosso de quaisquer outras publicações em que seja possível a qualquer um de nós atuar em defesa da democracia, do progresso, da liberdade, da paz, da independência nacional, etc.

5 — Embora, por definição, já que queremos fazer a propaganda do marxismo, nos preocupamos com a maior circulação possível da revista, a perspectiva atual de limitações e dificuldades, numa difusão mais apreciável não pode ser valorizada em sentido negativo, contra a publicação da revista. Somos de opinião que a questão atual é viável no momento, porfiando sempre por ampliá-la.

6 — Finalmente, somos de opinião que, a não ser para a publicação de um órgão marxista, não se justificariam os esforços e sacrifícios para o lançamento de uma revista. Este é o nosso voto".

NO que ficou dito acima, julgamos necessário acrescentar um ponto que nos parece de importância essencial. É o que se refere à independência deste MOVIMENTO SOCIALISTA. Nesta questão existem dois aspectos a respeito dos quais é indispensável a maior clareza. O primeiro se refere às vinculações orgânicas desta revista. Antes de tudo ela não é obra de um grupo homogêneo. Não são pequenas as diferenças e controvérsias no seio de seu grupo fundador. O ponto comum de coesão está no voto antes transcrito. Como órgão de publicidade, MOVIMENTO SOCIALISTA não se liga e não responde pela orientação de qualquer organização ou grupo existentes no Brasil. E muito menos se vincula a grupos, partidos ou correntes existentes no estrangeiro. Existimos para debater e propagar idéias e não como porta-vozes de ninguém, pessoa ou organização.

O outro aspecto se relaciona com o caráter crítico e polêmico próprio de uma revista marxista. Particularmente agora, a defesa do marxismo exige "limpar as

estrebarias de Aguas". Não nos deteremos ante o terrorismo ideológico da calúnia organizada e erigida em método político. Não vacilaremos em desmascarar as traições ao proletariado e à sua teoria revolucionária. Nossa crítica é uma crítica de esquerda, do ângulo marxista, do ponto de vista dos interesses permanentes da classe operária. Assim, fique bem claro que a nossa denúncia de reboquismo, de adesão às posições burguesas em que se esmeram certos "comunistas" jamais será feita para desmoralizar e negar os direitos de existência ao comunismo. Combatemos sem tréguas o que nos parece errado e funesto no que dizem e fazem (e cada um é o que faz, é medido pelas suas ações) e não pelo que dizem que são e pretendem ser. Nossa crítica à burocracia soviética, que já se revelou tão cruel e homicida, é dirigida por ser burocracia e não porque seja soviética.

Temos a noção perfeita de que podemos ficar entre os fogos de duas hostilidades — a do dogma e a da revisão. Isso não será novo. Ambas sempre se auxiliaram mutuamente. De nossa parte, depositamos a confiança do êxito da iniciativa, no apoio dos adeptos do materialismo dialético aos quais oferecemos um instrumento de aproximação, de discussão e debate, de intercâmbio e entendimento. Esta é a tarefa imediata que nos cabe a todos, na conjuntura atual. Depois de cumpri-la, será mais fácil realizar o resto.

Notas e Comentários

PERSPECTIVA DA OPA

Realizou-se em Buenos Aires a segunda reunião do Comitê dos 21 da Operação Pan-Americana. O chefe da delegação norte-americana, Thomas Mann, manifestou em termos calorosos a sua satisfação com o decorrer e os resultados dos trabalhos. As delegações latino-americanas, apesar de certas ressalvas expressas, entraram no côro do otimismo oficial. A nota pública de discordância foi fornecida pelo delegado cubano, que se recusou a assinar a Declaração Final da Conferência, obrigando a última reunião plenária a transformar o documento em simples Comunicado Final, para poder conservar a ficção da unanimidade pan-americana.

Embora as reações dos latino-americanos não fôssem tão bruscas como a do representante cubano, (que teve de levar em conta as paixões despertadas em seu país por uma recente guerra civil), a maioria dos delegados não escondeu que os resultados do conclave ficaram aquém das expectativas. Augusto Frederico Schmidt parece ter expressado a opinião geral quando, num telegrama ao ex-presidente colombiano Lopez, afirmara em linguagem diplomática que a reunião permitiu progressos "porém menos amplos do que esperávamos e dos que são necessários para alcançar nosso objetivo, que é o de salvar a América Latina do mesmo destino a que foram submetidas enormes regiões da Ásia, que hoje procuram libertar-se com duros sacrifícios".

★

Para compreender melhor as decepções da nossa burguesia nacional e suas preocupações com o futuro do Continente, convém voltar brevemente às origens e finalidades da OPA.

A Operação Pan-Americana foi lançada no ano passado, num momento em que as relações entre o imperialismo norte-americano e os povos da América Latina atingiram seu nível mais crítico nos últimos trinta anos. A irreverente recepção prestada ao vice-presidente dos Estados Unidos em países latino-americanos foi uma advertência pública, compreendida em Washington. O "quintal" estava apresentando sintomas de inquietação e uma revisão da atitude política norte-americana se impunha, para evitar um agravamento da situação.

A mesma conclusão chegaram as burguesias nacionais latino-americanas. Fortalecidas pela expansão industrial durante e depois da guerra, adquiriram mais auto-confiança e julgaram ter chegado a hora de exigir, em vez de pedir. Ao mesmo tempo estavam preocupadas, seriamente, com o aprofundamento das contradições de classe e a instabilidade interna, características de países que realizam tardiamente um processo de industrialização limitada, como apêndice de economias imperialistas e sem perspectivas de solução para os problemas sociais. A Operação Pan-Americana, como foi apresentada pelo Governo Brasileiro ao Comitê dos 21, em Washington, reflete nitidamente essa preocupação da classe dominante.

Quais as medidas propostas para superar essa situação de crise latente?

A equipe de economistas, encarregada da elaboração dos planos político-econômicos, recomenda duas possíveis metas para solucionar os problemas mais urgentes da América Latina: a) a elevação do atual nível de renda *per capita* de 256 dólares para 480 dólares até 1980, ou b) antecipar para 1974 a obtenção desse nível. Como se vê não se trata de objetivos demasiado pretenciosos. Na primeira das hipóteses pretende-se um aumento de menos de 100% na renda *per capita* nos próximos 21 anos; na outra, a mais otimista, esse aumento deve ser realizado nos próximos 15 anos. Tais projetos não prevêm a superação do *status* do subdesenvolvimento, pois se a economia mundial capitalista se desenvolver em padrões tão favoráveis que permitam a realização da meta em 1980, por exemplo, a renda *per capita* nos Estados Unidos, que hoje orça aos 2.433 dólares, aumentará para 3.812 naquele ano, conforme as previsões dos autores do plano. Continuaríamos subdesenvolvidos na próxima geração.

Isso, entretanto, não esgota o problema. Outra questão é como chegar à meta. O estudo do plano apresentado em Washington salienta que o produto nacional bruto (PNB) dos países subdesenvolvidos não ultrapassa uma média de 2,5% por ano. No caso do Brasil, cuja população cresce igualmente de 2,5% por ano, a expansão média basta para evitar um empobrecimento absoluto. O empobrecimento relativo se dá automaticamente em relação aos países industrializados, onde a média de crescimento anual é de 4,5% (3% nos Estados Unidos e

10% na União Soviética). Significa isso que a distância entre os países subdesenvolvidos e os industrializados cresce continuamente nas atuais condições da economia mundial.

Essa taxa de crescimento do PNB, evidentemente, não é suficiente para alcançar as metas da Operação Pan-Americana. Para atingi-las em 1980 — tomamos como base a versão mais modesta — o plano calcula ser indispensável uma taxa de crescimento mínimo de 5,5% ao ano. É essa uma "taxa elevada, mas historicamente alcançada no após-guerra pela economia brasileira", declararam os autores do plano, após assinalar que, para repetir o fenômeno, seria preciso que a economia nacional (e mundial subentende-se) se desenrolasse nos próximos 21 anos "sem experimentar severas flutuações cíclicas", embora essa probabilidade seja hoje bastante remota "sobretudo em virtude da deterioração das relações de trocas no setor externo da economia".

Em outras palavras, seria necessário, para atingir a meta mais modesta de 1980, que a economia capitalista global se desenvolvesse durante duas décadas sem crises cíclicas e numa prosperidade prolongada, como só a conhecemos nos anos do após-guerra, quando o mundo procurou refazer-se das feridas, da destruição e do desgaste massivo do parque produtivo. É evidente, que os próprios autores do plano, economistas formados, não acreditam em tal fenômeno e seu pessimismo transparece a cada página do trabalho.

Quais são então as perspectivas reais da OPA, os remédios que a nossa burguesia propõe para atingir as metas e que não constam nos estudos econômicos? Fidel Castro o revelou com uma falta de pudor, que chocou os diplomatas reunidos em Buenos Aires: dólares, empréstimos, auxílio oficial norte-americano. Trinta mil milhões de dólares em 10 anos resolveriam os problemas mais urgentes.

Isso os americanos não estavam dispostos a dar e antes que Thomas Mann pudesse expor as vantagens dos investimentos particulares, como fonte de auxílio ao desenvolvimento, a delegação cubana retirou a resolução. A Conferência sentiu um alívio, pois não estava preparada para enfrentar questões tão concretas. Ninguém, todavia, duvidava de que tal fosse a essência do problema, — a solução burguesa para o desenvolvi-

mento da América Latina. "A fim de que sejam preservados os supremos valores da cultura ocidental", como reza o comunicado final da Conferência, o imperialismo americano teria de fazer concessões financeiras. Em outras palavras, tinha de retribuir o apoio que a burguesia latino-americana lhe estava prestando no cenário mundial.

★

E se — o que continua improvável — Washington fizer as concessões desejadas, e se forem salvos os valores da cultura ocidental no Continente, quais são as perspectivas que se nos oferecem? Uma meta de 480 dólares de renda, por cabeça de habitante latino-americano, a ser atingido entre 1974 e 1980. Em que implica isso na prática?

A Venezuela tem hoje uma renda *per capita* de 540 dólares, isto é, mais do que a prometida pela OPA. Significa isso que a Venezuela tenha deixado de ser um país subdesenvolvido? Evidentemente, não. Essa renda fictícia não chega a ser consumida ou acumulada na Venezuela. Tirando a parte que cabe à burguesia venezuelana, ela se evade anualmente, em forma de remessas de lucros das empresas monopolistas, para os Estados Unidos, onde ajuda a formar a renda *per capita* que os nossos economistas tanto invejam. Os operários e camponeses venezuelanos continuam com um dos níveis de vida mais baixos do mundo.

É essa a perspectiva real que a Operação Pan-Americana está oferecendo. Ou aceitamos a ajuda financeira dos Estados Unidos — e ajuda capitalista significa exploração capitalista — ou enfrentamos o espectro da relativa estagnação econômica que, em momentos da crise cíclica poderá se tornar absoluta. De uma coisa podemos ter certeza: o imperialismo não investirá capitais, públicos ou particulares, numa economia que não seja "livre", isto é, que não garanta a transferência de lucros, que são alma e força motriz da economia burguesa. Os autores da OPA têm plena consciência desse fator.

A outra alternativa, a única real para vencer o subdesenvolvimento, ultrapassa o quadro da economia capitalista. Ela se encontra no desenvolvimento socialista das forças produtivas da América Latina. Também desse fato a nossa burguesia tem plena consciência. O que falta é que os socialistas a transmitam à classe operária do Continente.

ENCAMPAÇÃO DA CEERG

A encampação da filial do truste americano Bond and Share, no Rio Grande do Sul (Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense, Pôrto Alegre e Canoas) é o primeiro e mais sério sintoma, no terreno político, das mudanças que amadurecem no sistema de forças vigente no país. Longamente preparado, desde o governo Walter Jobim, que lançou o "Plano de Eletrificação", o ato do atual governo trabalhista do sr. Leonel Brizolla, ao lado de sua evidente significação econômica, tem um especial e predominante valor político, como um desafio aberto a um truste americano.

Do ponto de vista prático, ao passo que demonstra espírito e capacidade de iniciativa de um setor da burguesia (a média e pequena burguesia), oferece ao nacionalismo um novo ponto de apoio material e concreto ao lado da Petrobrás, alargando consideravelmente seu campo direto e imediato de ação. Politicamente, representa mais do que a instituição do monopólio estatal do petróleo e que é, na realidade, um semi-monopólio pois a Petrobrás deixa aos trustes a comercialização dos derivados do petróleo e a indústria petroquímica. É mais do que a Petrobrás porque esta, afinal de contas, apenas pretendeu tirar aos trustes o que estes deixavam para exploração ulterior, como reserva, no subsolo de um país por eles controlado. Golpe mais profundo, a encampação da CEERG com as características gerais de uma expropriação, toma aos trustes a posse e a gestão de equipamentos instalados, em pleno funcionamento e produzindo os habituais e gordos dividendos.

No campo da política externa, isto é, das relações das classes dominantes com os trustes imperialistas, trata-se de um acontecimento mais efetivo do que a Operação Pan-Americana que ainda permanece no campo dos altissonantes discursos e só muito lentamente e de modo muito vago e restrito acena com uma redistribuição do botim latino-americano entre os monopólios imperialistas e as burguesias nacionais. Neste caso, passou-se diretamente à apropriação de um dos elos mais importantes da cadeia imperialista, norte-americana, no vital setor energético. O esquema dos trustes da eletricidade, Light e Bond and Share, era o de forçar, pelo racionamento, a construção de usinas e barragens pelos governos federais e estaduais para, em seguida, colher as

vantagens da distribuição do acréscimo da energia produzida. Assim, os trustes deixaram de ser investidores, para se tornarem varejistas de eletricidade. É o que acontece, por exemplo, com a eletricidade de Paulo Afonso e vinha acontecendo, em Pôrto Alegre, onde a CEERG vendia energia da Comissão Estadual de Energia Elétrica, auferindo lucros fabulosos sem inverter um centavo de capital fixo. Esse esquema acaba de receber o primeiro impacto e de demonstrar que ele cria a força capaz de devorá-lo. Se tomarmos em conta que existem reivindicações e campanhas semelhantes às do sul em Belo Horizonte, Bahia, Recife e outros pontos importantes, poderemos avaliar todo o alcance da medida e sua repercussão em âmbito nacional. É também exato que tais movimento investem particularmente contras as filiais e subsidiárias da Bond and Share, poupando a Light. Isto é um sinal de que, também nesse caso, o movimento nacionalista encobre a rivalidade e a concorrência entre os trustes de vinculações diferentes. Entretanto, é óbvio que, à vista da experiência viva, a Light tem motivos para sérias apreensões.

No terreno da política interna, o ato do governo Brizolla sacode de alto a baixo toda a estrutura partidária existente e isso às vésperas do estabelecimento de nova combinações eleitorais para o próximo pleito presidencial. Esta é uma questão diante da qual cada classe é chamada a tomar posição não somente através de discursos e plataformas, mas da ação concreta e quotidiana. A colcha de retalhos dos partidos existentes está em cheque. Por isso mesmo, à exceção da ingênua manifestação de solidariedade do Partido Socialista Brasileiro, nenhum outro partido como tal, nem mesmo o Partido Trabalhista a que pertence Brizolla, se atreveu a uma tomada de posição. Não podem fazê-lo (e seu drama está em que não poderão deixar de fazê-lo) sem enfrentar sérias e profundas divisões internas. Mas quando os partidos, superados e obsoletos na sua estrutura e ideologia, são forçados a um silêncio agônico, as classes sociais manifestam-se por meio de outros instrumentos de expressão política.

Nessa ordem de coisas, vemos que as organizações representativas da pequena e média burguesia (como o Clube Militar e as entidades universitárias) são claras e incisivas no apoio à encampação, enquanto aquelas da alta burguesia co-

mercial e industrial (como as Confederações Nacionais do Comércio e Indústria) passam a opor-se violentamente à encampação da subsidiária da Bond and Share. O PSD, a UDN e o PTB, muito provavelmente, poderão preservar a sua "unidade" na opção final pelas candidaturas Lott, Jânio, Jango ou Juraci. Mas diante deste novo problema — e que não é o único — jamais poderão escapar à discórdia interna e à divisão.

Aos socialistas, como expressão política e militante dos interesses permanentes da classe operária, apresenta-se também o mesmo problema de luta interna entre as posições independentes de classe e o reboquismo adésista do socialismo pequeno-burguês, adocicado e colorido como xarope de framboesa. Vemos, no Rio Grande do Sul, que o governador guarda a greve geral como arma estratégica a ser empregada no momento conveniente e por ele escolhido. A greve foi adiada porque Brizolla já tinha obtido a suspensão da medida liminar que devolve a CEERG à Bond and Share. Ficou engarrada, em conserva, para o choque decisivo que não poderá ser vencido, todos o sabem, sem a luta e sacrifício da classe operária.

Ao proletariado interessado, isto é evidente, a luta é o triunfo sobre a dominação imperialista. Mas não se trata de luta e triunfo em abstrato ou apenas contra quem. Luta a favor de quem? Triunfo em benefício de quem? Reforçamento político de quem? A classe operária não pode ser meramente caudatária, força de apoio e de reserva, trampolim e escada. Ela tem seus objetivos específicos, de classe. Não se trata, para o proletariado, pura e simplesmente de mudar de patrão, de nacionalidade do explorador. Qual a composição da Comissão Estadual de Energia Elétrica? A quem toca a gestão do acervo encampado da Bond and Share? Qual o grau de participação e autoridade do Sindicato dos trabalhadores da empresa encampada na nova situação?

Aqui surgem em primeiro plano as reivindicações operárias consubstanciadas na cogestão das empresas estatais por meio de delegados eleitos e responsáveis perante a assembleia sindical que poderá destituí-los. Ao participar da luta ant imperialista, os trabalhadores necessitam erguer a bandeira do controle operário porque através de todas as ações e alianças eventuais o problema central e básico é a organização e educação do

exército do trabalho e de todas as forças de vanguarda que a ele aderem para sua grandiosa e intransferível missão histórica — o socialismo.

REVISIONISMO, ECONOMISMO, REBOQUISMO

Uma nova campanha por aumento de salários movimentou os trabalhadores do chamado grupo Light (eletricidade, gás e telefones no Rio e em São Paulo), mobiliza os planejadores, contabilistas e advogados administrativos do truste, renova o papel "conciliador" do indefectível Departamento Nacional do Trabalho, em cujas mesas redondas se vem produzindo, no ritmo e na seqüência já muito conhecidos, o já esperado e inevitável impasse. Os trabalhadores vêem suas reivindicações rejeitadas. O truste faz uma contra-proposta, para menos e que os representantes sindicais rechaçam, por sua vez. Dois sindicatos vêem a advertência de que não é mais possível "conter" as assembleias e que, não havendo aumento, será cumprida a decisão de greve em todas as empresas do grupo à zero hora de primeiro de junho próximo. Do lado patronal, como habitualmente, o inflexível aviso de que a elevação salarial não poderá ser efetuada sem a correspondente majoração das tarifas. Apesar das variantes, o enredo e o desfêcho da contenda já são previamente conhecidos: aumento de tarifas em nome do aumento de salários, passando pela greve, pelo dissídio "ex officio", julgamento e decisão urgentes da Justiça do Trabalho. Tudo para "conter" os trabalhadores.

Em outro setor da produção, por exemplo, a indústria de calçados no Rio Grande do Sul, também se movimentam os sindicatos operários, colocando ante o governo um grave problema social: a ameaça de desemprego em massa. Os donos das fábricas lutam com falta de matéria prima, pois os couros são exportados e fazem falta à indústria local; sofrem de carência de capital de giro, pois a política financeira do governo restringe o crédito. Então, sob a bandeira da luta contra a desocupação forçada, os sindicatos são lançados à arena para reivindicar matérias primas, em fartura e condições aceitáveis, e crédito para os fabricantes de sapatos, botas e chinelos. A campanha se faz para "proteger" os interesses dos operários e suas famílias, deixando esfumado num segundo plano, em hábil prática de "relações humanas"

os objetivos e interesses do Capital — o que se protege é o Trabalho.

Esses dois exemplos são tomados do noticiário corrente dos jornais. Não são casos isolados. Com as naturais variações, poderíamos alinhar casos iguais no essencial, às centenas e milhares, ao longo dos últimos dez ou quinze anos. Trata-se de uma tendência bem definida, aperfeiçoada por uma experiência que aprimorou todo um método e fixou uma norma, uma praxe — a de colocar o movimento sindical a serviço dos capitalistas. Os dois exemplos citados foram selecionados como expressão prática das duas formas principais através das quais se manifesta a mesma tendência.

No primeiro caso, a ação assume um aspecto aberto e ostensivo de luta contra a Light. É verdade que o "polvo" necessita da campanha salarial, para munir-se de um "argumento" social, trabalhista, como alavanca para a obtenção do aumento das tarifas, sempre maior do que a elevação dos salários. Para a Light, trata-se de mais uma operação de sua "indústria de aumento de salários". No caso, o Sindicato é francamente neutro na questão das tarifas. Isto não é com ele. Sua luta é contra o patrão estrangeiro.

No segundo caso, estão em foco os problemas imediatos, os interesses e as perspectivas de uma tradicional indústria nativa. Aqui já não funciona o motor da luta de classes para fazer o carro andar. Pelo contrário, os patrões deixam para um segundo plano, no mais generoso gesto de solidariedade social, o fato de que existe um vasto, crescente e compensador mercado para a produção de artefatos de couro e as vantagens naturais de uma atividade industrial que emprega um subproduto da indústria de carnes. O que lhes corta o coração e aflige com fundas inquietações a sua consciência cidadã é o quadro do desemprego compulsório levando a miséria aos lares dos seus amigos e compatriotas, os trabalhadores. Quanto aos operários, seu interesse material direto e imediato é revestido a alicerçado num interesse mais alto e permanente — a preservação e o progresso ulterior de uma indústria que vitaliza e valoriza uma riqueza nacional. Nenhuma das duas classes apresenta-se falando sua própria linguagem com sua própria voz. Os trabalhadores funcionam como escudo das exigências e aspirações patronais. É o reino da paz social.

Essa concepção, claríssima, é mais do que conveniente, é indispensável à bur-

guesia nacional. É igualmente utilíssima para a Light e congêneres, pois lhe permite aumentar constantemente os lucros sem necessidade de novos investimentos, torna preferível investir (cruzeiros e não dólares) no pagamento de advogados administrativos, jornalistas, economistas, juízes, etc., a fazê-lo em turbinas, barragens, linhas de transmissão. E o que é uma verdadeira bênção dos céus permite aos "marxistas" marca Prestes levar até às fábricas a mesinha da "frente única por um governo nacionalista e democrático".

Mas a verdade, para quem analisa a situação do ponto de vista da classe operária, que é o único ponto de vista socialista, é que essa política esconde o mais cínico revisionismo, o mais primário economismo e o mais enuoco dos reboquismos. É revisionista porque nega o elementar princípio marxista de que em todas as ações quotidianas, em todas as reivindicações imediatas, o dever da vanguarda é empenhar-se por fazer claros e evidentes os interesses permanentes da classe operária, é educá-la e organizá-la como força independente (vide Manifesto de 1848). Quando o proletariado é levado a defender teses burguesas isto prova que está politicamente acéfalo e que sua pretensa vanguarda o está traíndo. É economismo porque esconde subrepticamente os interesses e objetivos políticos próprios da classe operária, reduzindo-a à luta "econômica". Pior ainda do que a tendência estigmatizada por Lênin. Não se trata aqui nem de reivindicações econômicas próprias, mas dos patrões, sob a máscara "operária". É reboquismo porque faz do movimento operário um mero apêndice dos patrões.

Como degradação do movimento operário, como enxovalhamento do marxismo, dificilmente se encontrará algo mais gritante e revoltante do que a adesão e a prática dessa política pelo grupelho prestista.

Mas existe um outro aspecto da questão. A burguesia apela em tudo e continuamente para a força da classe operária, concorre involuntariamente para mostrar aos trabalhadores a sua importância decisiva e crescente no seio da sociedade brasileira. No momento em que o autêntico movimento socialista se capacitar para o cumprimento do seu dever de inculcar consciência de classe ao proletariado, a situação e as perspectivas, neste país, se modificarão rápida e radicalmente.

A REFORMA AGRÁRIA DE FIDEL CASTRO

O Governo Fidel Castro iniciou oficialmente a reforma agrária em Cuba. A importância desse empreendimento ultrapassa largamente as fronteiras daquele país. Em primeiro lugar, porque qualquer tentativa de solucionar a questão agrária num país latino-americano repercute imediatamente nos demais, que enfrentam problema semelhante. Em segundo lugar, a proposta reforma é consequência de uma luta armada vitoriosa, cuja repercussão atingiu todo o Continente. Trata-se evidentemente de uma insurreição em moldes burgueses. O sucesso ou insucesso da reforma agrária cubana, que deve seguir os mesmos padrões, será decisivo para o julgamento de tais movimentos burgueses pelos povos latino-americanos.

O projeto cubano encontra uma expectativa benevolente, da parte das classes dominantes do Continente, na medida em que elas estão interessadas na criação de mercados internos. Não é de admirar. Conforme as explicações dadas por Fidel Castro, na recepção oferecida pelo sr. José Tomás Nabuco, no Rio de Janeiro, a planejada reforma visa de certo modo a um "aburguesamento" dos proprietários rurais. Estes serão indenizados integralmente, mas não em dinheiro inflacionado e sim com "valores industriais".

A lei prevê ainda que os proprietários norte-americanos de plantações — que representam 35% da produção açucareira de Cuba — se desfaçam das suas terras

no curso de um ano. Essa medida atinge principalmente a *United Fruit Company*.

Assistimos a uma tentativa de solucionar a questão agrária, a qual procura eliminar ao máximo os riscos de convulsões sociais. Estas, todavia, tornar-se-ão inevitáveis se a obra uma vez iniciada não puder ser levada até o fim, ou não satisfizer às partes interessadas.

E DE PRESTES

O sr. Luís Carlos Prestes não deixou dúvidas de que, no caso da reforma agrária no Brasil, não deseja medidas tão "radicais" como as que estão sendo anunciadas em Cuba. Na entrevista concedida ao "Diário de Notícias" de 18 de maio de 1958, desiste praticamente de uma posição independente, nessa questão que começa a agitar a opinião pública do país. Limita-se ele a lançar a advertência de que uma reforma agrária poderá enfraquecer "os latifundiários que estão lutando contra a Dupont, portanto contra o imperialismo", na questão dos perços dos inseticidas. Conclusão — a reforma agrária pode causar o enfraquecimento da propalada "amplíssima frente única nacionalista e democrática".

Não é de admirar que Prestes entregue, em seguida, a badeira da reforma agrária a D. Helder Câmara. Os latifundiários, desse modo, continuarão nacionalistas e democratas.

Finalmente afirmou o entrevistado, que o movimento comunista está mais forte hoje no país do que em 1945. Supomos que Prestes se refira aos comunistas que deixaram o ex- P. C.

VERSO E REVERSO DO DESENVOLVIMENTO

AGRIPINO SOARES THOMÁS

A análise da presente situação política do Brasil tem de partir do fato concreto de que se processa, no país, uma profunda transformação econômica com os consequentes deslocamentos sociais e políticos. Essa transformação é conhecida pelo nome geralmente aceito e já bastante vulgarizado de *desenvolvimento*.

Sua característica fundamental, como desenvolvimento *capitalista*, resultado inevitável em toda sociedade que ingressa na economia mercantil, traz para o primeiro plano, na arena política, as duas classes sociais que realizam as transformações estruturais por que passa o Brasil — a burguesia e o proletariado. Já existe, no Brasil, o quadro político-social comum a todas as sociedades modernas — o que torna localmente válida a experiência internacional. Esse quadro é entremeado, penetrado e modificado pelos antecedentes históricos, pelo nível cultural e organizatório, pelos recursos já acumulados e em acumulação, em suma pelos dados nacionais do problema.

A presença e atuação da burguesia e do proletariado — dominando o quadro social e político nas regiões mais avançadas economicamente — transformam o quadro político em função da contradição entre essas duas classes, pois todas e quaisquer relações entre o proletariado e a burguesia, mesmo quando se defrontam com inimigos comuns, são condicionadas não pela harmonia de interesses e objetivos, mas pela oposição básica entre elas. A mobilização crescente da economia em favor da industrialização significa que as relações entre o proletariado e a burguesia, sua luta e seus embates, seus interesses específicos penetram em todos os aspectos da vida social, influem crescentemente na conduta e na ação de todas as demais classes e contêm em germe o desfêcho final do processo de desenvolvimento, dizem respeito ao destino de toda a sociedade. Quem não tomar em conta, na teoria e na prática, a luta de classe entre a burguesia — que visa ao estabelecimento e a consolidação de uma firme sociedade capitalista no país — e o proletariado — cujos interesses e aspirações só podem ser realizados pelo socialismo — estará fora da realidade, por mais que considere e aprecie objetivamente os demais aspectos da situação.

Subordinar “todas as esferas da luta de classes... à luta nacional contra o imperialismo norte-americano”, significa concretamente prejudicar a formação da consciência de classe do proletariado, reduzir a meras palavras e inofensivas declarações verbais o imperativo de uma organização política independente da classe operária, é adaptar-se conscientemente às condições exigidas e reclamadas

pela burguesia, como faz o sr. Luiz Carlos Prestes. É uma traição política ao proletariado e ao socialismo, pois tal conduta, afirmada e proclamada em nome da classe operária, não significa mais nem menos do que desarmar e desmoralizar o proletariado, para que se entregue, inerme, à exploração capitalista e deixe para depois, para a "luta final", a sua preparação ideológica, orgânica e política.

Na realidade, a burguesia reconhece e aceita a luta de classe. Prova-o de diversas formas, inclusive em documentos oficiais, como se pode ver no já muito conhecido "Programa de Estabilização Monetária" do sr. Lucas Lopes, ministro da Fazenda, onde está dito:

"Ao longo do processo inflacionário *recrudescer* a competição entre os diversos grupos sociais, que lutam pela preservação de seu padrão de vida. Se bem que, numa fase inicial, a inflação, agindo como uma *tributação privada do empresário sobre o consumidor*, possa aumentar os lucros disponíveis para investimento, este efeito cêdo se esgota porque as *classes assalariadas*, apercebendo-se da *espoliação* de que são vítimas, passam a pleitear e obter reajustamentos salariais iguais ou superiores ao incremento ocorrido no custo de vida, com o que eliminam o potencial de poupança inerente à primeira fase do processo inflacionário." (Os grifos são meus.)

Ainda voltaremos às idéias contidas nesta transcrição. Por ora, é suficiente assinalar que, quando o sr. Prestes diz que "entre o proletariado e a burguesia também (também, aí está o marxismo prestista — também) existem contradição e luta" e que "o proletariado não pode deixar de opor-se, ao mesmo tempo (ao mesmo tempo em que faz o jôgo da burguesia, nisto consiste sua "dialética")... à tendência inerente à burguesia de aumentar a exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, lançando-lhes sobre os ombros o pêsso das dificuldades econômicas", quando fala assim, o sr. Prestes, no máximo, chega ao ponto em que já se encontrava o sr. Lucas Lopes, um dos principais ideólogos e o principal realizador da política da burguesia industrial, pois está no poder, virtualmente como uma espécie de primeiro ministro, dada a preponderância do Ministério da Fazenda sobre os demais. Na realidade, o sr. Prestes fica atrás do sr. Lopes. Este afirma que a luta já existe e "recrudescer", reconhece e qualifica de "espoliação" a exploração de que são vítimas as "classes assalariadas", enquanto Prestes, ao fazer "auto-crítica" descobre que é preciso "considerar" a "tendência da burguesia" de explorar a classe operária e aconselha, para o futuro, a que se "oponha" a essa tendência.

Verifica-se, assim, que a defesa e propagação dos pontos-de-vista da burguesia industrial estão sendo realizadas com o mais completo êxito e penetração, ganhando, inclusive, umas tinturas marxistas na sua formulação, graças aos inestimáveis serviços do prestismo, enquanto os pontos-de-vista e os interesses de classe do proletariado estão sendo relegados, desmoralizados e negados. Este trabalho é uma tentativa de contribuir para modificar e vencer esta situação intolerável.

Nos últimos trinta anos, acentuou-se particularmente o fortalecimento econômico e político da burguesia industrial brasileira. Para os objetivos deste trabalho, basta assinalar que a burguesia industrial, pela concorrência de fatores internos e externos, já acumulou forças suficientes e conta com condições favoráveis para lançar-se à luta pela direção de toda a vida nacional. A batalha que trava é para conseguir o voto decisório no comando da economia, de modo que possa absorver e utilizar os recursos produzidos pelo trabalho do povo brasi-

leiro a fim de canalizar o máximo para a industrialização — o que gera contradições com os demais setores das classes dominantes, em especial com os que vivem da produção e intercâmbio com o exterior, porta-vozes e veículos naturais da secular dominação imperialista.

Torna-se imperioso um crescente controle da máquina estatal — o que agudiza a luta política, dadas as condições negativas e peculiares de uma burguesia retardatária, que precisa fazer valer seus interesses na competição desigual com as burguesias imperialistas e contra um proletariado favorecido por uma experiência internacional já formada e que lhe é anterior. Isto significa também a necessidade de um reforçamento considerável do Estado: como escudo protetor contra a pressão imperialista, atribuindo-lhe tarefas que, classicamente, competiam aos empresários privados — exemplo: Petrobrás. Imprimindo-se uma orientação industrialista — exemplo: as metas do governo Kubitschek. Tornando-o o tutor e controlador do movimento operário. Exemplos: a legislação trabalhista, o decreto-lei 9.070, o Ministério do Trabalho ao qual os sindicatos operários estão submetidos de mil e uma formas pelo chamado Fundo Sindical, pelo controle de sua vida, através dos estatutos padronizados e desde os orçamentos até às eleições, pelo monopólio da legalidade em consequência do que o governo pode intervir nos sindicatos e só existem os sindicatos oficialmente reconhecidos e só são reconhecidos os que nascem sob o controle ou não podem deixar de sê-lo. Além disso, os poderes excepcionais da burocracia ministerialista armada com os recursos do enquadramento sindical, por intermédio do qual impede que os trabalhadores se organizem de acordo com seus interesses, impõem ao sindicalismo brasileiro uma estrutura orgânica excessivamente complexa e paralisante e implanta, na prática, uma verdadeira pluralidade sindical, um divisionismo friamente calculado nos setores mais combativos.

E' claro que essa complexa luta, com tantas frentes simultâneas, vem esbarrando em múltiplas e renovadas resistências. Os objetivos burgueses não raro são retardados ou burlados — pelas alternativas temporárias da correlação de forças, ou porque a rede ainda tem as malhas muito abertas ou devido à pressão das massas em luta pelas reivindicações imediatas. Mas, à medida que a burguesia industrial vai se impondo econômica e politicamente, que as classes se definem e distinguem mais nitidamente, ela vai conseguindo formar a constelação dos seus poderes e privilégios. Esse processo espontâneo, entretanto, não é isento de perigos. Torna-se indispensável a elaboração política dos interesses e objetivos da burguesia, empenhar-se na luta para tornar a ideologia burguesa dominante no país, para que todas as classes e pessoas se subordinem totalmente à burguesia e lhe seja permitido, assim, alcançar uma vitória em toda linha. Essa ideologia é o nacionalismo cuja base material está no industrialismo.

RENDIÇÃO INCONDICIONAL DO STALINISMO

Este processo acentuou-se num período histórico dramaticamente desfavorável ao proletariado e à causa do socialismo, foi se desenrolando na época sombria de extenso, profundo e nefasto domínio do stalinismo que se caracterizou ideologicamente pelo dogmatismo mais estreito que se pode conceber e, politicamente, pelo enquadramento e subordinação de larga fração militante do movimento operário revolucionário — a maior e a mais militante — às injunções da política externa de grande potência a que foi chegando rapidamente a satragenta

burocracia stalinista. Isto teve como conseqüência uma estagnação, que raiou à esterilidade e impotência teórica e ideológica, perspectivas políticas arbitrária e subjetivamente estabelecidas, um desgates moral e material das forças de vanguarda da classe operária em indizíveis proporções. O mais grave porém, está no fato, de que o estudo e a análise da situação econômica e política do país ficou inteiramente a cargo da burguesia, o que lhe deixou o campo aberto para uma ampla extensão de sua influência ideológica e lhe permitiu perturbar gravemente a formação da consciência de classe do proletariado.

A derrota total do stalinismo, no Brasil, se manifesta através da capitulação ideológica completa, incondicional. Embora ainda se fale em marxismo e se empregue uma terminologia marxista, a luta proposta é uma luta sob a égide do nacionalismo ao qual é transferida a missão de parteiro do socialismo, colocado prudentemente a uma distância suficiente e adequada. A própria luta contra o stalinismo, sob a bandeira da renovação marxista, estava impregnada desse espírito de capitulação ao impacto da ofensiva ideológica da burguesia, de renúncia à luta de classe e, portanto, de perda progressiva e inexorável do espírito de classe. Mas foi precisamente por esta razão, que sacrificou os destinos de um movimento promissor. De sua parte, o remanescente stalinismo acomodado e afeiçoado às novas circunstâncias sob a máscara de um "new look" prestista (bonzinho, prestativo, "amplo", elogiando a Deus e ao Diabo, em plena "operação sorriso" como fórmula e prática da "frente única") absorveu mais do que rapidamente e levou (continua levando cada vez mais pela dinâmica própria do ade-sismo) às últimas conseqüências todos os aspectos negativos da "renovação", assimilou a essência de sua linha e deu-lhe a formulação adequada de luta pelos objetivos da "nação em desenvolvimento", como diz Prestes, isto é, "dar consciência à burguesia, uni-la, libertá-la dos liames e da influência estrangeira", como explica um infável senhor X.X.X., na "Revista Brasiliense", ao definir "a função do nacionalismo brasileiro".

Mas a burguesia não se engana com esse domínio, não dá muito fé a essa vitória, nem aprecia exageradamente a adesão das cúpulas escreventes. A classe operária cresce qualitativa e quantitativamente em função da industrialização, enquanto o poder burguês é ainda incipiente e precisa-se consolidar-se, enraizar-se e estender-se mais. Por isso mesmo, acelera-se a elaboração de sua ideologia feita em plena marcha e através de um esforço de grandes proporções, multiplica-se a força de seu impacto em todos os domínios, enquanto Prestes, sincronizadamente, adverte que "constitui atitude errônea e nocivã a preocupação que ainda existe (ainda existe, ainda, por enquanto, pois espera liquidá-la com a extirpação dos últimos vestígios de consciência de classe de seu grupo) em radicalizar ao máximo (sic) a luta de classes entre o proletariado e a burguesia na atual etapa da revolução brasileira". (1)

Uma das melhores exposições das concepções burguesas foi feita pela revista "Desenvolvimento & Conjuntura" (2), editada sob os auspícios da Confederação Nacional da Indústria e que se apresenta, no editorial do número inaugural como fruto da "existência de pontos de vista afins no esquadramento dos problemas econômicos brasileiros entre industriais e economistas", como órgão da intelectualidade, dos pesquisadores e ideólogos da burguesia industrial.

Para cumprir sua tarefa, essa publicação parte de um dado objetivo e incontestável: "uma constelação de fatores favoráveis pôs em marcha forças econômicas e sociais que ampliaram aceleradamente a capacidade produtiva do país".

Em vinte anos apenas, de 1939 a 1959 deverá verificar-se a duplicação do capital nacional (máquinas, equipamentos, edificações, construções, estoques). Tal acúmulo quantitativo já implica em transformações de qualidade: é chegada, pois, a hora da "análise interpretativa do processo de desenvolvimento nacional", para implantar a "racionalização do fenômeno do crescimento" e se chegar à "revelação consciente da vontade coletiva de desenvolver nossas forças produtivas". Trata-se, pois, não só de formar e apurar uma técnica de criação e gestão de um parque industrial, mas também de imprimir o seu sêlo à vontade coletiva, condicionando-a e dirigindo-a.

Essa tarefa é considerada indispensável e inadiável pela revista. Porque o processo de desenvolvimento corre graves riscos, não só devido a erros que venham a ser cometidos, como devido a uma situação internacional desfavorável e que poderá tornar-se funesta: aumenta a diferença entre as regiões subdesenvolvidas e as áreas industrializadas, o que torna imprescindível à economia brasileira obter ritmos superiores de crescimento aos dos países de economia madura. Os Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana, de sua parte, revelam o quanto a burguesia está alarmada com as conseqüências político-econômicas desse fato, concluindo que "o padrão de vida dos povos subdesenvolvidos continuará a decrescer continuamente quando comparado com o dos demais povos".

Além de indispensável, essa tarefa exige a participação de todos os "setores nacionais", o que é perfeitamente viável porque todos os interesses e aspirações podem ser contemplados visto que se trata não de um desenvolvimento qualquer mas de um "desenvolvimento proporcionado e contínuo de tôdas as áreas". Esse é o elemento básico da teoria da "frente única nacionalista" da qual o sr. Prestes se faz um dos ardorosos corifeus e, por isso mesmo, se apressa em declarar que "os comunistas têm o dever de, em cooperação com as demais forças nacionalistas e democráticas, apresentar as soluções viáveis", etc. Assim, os prestistas se enfileiram com as "demais forças nacionalistas", a elas se incorporam. Esse é o fato concreto, independente das palavras que lhe servem de fôlha de parreira.

A burguesia, no entanto, não se interessa apenas pela "cooperação". Afirma que está colocado direta e urgentemente, o problema da direção geral, que terá de ser uma direção política, de classe, e que ela reclama para si mesma. Primeiro, assume o patrocínio da cultura. O florescimento cultural, argumenta, além de outras coisas, necessita de aço e cimento, de trigo e transportes, bens que a burguesia fabrica, produz e leva até onde necessário (e lucrativo). Segundo, faz valer sua primazia econômica. A indústria, que começou sendo mantida pela lavoura cafeeira, deixou de ser uma força dependente para tornar-se necessária, indispensável e insubstituível, tanto assim que a exportação de matérias primas, mesmo na melhor hipótese, já não permite mais a aquisição das manufaturas necessárias à melhoria de nosso padrão de consumo. A reivindicação burguesa de liderança já fez a prova dos fatos, pois as exportações primárias já não são mais suficientes para pagar um volume equivalente do que já produzimos internamente.

Neste ponto é preciso ajustar as contas com o setor dos próprios economistas burgueses, de espírito unilateral e vista curta, mecanicistas que pretendem aplicar ao Brasil os critérios e as técnicas válidos para os países desenvolvidos e chegam à conclusão pessimista de que a ambição é desmedida e nada é possível fazer, proclamando a incapacidade brasileira e a conseqüente "entrega" total. Esses homens argumentam com exemplos isolados, não têm visão de conjunto. A verdade é que, se um setor isolado não é viável por não ser rentável, a expan-

são integrada de todo um parque industrial assegura o êxito de tôdas e de cada uma das linhas de produção. Daí a concepção do crescimento integrado, programado, planejado. Os cétricos e pessimistas, que tão facilmente resvalam para o entreguismo, criticam a excessiva ambição industrialista porque seu mal está precisamente na pouca ambição — para o caso brasileiro não servem as reivindicações mínimas, de instalação de uma indústria de cada vez, mas somente as reivindicações máximas de implantação de todo um parque industrial integrado.

E' claro que tudo isso depende da acumulação de capital e aí está o grande problema. Mas os teóricos burgueses, entre outras coisas, descobrem e afirmam, baixando convenientemente o tom, que hoje em dia, quando o mundo está dividido em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, a acumulação de capital se faz por vias diferentes, específicas, numas e noutras. Nas chamadas economias maduras (jamais dirão países imperialistas) a acumulação de capital depende primordialmente de novas descobertas científicas. Nosso caso é mais fácil, depende da incorporação das técnicas disponíveis. Em poucas palavras: o que se torna obsoleto nos Estados Unidos e na Europa ainda é moderno e atual para nós. E o que está superado nos países capitalistas maduros torna-se disponível para o Brasil atrasado. Os economistas da OPA são bem mais francos, ao analisarem as consequências da instituição do Mercado Comum Europeu. Lado negativo: "existe, portanto, o perigo de que a canalização de vultosos investimentos para a Europa venha reduzir, ainda mais, os fundos disponíveis para outras regiões..." "...Terá de resultar uma redução relativa proporcional das correntes de capital americano para o Brasil, em particular, e para a América Latina, em geral". Lado positivo: "...face-ta positiva que, bem aproveitada, poderá representar para o Brasil talvez a última grande oportunidade de recebimento de capitais em grande escala". (grifado no original). Por que? Porque "as novas escalas de produção em massa vão tornar obsoletas, sob o ponto de vista técnico, numerosas firmas menores, que perderão sua atual posição economicamente competitiva. O caso da indústria automobilística é bem ilustrativo. Se, como indica o sr. J. W. Sundelson, Administrador do "Office of Facilities and Operations Planning" da Ford Motors Co., nenhum fabricante de automóveis poderá sobreviver na Europa com produção inferior a 1.000 unidades por dia, muitas empresas tradicionais européias deverão sucumbir ou emigrar". E conclui: "Mediante uma política dinâmica de atração desses capitais, será possível, pelo menos, tirar partido de uma situação geral lamentável para o Brasil em um dos grandes períodos de investimentos produtivos na história do país".

Existem, pois, disponibilidades no mercado de bens de capital. Investimento estrangeiro à vista, realizável. Portanto, a questão é botar em ordem os assuntos internos.

A situação presente, insiste a publicação citada, permite a mudança da "estrutura da força de trabalho" requerida pela industrialização, sem comoveções, sem alteração da estrutura da propriedade territorial. E argumenta:

- a) — o atraso técnico do campo e o crescimento da população significam que, no Brasil, existe subemprego disfarçado;
- b) — é possível, portanto, manter a mesma produção agrícola com as mesmas técnicas, deslocando força de trabalho para outras atividades;
- c) — um subsequente progresso técnico no campo permitiria novo deslocamento da mão de obra, ainda sem perturbações ou comoveções;

d) — tanto isto é verdade que já está ocorrendo espontaneamente no Brasil. Ainda não se esgotou a primeira possibilidade e já estamos entrando na segunda.

Esse mecanismo de fornecimento de mão de obra para a indústria é puramente uma aplicação da "lei universal do desenvolvimento econômico": parte da população ocupada na agricultura desloca-se para a indústria, sem provocar repercussões desfavoráveis.

No fundo dessa argumentação, que nos brinda generosamente até com uma "lei universal do desenvolvimento", está guardada a tese contraditória e indiretamente confessada de que, pelo menos para um setor muito ativo da burguesia industrial, não existe interesse em promover a penetração do capitalismo no campo pelas vias democráticas da reforma agrária. Pelo contrário, em lugar de dispendir energias políticas e recursos materiais (tudo necessário à acumulação capitalista para promover a industrialização) e reter milhões de pessoas no campo, dando-lhes um pedaço de terra e meios de trabalhá-la economicamente, em lugar disso, bom mesmo é manter o atraso relativo do campo e assim manter uma boa reserva de mão de obra disponível, observadas as condições que lhe garantam paz e sossego.

Como se vê, o problema da industrialização, a chamada meta global, não é colocada em função das contradições entre a burguesia industrial, que necessita de um bom mercado interno produtor de matérias-primas e consumidor de artigos industriais, e o latifúndio atrasado que vive em função da produção colonial de matérias-primas e artigos de sobremesa para as metrópoles imperialistas.

Do ponto de vista burguês, essa política é extraordinariamente coerente e lógica. Ela não teria maior consistência, se cuidasse apenas de conservar um reservatório altamente prolífico de força de trabalho, como tentam fazer crer seus propagandistas. Há razões mais poderosas:

1 — Ainda é necessário atribuir às exportações primárias o papel de fornecedoras de divisas indispensáveis à aquisição de bens de capital. A agricultura continua sendo a financiadora da indústria em proporção majoritária. Ora, já existe um atrito e sério por causa disto, como se pode ver na luta em torno do "confisco cambial" — o governo retém grande parte das divisas produzidas pela exportação para financiar a industrialização. Sendo assim, seria mais do que tolice cotucar o diabo com vara curta, criando novos problemas com uma reforma agrária, movimentando a maioria da população, que se encontra no interior e que, quanto mais calma se mantiver, tanto melhor.

2 — A industrialização está ainda preocupada com os alicerces, com a construção da infra-estrutura, não necessita direta e imediatamente de um mercado consumidor próprio. Por isso, considera que pode esperar um pouco: "lembremos, diz o editorial de apresentação de "Desenvolvimento & Conjuntura", que industrializar um país subdesenvolvido demanda edificar a infra-estrutura de apoio — transportes, energia e indústria pesada — cujo tempo de maturação pode prolongar-se por vários anos. Emerge, assim, um intervalo de desequilíbrio, quando a capacidade se expande, sem efeito imediato sobre o volume de consumo. Começamos a pagar salários num período para aumentar a oferta de bens de consumo no período seguinte. Alguma pressão inflacionária poderá surgir no interregno". Como ainda não estamos no "período seguinte", deixe-se de lado o problema da terra e os milhões de trabalhadores do campo. Por ora, já nos bastam as dores de cabeça causadas pela inflação.

3 — Isto permite velar as diferenciações e conviver no hibridismo dos partidos políticos, particularmente do PSD, onde cooperam os "coroneis" e latifundiários, os homens da lavoura, com os homens da indústria, os nacionalistas. Por isso, ao mesmo tempo que ocorrem atritos inevitáveis pelo controle da máquina partidária amplamente confundida com a máquina estatal empreguista e eleitoreira, o destino dos sucessivos projetos de reforma agrária é o de serem sistematicamente engavetados. Pela mesma razão, o movimento nacionalista é mantido em estado difuso, inorgânico, uma ideologia sem programa definido na qual cabe tudo, o Bloco Parlamentar Nacionalista da Câmara Federal não se desdobra em grupos congêneres nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, enquanto os projetos de fundação do partido nacionalista definham melancolicamente, por falta de qualquer apoio substancial. Teria que ser um partido burguês e o que agora convém à burocracia é ter gente em todos os partidos.

É claro que essa tática não é nem pode ser aceita por unanimidade. Há o que se chama de "luta interna". A reforma agrária é lembrada, defendida e proposta freqüentemente, mesmo porque existem os problemas do abastecimento, a produção agrícola vem caindo e a situação nos campos não é tão calma assim como parece. O sr. Prestes, também aí, adere integralmente à política de temporização da burguesia industrial. É verdade que reconhece "a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais, na agricultura" e adverte contra a subestimação da "aliança operário-camponesa, condição básica para a conquista da hegemonia do proletariado". Isso até lhe fica bem e sóa como revolucionário. Desgraçadamente, como um revolucionário vale pelo que faz e não apenas pelo que diz, temos, na prática, a recomendação muito suficiente de que "as deficiências do trabalho no campo devem ser eliminadas pelo estudo aprofundado do problema agrário em suas particularidades, pela elaboração de uma tática especial para o campo e aplicação de medidas concretas já provada..." Enquanto espera que a reforma agrária se torne "bandeira dos próprios camponeses", o que é apenas irônico para os flagelados nordestinos, por exemplo, vai fazendo seu "estudo aprofundado", do que não há sinal em seu informe, e trata de elaborar uma "tática especial", cuja "especialidade" real consiste em aderir ao congelamento da reforma agrária pela burguesia industrial associada ao latifúndio, graças à emocionante descoberta de que "o desenrolar da luta agrária, nas atuais condições brasileiras, também se subordina ao curso da luta antiimperialista" — quase chega a dizer que, derrotado o imperialismo, vitoriosa a "nação em desenvolvimento", o latifúndio ficará de "dentes quebrados" e cairá de podre, espontaneamente. Com esse jargão absorve e canoniza os critérios burgueses de adiamento de um problema candente e se omite, cauteloso, de opinar e criticar os planos propostos, como o de d. Helder Câmara, por exemplo, deixando a eliminação das "deficiências do trabalho no campo" para a Igreja.

Esse reboquismo, para melhor disfarçar-se, recebe o socorro dos ideólogos burgueses que, dada a natureza de sua tarefa atual, recorrem a uma teoria do desenvolvimento, da mudança, das transformações. Descrevem e defendem um processo em curso. Sua "dialética" é necessariamente limitada e jamais poderá chegar à transformação do regime de propriedade, mesmo limitando-se à propriedade territorial. A dialética prestista, por mais que adote um vocabulário marxista, alcança tão somente a classificação da classe operária como uma das "fôr-

ças nacionalistas", omitindo os objetivos de classe do proletariado, enquanto a burguesia afirma e fundamenta os seus.

O exemplo mais notável e mais audaz dessa adoção das categorias da dialética nos é oferecido com clareza magnífica por um dos mais qualificados e bem equipados ideólogos da burguesia nacionalista. Nada melhor, no gênero, se poderia pedir do que a tese sobre as "Raízes históricas do nacionalismo" apresentada, como aula inaugural, aos estagiários de 1959 do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), importante centro ideológico do nacionalismo mantido pelo Ministério da Educação. O sr. Werneck começa admitindo que "há, realmente, uma contradição entre o que está morrendo e o que está nascendo, entre o que pertence ao passado e o que pertence ao futuro". É materialista, pois é preciso "responder adequadamente ao concreto" e proclama que "a verdade é concreta". Aceita a existência das classes e das contradições entre elas. Assim, mostra que a independência foi "limitada àquilo que interessasse à classe dominante" e esta estava interessada "no comércio livre" e não no "trabalho livre". E ao chegar à revolução de 1930 descreve um quadro em que "a classe dominante é menos poderosa, a classe média é mais forte, a classe trabalhadora começa a participar da vida política". Mais ainda: a "classe territorial" vai caindo no isolamento, pois seu domínio político era utilizado para "uma concentração dos lucros e a uma distribuição magnânima dos prejuízos — trata-se, em suma, de socializar as perdas. Essa socialização singularíssima vai proporcionar a contradição entre a classe territorial e as demais." O processo continua se desenrolando, através de contradições que se resolvem com a expulsão do *velho* pelo *novo*, até que se chega a situação na qual "a progressiva e inexorável expulsão dos capitais nacionais das áreas de alta rentabilidade agravou profundamente o choque de interesses" e temos, então, de corpo inteiro, o antiimperialismo atual: "O amadurecimento proporcionado pelo novo quadro em que vivemos, quando *as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses*, (os grifos são meus) intervindo na escolha eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como singularidade para os desatentos, com profundas razões para os pesquisadores, o problema do nacionalismo".

Aí é que aparece, tal como *chez Prestes* a teoria da "nação em desenvolvimento" e da "contradição principal entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano". No estilo próprio do douto conferencista isto se diz assim: "Por que nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica àquela que os países europeus realizaram no alvorecer da Idade Moderna, pela derrota dos remanescentes feudais e pelo avanço na capitalização". Escreve muito melhor e é muito mais inspirado que o sr. Prestes o professor Werneck, que exclama: "O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação" e proclama que "o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio". Aí está a fundamentação da palavra de ordem central do prestismo do "governo nacionalista e democrático".

Em seguida temos, como conclusão necessária, a subordinação da luta de classe à "luta nacional contra o imperialismo", que é a nova menina dos olhos de Pres-

tes e que o orador isebiano agilmente assim formula: "Ele (o nacionalismo) surge da necessidade de compôr um novo quadro, conjugando interêsses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a defesa do que é nacional em nós. E' o imperativo de superar a contradição (atentai bem) que existe entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que alinha o nacionalismo como expressão de uma política. E' a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição que existe entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha consciência a cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o nacionalismo como saída natural..." Melhor do que isso, impossível. Devemos manifestar imorredoura gratidão ao autor de palavras tão lúcidas e esclarecedoras. Mas êle aumenta pròdigamente a nossa dívida ao mostrar que à classe operária pertencerá, se Deus quiser, a etapa seguinte, tal como Prestes ao advertir que a "solução final não se dará na presente etapa da revolução brasileira". Escutemos, pois, o ilustre professor. Êle nos mostra o que é o "novo" na etapa atual:

"E o que é o novo? Nova é a composição social que alinha uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que o seu destino é *agora ou nunca*, e que apresenta a classe média atenta e ideològicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história para que nos articulemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza para partilhar do empreendimento nacional, vendo nêle a abertura de perspectivas para o seu papel histórico". Quase que êle diz "socialismo", mas se contem porque *agora ou nunca* é a vez da burguesia. Ao escutar a dialética do professor Werneck muito bom burguês há de assustar-se em vão. Porque não é êle que adere ao marxismo. E' Prestes, líder da revolução inofensiva quem se passa (ou permanece, falta esclarecer totalmente) de armas e bagagens para o campo da burguesia. Bem dizia Lênin que, até certos limites, o marxismo é aceitável pela burguesia. O ISEB mostra a Prestes até que limites êle pode ir.

Mas, obitda a colaboração de classes, subsiste uma realidade como a inflação e que é teatro de sempre renovados choques de classe. Êsse é um terreno de duros embates quotidianos que a burguesia enfrenta com galhardia exemplar, decidida a manter as ações no âmbito escolhido por ela. Assim, foi criada uma teoria da inflação brasileira destinada a provar que a luta contra a inflação não implica em freiar o processo de industrialização. O caso brasileiro é diferente dos países desenvolvidos. O caso dêles é de pleno emprego, (3) de intransferibilidade da mão de obra, o que impede expandir a "oferta global". O caso brasileiro é de uma inflação causada pelo fato de que os investimentos atuais, dedicados à "expansão integrada e concomitante do parque industrial", não permitem oferecer de imediato os bens de consumo a serem absorvidos pelo poder de compra dos salários que estão sendo pagos. O resultado é que se faz sentir uma necessidade de dinheiro maior do que a expansão real da oferta.

Outra diferença é que os países que se industrializaram antes de nós puderam fazê-lo em condições de maior tranquilidade, pois não sofreram a pressão do exemplo do "bem-estar coletivo vigorante em outras áreas", nem estavam submetidos à "urgência no alcance de padrões de vida mais satisfatórios".

Portanto, a solução construtiva não está na separação da luta contra a inflação da luta pelo desenvolvimento, o que seria fatal. Não se pode freiar a indus-

trialização, deixando de investir e de pagar salários, como não se pode deixar a inflação de lado, ao cuidar do desenvolvimento, permitindo a exagerada elevação inflacionária dos custos de instalação e produção. São, portanto, dois aspectos de uma batalha única. Sendo assim, a solução está na aplicação consciente de uma política de "preservar o volume da poupança interna e moderar o ritmo do crescimento do consumo per capita, privado e público". Não é preciso insistir que "poupança interna" quer dizer acumulação de capital indispensável à expansão industrial. Assim, não se pretende eliminar a inflação, é claro, mas se pode realizar uma inflação controlada em ritmo e nível compatível com o desenvolvimento.

Essa redução do "impeto" de consumo privado e público significa apertar o cinto, reservando até o último centavo que se possa defender contra a voracidade da propensão a consumir, para o pé de meia dos fundos de industrialização. Agora ou nunca. É o quadro típico de uma burguesia retardatária que já não pode fazer o que conseguiu realizar, por exemplo, a feliz burguesia inglesa na época da revolução industrial que não estava acossada de fora pelo "bem estar coletivo vigorante em outras áreas", isto é, pelas conquistas econômicas e sociais das massas, e podia resistir melhor à pressão interna pela "urgência de padrões de vida mais satisfatórios", isto é, pela ação crescente dos trabalhadores contra a desvalorização dos salários reais. Dadas essas circunstâncias inarredáveis, é preciso reduzir os aumentos de salários e vencimentos fixos ao mínimo indispensável à manutenção da paz social, condicionando-os politicamente à qualidade de dádivas e demonstrações generosas de compreensão e solidariedade com os "humildes".

NACIONALISMO E LUTA DE CLASSES

Tênicamente, como sentenciou o senhor Lucas Lopes, no seu Programa de Estabilização Monetária, trata-se de restabelecer, atualizar, o poder de compra do salário-mínimo ao nível do que era na última data em que foi estabelecido. Muito antes das comissões de salário-mínimo se moverem, o Programa de Estabilização Monetária já decretava até onde ele podia ir. Politicamente, essa manipulação foi feita de modo que o sr. João Goulart pudesse voltar dos cuidados com seus rebanhos em São Borja para resolver a situação em "benefício" dos trabalhadores. Para tanto se contou com a valiosa colaboração do prestígio. A luta por aumento de salários, pela escala móvel já estava lançada antes da campanha eleitoral e se articulava com reivindicações políticas e democráticas como a luta pelo direito de greve e pela revogação do decreto-lei 9.070 (aprovação do projeto Aurélio Viana), pela reforma da previdência social. Essa batalha vinha se desenvolvendo, assinala-se, sob a bandeira do nacionalismo, como aplicação da tese da participação dos trabalhadores nos frutos do progresso nacional e da repartição mais equitativa dos onus do desenvolvimento econômico. Entretanto, essa colocação do problema mal podia disfarçar a existência real de uma contradição de classe, a presença militante de reivindicações especificamente operárias. Os traços já visíveis de ação independente do movimento operário, ganhando as bases sindicais, vinculavam-se politicamente pela compreensão de que a aproximação das eleições, colocando os partidos e os candidatos na dependência mais estreita do apoio popular, dava aos trabalhadores grandes possibilidades de êxito.

A falta de uma vanguarda e de um partido realmente operário para dirigir a sua luta quotidiana, o movimento operário tem se orientado quase por instinto para a utilização das campanhas eleitorais, época em que as resistências se enfraquecem. Em 1958, essa tática fez algumas provas brilhantes. Arrastado às assembléias sindicais, o próprio deputado Joaquim Duval, autor do substitutivo reacionário ao projeto de lei de greve do sr. Aurélio Viana (elaborado com o concurso direto dos trabalhadores), foi encostado à parede pelos oradores sindicais, retirou seu substitutivo e proclamou da própria tribuna da Câmara que passaria a apoiar o projeto dos trabalhadores. Fracassou a tentativa do trabalhista Aarão Steinbruch, de convencer os sindicatos de que seria impossível obter a aprovação do projeto tal qual estava redigido. Espetaculares "entêrros" da lei antigreve 9.070 foram realizados em todo o país, particularmente no Rio e em São Paulo. O projeto Aurélio Viana foi aprovado, *por unanimidade*, na Câmara Federal. O mesmo destino teve o projeto de reforma da previdência social, no qual estão contidas importantes reivindicações dos trabalhadores, contribuintes compulsórios da previdência e que viam, nos novos dispositivos, uma garantia de que "não seriam reduzidos a um simples bagaço depois de terem sido explorados tôda a vida pelos patrões". Isto ocorreu alguns meses antes das eleições de outubro de 1958. A perspectiva era a de uma campanha eleitoral dominada, pelo menos nas grandes cidades, pelas reivindicações operárias e pelo nacionalismo.

Essa fusão do nacionalismo com a luta de classes bem cedo revelou sua inconsistência. A burguesia se assustou com o rumo que as coisas tinham tomado. Os paredros nacionalistas estavam em dificuldades, pois os mais audaciosos, os que penderam mais para a esquerda, tinham se comprometido demasiadamente. Era preciso agir com rapidez. Recorreu-se ao PCB e ao PTB. Prestes, em lua de mel com as trombetas da publicidade, declara que a lei de greve é "radical demais". Seus "marxistas" entraram a sufocar a luta e fornecer argumentos para os pelegos. O sr. Crockat de Sá, assessor sindical do sr. João Goulart, promoveu reuniões com líderes de várias tendências, pedindo-lhes que "dessem um jeito", apresentassem emendas aceitáveis pois era grande a pressão da Confederação da Indústria, enquanto o Senado congelava os projetos já aprovados pela Câmara. Jango não queria desgastar-se política e eleitoralmente. Esse papel ficou reservado para Prestes, que, "corajosamente" prestou-se ao papel de ponta de lança para investir contra o direito de greve, contra a revogação do 9.070. Dessa forma, sob a bandeira do nacionalismo, selou uma aliança com o PTB na qual lhe ficou reservada a função de segurar o microfone nos comícios de bairro do sr. Lutero Vargas. Aberto o caminho, distribuídas as "candidaturas operárias" nas legendas do PTB e adjacências, Jango pôde executar a segunda parte do seu plano: as reivindicações foram adiadas para depois das eleições, os "problemas sociais" não mais "sensibilizaram" os "problemas políticos". O próprio salário mínimo foi postergado para dezembro, num discurso que o sr. Goulart teve a habilidade de pronunciar em Belém do Pará, o mais longe que lhe foi possível dos focos centrais do movimento, no Rio e São Paulo. Em seguida revelou-se que a política de salários tinha que ser estabelecida como parte do Programa de Estabilização Monetária, também reservado para lançamento depois das eleições e no qual o movimento operário não tinha e não podia ter a menor interferência.

Um antigo militante sindical observou certa vez que, na política seguida por Prestes, a classe operária faz as vezes de "jarra de flores para enfeitar a mesa". Os convivas são mesmo os burgueses. Embora se fale muito em proletariado e

luta de classe, quem come o banquete é a burguesia. Assim foi e continua sendo, até que um dia alguém vire a mesa.

Já que não é possível deixar de aumentar salários e vencimentos, é indispensável cuidar da reabsorção do "excedente da demanda monetária", outra palavra de ordem da política de "inflação controlada". Não é uma simples política primária de dar com a destra e tomar com a sinistra, mas uma ação calculada de acordo com a ciência econômica, "elegendo aqueles componentes da procura desligados do mercado de bens de capital". Ainda uma vez e sempre a acumulação capitalista para a indústria, o que não apaga mas aviva as contradições. Quando se diz que a inflação é toda uma política nem sempre se alcança o quanto isto é verdade.

A política de inflação controlada preconizada pela burguesia industrial é a expressão teórico-prática do seu objetivo de liderança nacional, de tornar-se a classe dirigente. Para isso, ela precisa acelerar o processo de industrialização, aumentar o mais rapidamente possível o seu poderio econômico custe o que custar e melhorar consideravelmente sua posição nas relações inevitáveis com o imperialismo, para poder disputar uma fração maior do "produto bruto", da "renda nacional", da mais valia produzida pelo trabalho dos brasileiros. Os elementos e setores mais audazes vão ao ponto de, jogando com as dificuldades internacionais do imperialismo, preconizar a viabilidade de uma independência completa — quer explorando as contradições interimperialistas, quer manobrando entre os escolhos da convivência pacífica entre os dois blocos. Daí a neutralidade ativa, como expressão da política externa no nacionalismo, bem à esquerda, e a Operação Pan-Americana e as diversas fórmulas do grupo latino-americano e seu mercado comum, para melhorar as relações de troca com os Estados Unidos, mais ao centro ou centro-esquerda.

Essa política engendra inevitáveis atritos com os grandes proprietários de terras e com a burguesia mercantil (compradora). A burguesia industrial, persuasiva, explica-lhes que se trata de um investimento: agora é preciso poupar, plantar para colher depois. Mas onde a persuasão é insuficiente, o remédio é mesmo a coerção e a força, empregadas na medida em que a burguesia industrial empolga setores-chave da máquina estatal ou pode obrigá-los a servi-la, nesta ou naquela emergência. Assim, o Exército impediu a "marcha da produção" contra o "confisco cambial", indispondo-se até mesmo com o clero local, em São Paulo e no Paraná. Pela primeira vez em nossa história ocorreu uma ação aberta e radical das Forças Armadas contra os latifundiários e em favor da burguesia industrial, o que indicou eloquentemente até onde já avançou a mudança qualitativa da composição do poder estatal. E o Plano Lucas Lopes determinava, originalmente, penas severíssimas contra os sonegadores de impostos. Prestes rejubilava-se com o fato de que o "PEM (Programa de Estabilização Monetária) foi recebido com protestos das massas e da burguesia". A sua felicidade consiste em ver as massas junto com a burguesia. Mas não viu que o protesto não foi assim, tão puramente, da burguesia, mas das chamadas classes produtoras, unindo as três confederações — a da indústria, do comércio e a rural — no mesmo protesto contra os aspectos fiscais e de crédito do PEM. Enquanto isso acontecia, não se viu crítica de nenhuma espécie às medidas nêle contidas contra o valor real dos

salários, nem se mostrou a que interesses de classe contemplava. A discussão política do PEM ficou para as classes dominantes. O movimento operário foi contido no âmbito do mais estreito economismo.

DUPLO ASPECTO DA BURGUESIA

POR aí se vê que a burguesia industrial não é só impelida a uma crescente atividade política e ideológica, como necessita cada vez mais da posse plena da máquina estatal. Domínio ideológico e poder de coerção, de manutenção da ordem, da sua ordem. Para conseguí-lo, faz alianças e concessões, tôdas as que lhe sejam convenientes. Enquanto é *nacional* e se empenha no aumento das forças produtivas, essa política se conflita com o imperialismo, tendendo a reduzir-lhe os proventos e a arrancar-lhe o reconhecimento de seu direito a um lugar ao sol — ao menos ao sol das Américas, nem que seja apenas ao sol do Brasil. Daí as denúncias do subfaturamento do café, primeiro, a política de valorização do café, depois (a Organização Internacional do Café foi formada contra a vontade dos americanos); as denúncias dos royalties extorsivos, da deterioração crescente das relações de intercâmbio (“menos quantidade de produtos industriais em troca de uma mesma unidade de exportações primárias, exportamos mais e recebemos menos, etc.) e, principalmente, o apêlo à estatização de setôres-chave, como o petróleo. Há, pois, luta e polêmica com o imperialismo. A burguesia industrial desempenha um papel importante no desmascaramento do imperialismo, o que é útil e positivo, necessitando do melhor apoio. Existe aí a necessidade de uma aliança, nunca de uma adesão. O inimigo é comum, mas os objetivos não são comuns. A aliança pressupõe a consciência das contradições internas, a preservação dos interesses de classe do proletariado. A adesão pressupõe a negação da contradição interna absorvida (ou subordinada) aos interesses “da nação em desenvolvimento” e tomada em seu conjunto. Aí ou se afirma ou se renuncia ao marxismo.

A política desenvolvimentista da burguesia industrial, entretanto, não pode ser unicamente *nacional*, tem de ser forçosamente também *ocidental*. A categoria burguesa não pode ser tomada, aqui, na sua acepção mais geral. Trata-se de uma burguesia subdesenvolvida, fraca, retardatária, acossada pelo movimento operário moderno e não por uma luta de classes incipiente. Ela não tem força para vencer exclusivamente com seus próprios meios, possibilidades e perspectivas. A perspectiva histórica lhe é negativa, pois nasceu quando o imperialismo já começou a morrer. Por isso, para pleitear e obter vantagens, apresenta seus interesses como algo útil e mesmo indispensável à sobrevivência do capitalismo *como sistema mundial*. O atraso econômico, o tipo atual de relações com os Estados Unidos, tudo isso é um perigo porque é uma brecha contra os “ideais comuns do Ocidente”, isto é, do sistema capitalista. Os homens do “Grupo de Trabalho Para Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana” são muito claros e expressos a respeito: “A aparente indiferença dos países altamente industrializados do Ocidente ante os problemas da América Latina (que tende para uma situação de crescente empobrecimento relativo) contribui fortemente para aumentar a descrença nas formas democráticas de governo e para estimular o recurso a soluções socializantes. Enquanto isso, as atenções populares se voltam para a observação do que se está passando no bloco soviético”.

Querer corrigir a OPA, tirar-lhe essa característica essencial de ponto de apoio do imperialismo, como faz Prestes, não passa de idealismo, de embelezar a burguesia, de tímida e inoperante reivindicação do bom burguês nacionalista "amigo do povo" que sente um grande mal-estar ante as desagradáveis realidades. Fica imprensado entre a fidelidade à "nação em desenvolvimento" e a fidelidade incondicional à União Soviética, fica grudado no pega-moscas do nacionalismo, às subjetivas palavras-de ordem e não vê, nem que lhe entrem pelos olhos a dentro, as contradições reais entre os interesses da burguesia brasileira e os do imperialismo, as contradições da burguesia industrial com as grandes massas. Em lugar de mostrar que a burguesia não se sente com forças de promover a industrialização completa e a independência plena, que estes objetivos históricos jamais poderão ser completamente realizados no Brasil pela burguesia capitalista mas tão somente sob a direção do proletariado socialista — quer corrigir a OPA, procura infundir confiança na burguesia e não desenvolver a confiança nas forças e na missão do proletariado. Esta acomodação às condições e objetivos burgueses chama-se comumente de oportunismo.

É muito *ea*contradiça a alegação de que a pequena burguesia sofre mais das conseqüências da inflação do que os trabalhadores. Sentindo-se estranguladas, expropriadas e proletarizadas, protestam as camadas médias contra o roubo, a fraude, a corrupção inseparáveis do ascenso burguês. Criam seus clubes da lanterna, seus políticos de vassoura em punho, o que não impede aos representantes da pequena burguesia de cortar a sua fatia no bolo toda vez que possam fazê-lo. A burguesia industrial responde-lhe não somente com argumentos éticos (melhor fiscalização, punição de funcionários faltosos, etc.), não só com a repressão (processos pelas leis de imprensa e segurança, fechamento do Clube da Lanterna, Jacareacanga, etc.), mas principalmente com argumentos econômicos, promessas de prosperidade a curto prazo e imediato ascenso social. A inflação é um fenômeno transitório, com duração limitada ao período de maturação dos investimentos. É o tributo que se tem de pagar pelo feito de realizar 50 anos em cinco. Já agora, entretanto, temos as grandes oportunidades abertas para as altas remunerações e o acesso às posições de uma nova dignidade e importância na sociedade — já são necessários os técnicos, os especialistas de todo gênero, os assessores e planejadores. Faltam agudamente os líderes, os organizadores e dirigentes de empresa, os homens de iniciativas pioneiras que vão viver de e para esses investimentos em realização. Chances sem precedentes abrem-se para uma geração que assiste, privilegiada, ao nascimento de uma grande potência.

O quadro e as perspectivas do desenvolvimento econômico excitam e despertam a pequena e média burguesia, exasperam-na e formam apetites imensos em seu seio. Aí está a grande massa ativa do nacionalismo que reencontra suas tradições tenentistas, combina contraditariamente o golpismo impaciente com o sôfrego adesismo, ambos nutridos pelos mesmos sonhos de grandeza, de superação de uma condição social intermédia para uma situação de estabilidade, segurança e mando. Enfim as portas abertas para o ingresso triunfal na seara das benesses da burguesia capitalista e próspera. Os radicalismos e esquerdismos se esfumam. A lírica e inconsequente marcha para o proletariado e a superficial adesão ao marxismo (comunista na juventude, liberal e democrata na madureza — eis um roteiro confessado por muitos) se transformam sob os efeitos da vertigem das novas e brilhantes perspectivas. Movimento paralelo nos setores da

direita, cujos arroubos fascistas, inspirados pela "eficiência" nazista e pela restauração da grandeza romana pelo fascio, se metamorfoseiam em euforia por uma grandeza e eficiência próprias, não importadas ou copiadas. Da velha ideologia fascizante ou fascistóide, mediante um novo verniz, uma "reformulação", se aproveita um vago antilimperialismo, pois, nos tempos de Hitler e Mussolini, a luta contra o "judaísmo internacional" não era bem uma assimilação do primário e selvagem racismo, mas uma forma equivocada, pela falta de originalidade nacional, de denúncia do imperialismo inglês e americano. Na realidade, era exato e correto afirmar que o Brasil era uma "colônia de banqueiros". Aqui e agora, sob a bandeira do nacionalismo, se reunificam e se reencontram os homens que se desgarraram para a direita e para a esquerda. Prestes manda votar em Guido Mondim, no Rio Grande do Sul, ajudando (embora com poucos votos, mas com muito boa vontade de fazer a "frente única") a eleger o primeiro senador integralista do Brasil. Plínio Salgado blasona que o integralismo formou muitos quadros importantes e, feito deputado, pede matrícula na Frente Parlamentar Nacionalista. Prestes não fica atrás, alinha a classe operária entre as "fôrças do nacionalismo". Afinal, a ANL de 1935 e tôdas as lutas subsequentes contra o imperialismo são os antecedentes diretos que prepararam a eclosão do atual movimento nacionalista.

A turbulenta família pequeno-burguesa é convidada à reunificação para felicidade geral da pátria. Sua estratégia é a meta do desenvolvimento. Sua tática é a luta contra a carestia, que engloba as camadas médias e as massas laboriosas. Sua filosofia econômica é o "máximo de desenvolvimento com um mínimo de inflação". Dêsse viveiro saem os quadros de agitadores e organizadores, trabalhistas, populistas, nacional-reformistas, desenvolvimentistas, neutralistas e até mesmo "marxistas", cujo internacionalismo fica reduzido ao reatamento de relações com a União Soviética. Um mar pequeno-burguês encharca o país, a tudo impregna, penetra por todos os poros e fissuras, contamina as camadas arrastadas à cena política, cerca e ilha, peia e paralisa os círculos revolucionários isolados e dispersos que se deixam confundir e inibir pelo seu despreparo ideológico, desorganização política, desvinculamento do movimento operário e falta de elaboração do processo histórico-concreto. Se é certo que a burguesia industrialista e nacionalista já envia seus próprios quadros, diretamente, para a ação política, não é menos exato que o seu principal instrumento, a sua mais importante reserva — inesgotável, porque cresce sem cessar, em escala de massa, nas condições do desenvolvimento capitalista —, a sua melhor ponte para as massas e o movimento operário é a pequena e média burguesia. Daí saem os deputados e filósofos, os economistas e cientistas, os líderes e organizadores políticos. As palavras de ordem do desenvolvimento chegam a ter formulações mais radicais do que as de uma vanguarda que fracassou, capitulou, foi absorvida, mas conserva o rótulo porque o embuste também é uma das regras do jôgo.

È nesta frente e com estas formas e métodos que corre a linha de ataque e se desenvolve a ação da burguesia pelo domínio ideológico e político do movimento operário. Sem definir os interesses e a política de classe do proletariado, a exaltação do movimento operário ou a proclamação de sua unidade, o regosijo com as ações sindicais, a reivindicação de falar em nome da classe operária não passam de palavras, inócuas e inofensivas, enganadoras e falsas, que colocam Jango e Prestes, Jânio e Lott, Kubitschek e Lacerda, todos juntos, no mesmo gabarito. A burguesia está empenhada em passar seu contrabando ideológico para o seio do proletariado camuflado num envoltório pequeno-burguês, seja tra-

balhista, seja pelo canal adocicado de um marxismo sem luta de classe. O desenvolvimento, a industrialização, o pleno emprego, a grandeza nacional darão melhores níveis salariais e de vida. Tudo serve: o apoio aos humildes com que Getúlio Vargas criou a figura da humildade e da dependência dos operários; a elevação social dos trabalhadores e a justiça distributiva de Pasqualini, já que a humildade getulista começou a mostrar sua pouca durabilidade; a participação da classe operária nos frutos do progresso nacional, o aperfeiçoamento da legislação social e sua extensão ao campo com Ferrari, já que a humildade cedeu lugar à combatividade nas greves gerais e à justiça distributiva vem sendo uma bela frase desmoralizada; e até mesmo uma posição crítica diante do governo, uma pitada de esquerdismo na luta pelas reivindicações operárias, "embora tais reivindicações não recebam o apoio de setores da burguesia que participam do movimento nacionalista". A luta de classe do proletariado, luta política, ideológica e econômica, é inteiramente despojada de qualquer sentido socialista, isto é, de todos os elementos especificamente operários. Hegemonia da burguesia que é preciso apoiar politicamente. E dentro desses limites, subordinada à "contradição principal", fica reservada à classe operária tão só e unicamente a luta econômica.

DESENVOLVIMENTO DO DESENVOLVIMENTO

○ desenrolar do processo histórico real, entretanto, vem golpeando impiedosamente o esquema idílico dos teóricos do desenvolvimento, da "nação em desenvolvimento". Já em fins de 1958, enquanto o governo se apresentava com a panacéia do "Programa de Estabilização Monetária", fez-se necessária uma "reformulação para o desenvolvimento" (4), traduzindo uma acre polêmica que passou a colocar mais francamente os problemas econômicos em termos políticos e a abordar sem reboços a luta de classe entre a burguesia e o proletariado como um problema atual e concreto de inadiável e imediato interesse.

Fatos negativos passaram a ser apontadas na marcha do desenvolvimento. O principal — argumenta-se agora — está nas restrições à iniciativa privada, o que se verifica pelo aumento da "propensão média" ao consumo e pela transferência para o setor privado da responsabilidade de reduzir os investimentos. Isto quer dizer: os aumentos de salário são exagerados e, portanto, está sendo consumida uma boa parte do que deveria reservar-se para a "poupança interna" destinada aos investimentos — um corte na acumulação capitalista. Como, havendo menos acumulação, é preciso cortar, quem está sendo obrigado a fazê-lo é o setor privado. Exemplos: o Estado duplicou a porcentagem dos recursos em moeda nacional para as metas governamentais. Esses recursos eram de 25% dos orçamentos públicos (federal e estaduais) e passou para 50,1%. Mais ainda: entre 1955 e 1958 os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro (ao governo) aumentaram de 163%, enquanto os créditos à indústria cresceram apenas de 76%. Assim se caracteriza uma tendência perniciosa de alargar progressivamente o setor público da economia, acompanhada de medidas que se apropriam dos recursos particulares destinados aos investimentos; o Programa de Estabilização Monetária prevê um aumento de 13 bilhões na arrecadação do imposto de renda.

É claro que semelhante linha de conduta é apontada como altamente inconveniente e insatisfatória. Não basta, porém, condená-la, pois ela surgiu da necessidade imperiosa de enfrentar fatos concretos. A verdade é que surgiram novos pontos de estrangulamento e, portanto, chegou a hora de uma "reformulação para o desenvolvimento". O Plano Lucas Lopes pretende ser essa "reformulação" mas não é bom e se faz mister apresentar-lhe uma alternativa a ser posta em prática antes que as coisas fiquem piores.

Resumidamente, os seguintes pontos principais do novo estrangulamento caracterizam as dificuldades presentes:

1 — ameaça tornar-se aguda a insuficiente capacidade de importar, o que pode afetar o processo de substituição das importações e, portanto, paralisar o próprio desenvolvimento;

2 — falta de mão de obra qualificada na agricultura e na indústria e

3 — insuficiência da produção interna de matérias primas nas condições de "desequilíbrios gritantes" no setor industrial.

Este último aspecto, o mais importante ao lado das insuficiências também "gritantes" na capacidade de importar, oferece valiosos elementos críticos ao processo de industrialização. Como se manifestam os desequilíbrios no setor industrial? As coisas estão confessadamente neste pé:

a) — desenvolvimento de indústrias leves além da capacidade do mercado (plásticos, moagem, eletrônica), o que gera

b) uma "pressão incontida" no já combalido balanço de pagamentos. Além de ser *incontida*, essa pressão é *progressiva*, pois representa um consumo crescente de matérias primas, de combustíveis e bens de capital de origem externa, ao passo que se constata

c) uma ociosidade episódica de fatores empregados, isto é, a não utilização dos recursos instalados a pleno rendimento, e ainda

d) dificuldades na formação de uma experiência tecnológica nacional, dificuldades decorrentes das omissões da "estrutura existente".

Tudo isso pode levar o decantado desenvolvimento a um beco sem saída. E, desgraçadamente, o que está sendo feito não resolve o problema. Com efeito, o "gargalo" do balanço de pagamentos é considerado de muito difícil correção. De um lado, as exportações estão num impasse e a ajuda externa tem características espoliadoras demasiado evidentes, o que se atenua dizendo que o movimento de capital é insatisfatório, havendo até há pouco, "egresso líquido", isto é, saíram muito mais dólares do que entraram. Realmente, nesse mesmo ano da graça de 1958, o líder industrial paulista, sr. Manoel da Costa Santos, (5) reconheceu que "no período de 1946-1953, o montante dos novos investimentos (estrangeiros) atingiu, apenas, 39,2% dos lucros e juros remetidos para o exterior, sendo ainda de se considerar que, parte apreciável desses investimentos, compreenderam reinvestimentos de lucros. No lustro abrangido pelos anos 1947-1952, por exemplo, esses reinvestimentos atingiram a cerca de 38% do total de capitais privados americanos aplicados nos países latino-americanos". Mais adiante, explica melhor como é que as coisas se passaram aqui no Brasil nos cinco anos do período 1947-1952, "quando a entrada líquida de capitais estrangeiros públicos e privados foi de 84,6 milhões de dólares, enquanto as remessas de rendas de investimentos privados e juros da dívida oficial montaram a 326,2 milhões de dólares, com um resultado negativo, pois, de 261,6 milhões". Entretanto, mesmo com a facilidade de investimentos sem cobertura cambial, nos anos seguintes, as coisas não melho-

raram, segundo nos esclarece com perfeito conhecimento de causa o sr. Costa Santos. De janeiro de 1955 a novembro de 1957, entraram no país 182 milhões de dólares, aplicados na "quase totalidade em setores não fundamentais".

De passagem, é preciso completar as conclusões do porta-voz da burguesia industrial e um dos seus membros mais proeminentes. Ele descobre e com toda razão que "o desenvolvimento econômico brasileiro foi financiado, em sua maior parte, com nossos próprios recursos internos, "pelos recursos advindos da poupança forçada imposta ao povo pela inflação, principalmente até 1952". Em primeiro lugar, é falso admitir esse "principalmente até 1952", pois a inflação não deu mostras de nenhuma atenuação de 1952 para cá. Muito pouco monrário. Segundo, porque "a poupança interna imposta ao povo pela inflação" não serviu apenas para financiar a burguesia industrial brasileira, serviu também para financiar aquelas remessas fabulosas de dólares para as arcas dos trustes imperialistas norte-americanos.

Passemos a outro "gargalo". Estão sendo feitos esforços no sentido da capacitação profissiona e tecnológica. Entretanto, confessa-se que os "resultados que poderão advir são naturalmente muito inferiores às exigências", enquanto a assistência técnica externa é de "fraca contextura".

Além disso, falta um quadro de "relações interindustriais". Mesmo sem esse instrumento de análise, entretanto, já é possível verificar que o Programa de Metas não é integrado, a expansão de alguns ramos ultrapassa as previsões, em geral insuficientes, devido à abundância de estímulos oficiais. Isto significa um desperdício de recursos escassos, o que implica em "importantes sacrifícios" para a economia em seu conjunto.

CONSEQUÊNCIAS ALARMANTES

O pior é que "não se pode dizer que exista entre nós uma orientação econômica". Isso não há. O que existe é um movimento de opinião em favor da industrialização (o nacionalismo, não é preciso repeti-lo), mas sem capacidade de transformar-se numa política econômica nacional. Em consequência, são tomadas medidas tumultuárias, empiricamente, dando margem a consequências agora consideradas alarmantes. Eis algumas delas, as mais importantes:

— A valorização da taxa de câmbio concorreu para a concentração de renda (acumulação de capital que a inflação proporcionou), mas também concorreu para acentuar a anarquia da produção, pois dificultou "melhores combinações dos fatores entre si". Resultado: o aumento de produtividade em certos setores foi anulado pela baixa produtividade em outros. A verdade é que o câmbio favorecido esconde o custo real dos empreendimentos para a coletividade e não se pode controlar o rendimento econômico dos recursos empregados.

— Os investimentos públicos são desordenados, não obedecem a programas integrados de capitalização. Além disso, os investimentos estaduais e de alguns municípios maiores não estão sujeitos a nenhuma disciplina (atentai bem), "dada a estrutura administrativa do país e a consequente distribuição do poder".

— Faltam medidas para orientar a aplicação dos ativos líquidos (capital) em mãos de pessoas jurídicas (sociedades anônimas) e os créditos dos bancos privados não são selecionados.

— Os impostos de renda e de consumo não têm caráter econômico.

Tal situação, diante da enormidade dos problemas a resolver, despoja das tinturas côr de rosa, da "felicidade para todos", das rissonhas promessas de um "desenvolvimento proporcionado e contínuo de todas as áreas" com que se apresentou a reivindicação burguesa de comandar e orientar o aumento das forças

produtivas no país. Agora, a própria burguesia já ergue a voz para conjurar a *perplexidade* que se generaliza ante os problemas surgidos. E recorda-se, então, a reivindicação inicial e nunca silenciada dos programas *integrados*.

A verdade, recorda-se, é que o Estado tem meios diretos e indiretos poderosos para a "indispensável ordenação para uma harmônica execução de *esquemas globais* de poupança e investimento", para "elaborar e obedecer programas integrados de fomento".

Por motivos óbvios, não se pede uma transformação na estrutura administrativa e na ordem constitucional (agora é o silêncio sobre a democracia, como a melhor via para o progresso). Apontam-se as dificuldades, delinea-se subrepticiamente uma nova perspectiva, mas já com suficiente clareza para que desponte uma tendência política facilmente identificável. Dosadamente, em diversas passagens, alude-se às dificuldades para o planejamento e execução (elaborar e obedecer) de um *programa integrado*, desde que existem três esferas administrativas — federal, estadual e municipal — e o poder político está dividido em outras três esferas — executivo, legislativo e judiciário. Poder-se-ia indagar: a integração econômica não estará exigindo a integração política? a "disciplina geral para o bom enquadramento do particular", implicando em comando único, não exigirá a centralização do poder político?

A pergunta fica nas entrelinhas, habilidosa e manhosamente, mas a resposta é mais ou menos explícita. Mesmo na situação atual, já é possível, nada impede os programas básicos de uma "política mais sólida e menos episódica". Isto se pode obter mediante a adoção regular de "programas básicos, integrados, projetados para prazos médios, de preferência coincidentes com os períodos presidenciais". Em suma, as minúcias e detalhes técnicos não chegam a esconder suficientemente que a "reformulação para o desenvolvimento" é, na realidade, uma "reformulação política" com vistas à reorganização do Estado num sentido centralista, autoritário, com sua seqüela liberticida, anti-operária e fascizante. As duas críticas fundamentais e convergentes visam:

1 — um programa integrado de industrialização, sob comando centralizado e livre das "dificuldades" decorrentes da atual distribuição constitucional do poder político que é complicada, além do mais, pelas autonomias locais dos Estados e Municípios. Os prazos dos planos econômicos coincidentes com os períodos presidenciais ressaltam claramente a questão do poder pessoal do chefe do executivo. Evidente é que o prazo do mandato é secundário, pois o principal é o prazo do plano. E como os sucessivos programas integrados devem ser, cada um, o prolongamento do anterior, o objetivo sagrado do desenvolvimento passa a criar e justificar tendências políticas bonapartistas e ditatoriais;

2 — No seu Programa de Estabilização é o próprio governo quem confessa que o salário mínimo foi arbitrado não em função dos dados econômicos disponíveis mas, sim, em função das injunções políticas. Isto não pode ser assim. "É necessário que a política trabalhista brasileira seja condicionada à necessidade de preservar a taxa de investimentos".

Portanto, já que a política está interferindo, é preciso promover o fortalecimento do Estado de modo que possa resistir e triunfar sobre as tendências dispersivas e desorganizadoras no seio das classes dominantes e sobre a pressão do movimento operário. É claro que essa tendência centralista e ditatorial vem de par com nova irrupção de demagogia. Em ambos os casos temos a reforma da constituição como tema central. Da burguesia industrial parte a exigência de

medidas políticas aptas a "condicionar a política trabalhista à necessidade de preservar a taxa de investimentos". Do trabalhismo (vide entrevista de João Belchior Goulart) vem a resposta de agir antes que o povo queira "fazer por suas próprias mãos". Fazemos a revolução antes que o povo a faça. Revive a palavra de ordem de 1930. A diferença é que, agora, o povo é outra coisa muito diferente. Então é preciso mais audácia e coragem. Mas são duas faces da mesma política, pois, acentua Jango, "defendendo o povo, estou defendendo também as instituições e o próprio poder econômico, pois todos estão ameaçados com as sucessivas greves, com incessantes impactos sociais que surgem de Norte a Sul".

A POLÍTICA DA CLASSE OPERARIA

ASSIM se apresenta, descrito em seus rasgos principais, o quadro brasileiro nos dias que passam. Essa realidade, mesmo contando-se apenas com os materiais fornecidos pela própria burguesia interessada, não só permite mas obriga a duas perguntas fundamentais:

— pode e é capaz a burguesia brasileira de realizar o desenvolvimento econômico, libertar o país do atraso e do subdesenvolvimento?

— pode e deve o proletariado renunciar aos seus objetivos de classe, consentir no sacrifício total que lhe é exigido e concordar que a protelação indefinida de suas reivindicações políticas e sociais serve à causa da independência nacional?

A primeira pergunta tem uma resposta negativa. A burguesia industrial brasileira, evidentemente, tem um papel a desempenhar. Ela já demonstrou que é capaz de promover um certo e limitado desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, ela mesma informa que sua noção de desenvolvimento decorre de uma comparação — a comparação do Brasil com o que chama de economias maduras. Reconhece que, embora satisfeita com a taxa de crescimento da economia nacional, a diferença para menos que separa o Brasil dos países desenvolvidos aumenta continuamente, sem cessar. Está fora de seu alcance modificar tal situação desfavorável, pois, para tanto, seria necessário alterar a marcha e a estrutura da economia mundial. Ao contrário, tem que adaptar-se a essa realidade negativa que lhe é superior, aceitando como recursos novos os equipamentos obsoletos dos Estados Unidos e da Europa. E mesmo a estes não tem podido fazer funcionar a pleno rendimento. Pior ainda: seu esforço de acumulação de capital é reduzido e espoliado pelos capitais estrangeiros. Já verificou que saem mais dólares do que entram e que a ajuda aos países subdesenvolvidos não passa de um bom negócio para os imperialistas que, por esse meio, se apoderam e controlam, em seu próprio benefício, a produção, o comércio, o consumo. É claro que as exortações a que os investimentos estrangeiros abdicam dêss e caráter de rapina e se integrem na economia nacional, se nacionalizem, não podem demover os imperialistas e têm a mesma força dos exorcismos de um feiticeiro medieval.

Assim, o tão decantado desenvolvimento é, na realidade, um subdesenvolvimento progressivo em que ficamos cada vez mais atrasados em relação aos países adiantados. A burguesia brasileira, apesar de suas reivindicações de liderança nacional, na realidade, permanece débil e dependente da burguesia imperialista americana. Aceitar sua direção é atar a sociedade brasileira, pés e mãos, na sua luta nacional contra o domínio imperialista.

Isto nos leva, naturalmente, a uma resposta negativa à segunda pergunta. Mesmo uma temporária renúncia "tática" à luta de classe do proletariado (para argumentar com o irreal e, portanto, com o absurdo, pois essa renúncia só existe

na cabeça de certos "líderes"), a abolição da propaganda socialista e a transformação do movimento operário em apêndice da burguesia nada de proveitoso podem trazer ao desenvolvimento das forças produtivas e muito menos à causa da independência nacional. Muito pelo contrário.

Incapaz de afrontar, por seus próprios meios, o enfeudamento do país ao imperialismo americano, a burguesia vê-se na contingência de cortejar e oprimir a classe operária, ao mesmo tempo. Veja-se a Petrobrás, como primeiro exemplo: impotente para mobilizar os capitais necessários à implantação da indústria petrolífera e sem forças de preservá-la para si mesma, a burguesia recorreu aos capitais públicos, ao dinheiro dos impostos pagos por todos e à couraça do monopólio estatal. Ótimo — uma barreira ante os trustes. Mas, sendo assim, o monopólio estatal encerra uma contradição, é propriedade social administrada e gerida pela minoria burguesa, em benefício de seu exclusivo fortalecimento econômico e político.

Mesmo para defender a própria propriedade burguesa contra a expropriação imperialista, não lhe bastam suas leis e meios habituais de autodefesa. Contra a concorrência demolidora da American Can, por exemplo, apelou abertamente para a decisiva intervenção das massas na rua. E a invasão dos trustes, sob o manto do desenvolvimento, vem se fazendo em grande escala, pelo método indolor da aquisição de empresas médias e pequenas.

A própria tese da industrialização não pode subsistir e registrar êxitos, aqui e ali, sem o concurso de uma ativa e vigilante opinião pública da qual os sindicatos operários são a fração mais organizada e militante, com uma organização permanente que não se dissolve com as férias escolares.

Deve o movimento operário, que é chamado a desempenhar uma crescente ação política, organizar-se como força independente e travar a batalha por um desfêcho socialista do desenvolvimento, difundir a idéia socialista, imprimir um caráter socialista à sua ação política ou, pelo contrário, colocar-se a serviço da burguesia, colaborar para o fortalecimento do capitalismo, submeter-se à ideologia burguesa? É claro que o mais conveniente à burguesia é o segundo caminho, ao que se ajusta a tese da subordinação da luta de classe do proletariado à luta anti-imperialista. Fala-se, é verdade, que entre o proletariado e a burguesia existem relações de luta e de união. Prevalece a união em detrimento da luta. Mas esconde-se, e muito cuidadosamente, que entre a burguesia e o imperialismo é que existem relações de luta (por uma fatia maior do bolo brasileiro) e de união (pela preservação do sistema capitalista). E' que aí é que prevalece mesmo a união — união sólida, natural, de classe. Na realidade, subordina-se o *social*, a luta de classe, ao *nacional* que é modelado pela classe dominante à sua imagem e semelhança. A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento.

As promessas de melhoria material, como conseqüência do desenvolvimento, com a "participação dos trabalhadores nos frutos do progresso", serve mesmo e para ludibriar o proletariado e castrá-lo politicamente. Qualquer marxista de formação elementar sabe que as melhoras alcançáveis sob o capitalismo jamais impedirão que a situação material dos trabalhadores piore sem cessar em relação à situação material da burguesia. A distância social entre uma classe e outra aumenta continuamente com o desenvolvimento capitalista. Isto só pode ser assim, porque "no capital produtor, a parte consagrada às máquinas e às matérias primas cresce mais rapidamente que a parte consagrada ao provisionamento em meios de subsistência" (Marx). E, tratando-se de uma burguesia

subdesenvolvida como a nossa, cada vez mais abaixo do nível dos países "maduros", o empobrecimento relativo do proletariado brasileiro eleva-se ao quadrado. No mínimo.

Outra farsa do còro burguês é a propalada aceitação da "ascensão política dos trabalhadores". Aceitam-na. Mas, até mesmo nas suas plataformas mais audazes e "esquerdistas", negam-se a mover uma palha em prol de reivindicações políticas essenciais para o movimento operário organizado, como o direito de greve e a autonomia dos sindicatos ante o Ministério do Trabalho.

Os sacristãos pseudo-marxistas, na realidade, chafurdam no pior dos revisionismos. Negam que a luta de classe é o motor da história, substituindo-a pelo fator nacional, unânimes com a burguesia na acusação aos trabalhadores de que sua luta prejudica a "nação em desenvolvimento".

Em resumidas contas: a burguesia nacional chegou tarde e não pode ir além de um desenvolvimento limitado das forças produtivas, o capitalismo dessa burguesia atacada de senilidade prematura é uma forma atual do atraso econômico e da dependência política ao imperialismo; o proletariado não tem motivo algum para renunciar à sua política independente de classe, aos seus objetivos socialistas — única forma viável do livre desenvolvimento das forças produtivas e garantia de independência nacional.

A formação de uma vanguarda realmente marxista, a organização política independente da classe operária estão na ordem do dia.

(1) As citações de Prestes são tiradas do seu artigo "A situação política e a posição dos comunistas", na "Voz Operária" de 31-1-59, que usou de circular logo depois.

(2) "Desenvolvimento & Conjuntura" — N. 1 — Ano 1 — Rio, Julho, 1957.

(3) Isto se proclama, apesar dos milhões de desempregados e da recente recessão nos

(4) "Desenvolvimento & Conjuntura" — N. 11 — Novembro de 1958.

Estados Unidos e na Europa, apesar da desocupação parcial de milhões nas "economias maduras".

(5) "Os Investimentos Estrangeiros no Brasil" — Forum Roberto Simonsen — São Paulo.

A Revolução Brasileira

L. Vidcl

O problema da revolução brasileira deve ser colocado tanto do ponto de vista da realidade existente entre nós como também do exame preciso das características atuais da economia mundial. Pelo estudo das forças motrizes do mundo de hoje, quer em suas particularidades, quer em sua forma global, é que se pode situar devidamente o movimento econômico e social que se vem operando nos países subdesenvolvidos, da África, da Ásia e da América.

Não se trata de uma questão teórica, embora não se deva separar a teoria da prática. Trata-se de uma situação real que é preciso encarar em tôdas as suas faces, pela direita e pelo avesso, já que os acontecimentos não se processam formalmente, levados pelo determinismo mecanicista e sim de maneira dialética, dependendo da ação dos homens, dos grupos, dos partidos, ou seja, das classes sociais.

Os erros políticos não obedecem à fatalidade histórica e se assim fôsse, devido a sua própria inevitabilidade, não poderíamos considerar como erros. Mais de um caminho, presentemente, se desenham na luta social e política, caminhos que podem precipitar ou retardar a emancipação das classes trabalhadoras.

Que o capitalismo se encontra num período de crise estrutural, não resta a menor dúvida. Dizemos crise estrutural, para não confundir com as crises que se verificam periodicamente em consequência da anarquia da produção que é inerente ao próprio sistema.

A situação é clara: o capitalismo, para sobreviver, só poderia encontrar uma única solução: a estatização da economia. Já no final do século passado, ele atravessou por uma crise semelhante que quase o destruiu.

Marx havia previsto para os seus dias a revolução social. Supunha que as contradições internas do capitalismo, determinadas pela livre concorrência, levariam à concentração da produção e esta, num dado grau de evolução, chegaria ao monopólio. Antes, entretanto, que isto se processasse, a anarquia econômica e política se agravaria de tal forma que só o socialismo poderia resolver o problema. O capitalismo, porém, venceu a crise estrutural pela qual passou no fim do século passado e restabeleceu o seu equilíbrio sob a forma do capital monopolizador.

A história mostrou que estava certa a previsão econômica de Marx. O que não correspondeu ao curso dos fatos foi a sua previsão política. Mas ele mesmo dizia que não era profeta. O capitalismo passou da livre concorrência para o monopólio. Lenine, por sua vés, previu que o capitalismo monopolizador poderia evoluir para o capitalismo de Estado, como Engels assinalara. Ambos, porém, acreditavam que, antes do processo universalizar-se, o aguçamento das contradições levaria à derrocada do capitalismo.

Evidentemente, no momento atual, terá grande importância senão decisiva a capacidade política da classe operária. Ao poder não se chega simplesmente movido pela vontade. É preciso que haja as condições objetivas e subjetivas para isto. Além do mais, a insurreição é uma arte como ensinavam os mestres do socialismo científico. Nada se poderá fazer sem uma vanguarda consciente e combativa — a parteira da revolução — que saiba unir a teoria, pelo exame preciso dos fatos, a uma ação prática, segura e decidida.

Se o capitalismo ocidental tiver a oportunidade de reorganizar-se sob a forma estatizada, por mais algumas décadas ele assegurará a sua sobrevivência. Na União Soviética, a situação é diversa. Ai, o capitalismo de Estado já encontrou as suas bases sociais e políticas, e tenta se firmar por meio do exército, da burocracia e da MVD.

O conflito entre o bloco ocidental e o bloco soviético pela conquista do mundo põe sobre a mesa o problema do superimperialismo. O domínio de qualquer um destes blocos representaria o "governo universal" dentro do mais gritante nacionalismo. Seria a "paz romana" sob a estatização tanto no terreno econômico como no terreno social e político.

O capitalismo de Estado apresenta-se, pois, sob a forma mais aperfeiçoada da contra-revolução, com a tentativa de planificar a economia mundial de acordo com a ciência e a tecnologia moderna, e resolve, desta forma, tanto quanto possível, os seus conflitos internos que criam as condições essenciais de sua própria desagregação.

Para os países semi-desenvolvidos, como já sabemos, há duas teses fundamentais quanto à dinâmica da revolução social: a tese da revolução por etapas e a tese da revolução permanente. Uma se apoia no processo da evolução gradual, a outra no processo da evolução emergente que leva, pelo salto, a superação das etapas.

Os que aceitam a tese da revolução por etapas sustentam que primeiro deverá ser feita a revolução democrática nacional burguesa contra o latifúndio e contra o imperialismo, para depois, então, iniciar a revolução operária.

Já os que defendem a revolução permanente colocam o problema de modo diverso. Para estes, a revolução democrática nacional burguesa deve coincidir com a revolução operária.

Trotsky que, seguindo as pegadas de Marx, foi, em nossa época, o teórico mais autorizado da revolução permanente, teve a oportunidade de escrever: "Nos países de desenvolvimento burguês atrasado e, em particular nos coloniais, e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução íntegra e efetiva de seus fins democráticos e de sua emancipação nacional tão só pode conceber-se por meio da ditadura do proletariado, empunhando este o poder como guia da nação oprimida e, ante tudo, de suas massas camponesas... Sem a aliança do proletariado com os camponeses, os fins da revolução democrática não só não podem realizar-se como também nem sequer cabe planificá-la seriamente. Todavia, a aliança destas duas classes não é factível senão lutando irreconciliavelmente contra a influência da burguesia liberal nacional".

Trotsky está certo até um ponto determinado. Quando ele escreveu estas linhas tinha a seu favor a realidade histórica de sua época. Hoje, há uma nova face do problema. É precisamente a do capitalismo de Estado.

A burguesia nacional pode levar avante a sua revolução não por etapas e sim por um processo da superação das etapas. Como falamos em revolução permanente também podemos falar em contra-revolução permanente.

A revolução nacional burguesa pode coincidir com a instauração do capitalismo de Estado. E, de acordo, com a própria marcha da economia mundial, ajustar-se, em grande parte, com os interesses da política imperialista.

Tanto a revolução como a contra-revolução pode, portanto, obedecer a um processo semelhante de saltos qualitativos. Assim o processo da contra-revolução permanente opõe-se ao processo da revolução permanente.

Uma cousa é certa: a revolução por etapas, pelo menos no Brasil, não passa de um esquema irreal. A prova disto é que a burguesia nacional, altamente financiada e protegida pelo Estado, apoia, voluntariamente ou não, a política de nacionalização do petróleo, da energia elétrica, etc. etc.

O capitalismo de Estado não é a solução ideal para os capitalistas e sim uma solução histórica em vista das contradições econômicas e sociais de nosso tempo.

Trotsky tem razão quando defende a revolução permanente. Aliás, não fez mais do que desenvolver cientificamente uma tese de Marx. Mas Trotsky não pensou no processo inverso da contra-revolução permanente, nem poderia pensar, pois é uma situação nova e original que tomou corpo após a sua morte.

A tendência para o capitalismo de Estado já existia em vida de Trotsky. Trotsky chegou a discuti-la na apreciação do Estado Soviético, o que poderia

ter sido extremamente esclarecedor para êle. Mas não se desfêz do preconceito de que a URSS era um Estado operário em virtude da nacionalização da produção, da planificação da economia e do monopólio do comércio exterior. Este Estado estava em degenerescência, segundo êle, mas o que necessitava para salvá-lo era de uma revolução política e não de uma revolução social porque esta já estava feita desde 1917.

A burocracia era uma excrescência acidental que seria lançada nos esgotos da história assim que se verificasse a revolução operária nos principais países da Europa. E esta revolução operária viria inevitavelmente com a Segunda Guerra Mundial que era também inevitável.

A verdade é que veio a guerra, veio a revolução política na URSS com a destruição do stalinismo após a ascensão de Kruchev. A verdade também é que a Rússia, sob o ponto de vista da estrutura econômica, permaneceu como estava. Evidentemente, a situação interna sofreu uma alteração, não de base, mas que poderá atingir a base no caso de um aprofundamento da luta antistalinista.

As contradições dentro da Rússia tendem a se agravar continuamente e a revolução política que teve início com a tentativa de desestalinização pode se transformar em revolução social e destruir o capitalismo de Estado em formação bem como a nova classe possuidora que não tem ainda uma grande estabilidade.

Com toda a clareza, na base da experiência objetiva, é que se deve elaborar as novas formulações sobre a tendência da economia mundial e da revolução de nossos dias.

Trotsky preferiu esperar a confirmação dos fatos concretos, alegando que não aceitaria as hipóteses pelas hipóteses. E os fatos falaram bem alto, sobretudo depois de sua morte.

O problema das nações subdesenvolvidas pode ser colocado da seguinte maneira: ou estas nações vencem o atraso por meio da nacionalização da economia ou por meio da socialização.

Diferenciamos o problema da nacionalização do problema da socialização, como também distinguimos o problema da nacionalização do problema da estatização.

A estatização é, hoje, a única forma de nacionalização efetiva, que evita os testes de ferro. Mas em que base se faz esta nacionalização? Se realizada pela burguesia será feita em seu próprio proveito e, portanto, contra os interesses do proletariado. Será a porta aberta para o capitalismo de Estado e, portanto, para a contra-revolução em marcha.

A nacionalização só é possível para um marxista na base da socialização e não da estatização.

Devemos ter em vista o papel que desempenha a moeda num regime intervencionista, ou melhor, num regime em que o Estado se torne em senhor. A estatização da produção com o manejo da moeda bastam para sufocar a revolução operária por muitos anos.

Pelo controle da moeda, que deixa de ser um simples meio de pagamento, se pode utilizá-la, mediante o "open market", para neutralizar o excesso de prosperidade ou provocar a reação contrária em caso de depressão, restringindo ou aumentando as disponibilidades monetárias.

Como diz Carciente, que examinou a questão pelo lado técnico, a ela se recorre para a inflação em marcha como meio de acelerar a evolução da política de distribuição da renda e da riqueza, sendo assim o modo mais drástico de sistema impositivo que se conhece em nosso tempo... A ela se prendem impostos, empréstimos, preço, lucro, pleno emprego ou protecionismo. O controle da moeda poderá vir a ser uma das molas centrais do capitalismo de Estado, que por muitos anos tentará conter a revolução operária.

Para a situação dos países subdesenvolvidos, semi-feudal e semi-colonial, como o Brasil, existem três saídas que poderemos esquematizar:

- 1° — a de caráter evolutivo pelo desenvolvimento orgânico do capitalismo, passando pelas etapas normais.
- 2° — a do socialismo pela revolução operária, vindo de baixo para cima.
- 3° — a do capitalismo de Estado, pelo controle estatal da produção e distribuição das riquezas, realizado pela classe possuidora.

Não acreditamos na primeira hipótese, como já tivemos a oportunidade de afirmar. O dilema está entre a 2ª e a 3ª.

De qualquer forma, a classe operária brasileira não pode nem deve ser guiada pela demagogia dos que defendem os interesses deste ou daquele bloco imperialista que disputa o domínio do mundo. O nacionalismo, como sempre acontece, tornou-se um instrumento de política internacional sem o menor vínculo com os interesses reais da classe trabalhadora. Não existe um nacionalismo mais anti-nacional do que o nacionalismo oficial da direita e da esquerda. A campanha contra o "entreguismo" teve e tem o seu lado positivo: o de se evitar um saque nas riquezas nacionais sem o menor controle do governo e do povo. Mas não devemos cair no lado oposto, dando elementos para alargar, entre nós, as forças nacionais da contra-revolução.

Marxismo ou Apologética Nacionalista ?

Eurico Mendes

A última campanha eleitoral mostrou a crescente importância que o nacionalismo está tomando na política interna do país. Não há político que não reafirme seu pensamento nacional, nem candidato que não apele ao sentimento patriótico do eleitorado. É verdade que a esperada separação das correntes em nacionalistas e "entreguistas" não se deu. Todo mundo é a favor, e os candidatos pronunciadamente nacionalistas encontram-se em quase tôdas as legendas. O que difere é a interpretação. Seria exagêro afirmar que um valor mais novo esteja fazendo silenciar as antigas musas. A questão é de quantidade. A idéia reinante do nacionalismo é por natureza a idéia da classe dominante e, se ela se impõe, hoje, com vigor, êsse fenômeno reflete meramente o processo de industrialização do país e a maior auto-confiança da burguesia nacional.

Costuma-se dizer que há, todavia, "nacionalismo" e nacionalismo, referindo-se êste último, à manifestação radical das classes médias, como o legítimo defensor dos interesses reais da nação. É verdade que o nacionalismo da pequena-burguesia é mais enraizado, êle não conhece as nuances da política diária, da grande burguesia, que sabe manejá-lo de um modo flexível, conforme as necessidades dos seus negócios correntes. A "pureza" do nacionalismo pequeno-burguês não impede, todavia, que seja a burguesia capitalista quem faz a política externa do país. A classe média não tem uma atitude independente e enquanto não houver um proletariado organizado que impulse sua luta, mais tempo menos tempo, ela cai a reboque da grande burguesia.

Isso tudo é natural, pois exprime o progresso do país. O nacionalismo pequeno-burguês, apesar das suas fraquezas, não deixa de ser um sinal do despertar político das classes médias. Negativa é a influência que a ideologia nacionalista exerce sobre a classe operária brasileira. Esse fenômeno deve-se em parte à situação objetiva do nosso proletariado jovem, que cresce continuamente pelo afluxo do campo e que teve pouco tempo para formar a sua ideologia própria. Agrava tal situação, todavia, a atuação da chamada "esquerda" e de sua imprensa, que, em nome de "alianças" e "frentes", defendem a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado. O que tôdas essas facções, que vão dos remanescentes do P. C. até os teóricos do ISEB., têm em comum é a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado é tido como condição "sine qua non" da luta antimerquista. Temos aqui toda uma escola da nacional-reformistas que, com maior ou menor ênfase, procuram justificar-se com argumentos "marxistas". Poucos são os que tiveram a coragem ou a honestidade de admitir que seus métodos de luta e, conseqüentemente, seus objetivos nada mais têm em comum com a causa da classe operária. Preferem êles "naciona-

lizar" o marxismo ao seu modo. Nisso, não pecam por excesso de originalidade. Os velhos historiadores prussianos já gastaram muita tinta no seu esforço de produzir um "Marx legitimamente alemão" e os seus concorrentes do outro lado do Reno o reduziram, não menos enfaticamente, a um sincero "democrata e republicano". Os nossos pequeno-burgueses tentam aprasentar-nos um Marx "subdesenvolvido", fiel à sua própria imagem e em harmonia com seus interesses imediatos.

É esse gênero de "marxismo" que temos de enfrentar. Ele só pode florescer quando se supõe que os trabalhos do fundador do socialismo científico e a experiência de quase um século de lutas nesse campo sejam ignorados. De nossa parte, tentaremos delineá-los aqui sinteticamente, na medida que o espaço limitado o permite, como estímulo para estudos mais profundos.

MARX, ENGELS; NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO

OS fundadores do socialismo científico ocuparam-se intensamente com a questão nacional. Isso não é de admirar, considerando que na Europa, num território do tamanho aproximado ao do Brasil viviam duas dúzias de nações, cujos antagonismos e lutas são parte da história do Velho Continente. No primeiro documento político do comunismo, que os dois velhos assinaram já encontraram, ao lado de outros princípios freqüentemente esquecidos, delineada a atitude dos revolucionários referentes à questão do nacionalismo e do patriotismo. Diz o "Manifesto":

"A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se contudo dessa forma nos primeiros tempos. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar a sua própria burguesia".

A forma nacional da luta proletária, nos primeiros tempos, à qual o "Manifesto" se refere, é o terreno histórico que o proletariado encontrou quando surgiu no cenário social e político. Trata-se da desigualdade do desenvolvimento dos diversos países, que condicionam as particularidades da luta de classe em cada nação. Desde o início, entretanto, há um objetivo comum: a derrubada da própria burguesia. Comuns são também as características, que distinguem os comunistas dos outros partidos operários existentes então nos diversos países:

"Nas diversas lutas nacionais dos proletários, os comunistas destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade".

Encontramos aqui já um princípio de internacionalismo militante, que é ressaltado no terreno ideológico pelo "Manifesto" quando afirma:

"Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra".

As definições do "Manifesto" se tornarão mais compreensíveis para nós se tomarmos o exemplo da Alemanha na época, em véspera e diante da revo-

lução burguesa de 1848. A Alemanha de então não existia ainda como nação unificada. Havia, sim, diversos Estados e Estadozinhos alemães "soberanos", dos quais a Áustria e a Prússia eram os maiores. O particularismo e o separatismo existentes refletiam os privilégios feudais e as rivalidades dinásticas, que se opunham à revolução burguesa. Esta, por sua vez, era inseparável da unificação nacional da Alemanha, a tarefa histórica do seu "Terceiro Estado". A burguesia alemã traiu a sua missão, temerosa do proletariado que surgia na cena, assustada com as lições práticas da luta de classes na vizinha França. Deixou assim que Bismark realizasse a revolução e a unificação alemã, de cima para baixo e ao seu modo. Os operários alemães e a secção germânica da Liga dos Comunistas, desde o início levantaram a bandeira da unificação alemã, como tarefa primordial da revolução. Como todavia, o proletariado é "nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês", distanciara-se conscientemente do nacionalismo e patriotismo da classe média alemã. O "Programa dos Comunistas" na revolução de 1848, publicado no jornal "Neue Rheinische Zeitung" tem como primeiro ponto: "Tôda a Alemanha torna-se uma República única e indivisível", e tem como cabeçalho a já famosa frase do "Manifesto": "Proletários de todos os países, uni-vos".

A derrota da revolução fez com que as reivindicações de 1848, de um ou outro modo, conservassem a sua atualidade ainda por anos a fio. Durante todo esse tempo, os revolucionários alemães combatiam os inimigos internos e externos da unidade alemã, conservando as suas posições independentes de classe. Seu internacionalismo, que, durante quasi duas décadas, não passou de uma atitude propagandística, em virtude do pouco desenvolvimento do movimento proletário alemão, chegou a tomar formas práticas quando da fundação da "Associação Internacional de Trabalhadores" e criou pânico no mundo civilizado de então, quando o recém-fundado Partido Social Democrático Alemão defendia, na guerra franco-prussiana, a Comuna de Paris, em 1871, e se opôs à anexação da Alsácia por Bismark.

Marx, por sua vez, desde 1848 até a sua morte em 1882, travava uma campanha em prol de uma guerra revolucionária da Alemanha contra a Rússia Tsarista, "o gendarme da reação européia". Exigia essa guerra, de um lado, para destruir as reservas da contra-revolução européia e, de outro, por que esperava que uma luta dessa natureza libertasse na Alemanha as forças que deviam completar a obra de 1848. Nessa fase de campanha anti-tsarista, Marx recebeu o apoio mais variado de pessoas e grupos, igualmente interessados no combate ao expansionismo russo. Entre outros, fala ele nas suas cartas a Engels, de um certo Mister Urquhart, um inglês conservador russófobo, que lhe abriu as páginas de seus jornais. Marx aproveitou essa oportunidade, como outras, expondo seus pontos de vista, sem todavia querer apresentar os Urquhart & Cia. como "burgueses-progressistas" ou "aliados" dos operários ingleses ou alemães.

Na mesma época, escreveu uma série de artigos sobre a Europa Oriental para o "New York Tribune" e outros jornais, reunindo-os mais tarde num livro, intitulado "A questão Oriental", e que, junto com os comentários de Engels esclarecem, perfeitamente, a posição de ambos sobre o problema nacional na Europa.

A QUESTÃO ORIENTAL

Em 1882 Karl Kaustky, sendo envolvido em debates entre emigrados poloneses na Suíça, pediu a opinião de Engels sobre a questão nacional na Polónia. Engels respondeu, numa carta prolongada, na qual disse, entre outras cousas.

"Portanto, sou de opinião que existem duas nações na Europa que, não somente têm o direito, mas o dever de serem nacionais, antes de se tornarem internacionais: os irlandeses e os poloneses. Eles serão internacionais do melhor modo quando forem realmente nacionais. Os poloneses compreenderam isto em todas as crises e o provaram nos campos de batalha de todas as revoluções. Elimina a sua expectativa de restabelecer a Polónia, ou convence-os de que, em breve, a nova Polónia cairá em seus braços, por si mesma, e acabará seu interesse pela Revolução Europeia."

Engels não entra no assunto da Irlanda, da qual ele diz, que muito pouco repercute no Continente Europeu. Com muito carinho, todavia, dedica-se ao caso da Polónia. Mostra ele, no início, que é muito difícil formar em nações partilhadas um movimento socialista, isto é, enquanto não se constituírem em nações modernas, como foi o caso da Alemanha, Itália e outras. Havia, todavia, uma razão mais forte pelo apoio de Engels, ao nacionalismo polonês. Diz ele que a Polónia está situada no centro da Europa e a sua divisão é a base da reunião da Santa Aliança, o que garante o predomínio do tsarismo na política europeia. Num artigo publicado em 1874 no "Volksstaat", intitulado "Uma Proclamação Polonesa", Engels coloca o problema de um ângulo mais concreto ainda:

"O Exército russo estará sempre a disposição contra um movimento interno (revolucionário) na Prússia. Hoje, a Rússia oficial ainda é o santuário e o escudo de toda a reação europeia e suas forças armadas formam as reservas de todos os outros exércitos encarregados da repressão da classe operária da Europa".

Marx estava de pleno acordo com as exposições do seu amigo e não deixou dúvidas sobre a tarefa dos poloneses. Num discurso sobre a "Missão Europeia da Polónia", pronunciado em Londres, em 1867, ele dizia:

"A Europa só conhece uma alternativa: ou o barbarismo asiático, sob a direção moscovita, a destruirá como uma avalanche ou ela terá de restabelecer a Polónia, colocando vinte milhões de heróis entre si e a Ásia, a fim de ganhar um prazo para a realização da sua regeneração social".

A atitude de Marx e Engels mostra que para eles o problema nacional e o da independência nacional não representava um fator isolado, ou um princípio em si. Eles subordinaram conscientemente a questão às necessidades da classe operária europeia e do seu movimento revolucionário. Ao mesmo tempo que defendiam a causa dos poloneses, recusavam-se terminantemente a combater pela independência das demais nacionalidades eslavas do jugo austro-hungaro e turco, pois isso teria fortalecido a posição do tsarismo russo, e com isso a da contra-revolução europeia.

Marx e Engels assinalavam, contudo, que essa atitude só era sustentável, enquanto não se realizasse uma revolução democrática ou enquanto não surgisse um movimento proletário na própria Rússia. Do mesmo modo explica-se o apoio de Engels ao nacionalismo polonês, unicamente pelo fato de constatar-se a ausência de uma classe operária industrial na Polónia agrária de então. A luta

contra a Rússia foi levada adiante e liderada pela pequena nobreza do campo, que, evidentemente, não podia produzir mais do que uma ideologia nacionalista. Isso torna compreensível a observação de Engels, que, "eliminaí sua expectativa de restabelecer a Polônia, . . . e acabará seu interesse pela Revolução Européia".

O DEBATE ENTRE LENIN E LUXEMBURG

ENTRE 1907 e a Primeira Guerra Mundial travaram-se, na social democracia russa, polonesa e austríaca, discussões sobre a questão nacional, que tiveram seu auge no debate entre Rosa Luxemburg e Lenin. Em foco estava o artigo 9 do programa do Partido Operário Social-Democrático Russo, que pleiteava a auto-determinação das nações e o direito das minorias nacionais, oprimidas pelo tsarismo, à separação e à formação de Estados independentes.

Rosa Luxemburg defendera, no seu artigo sobre "A Questão Nacional e a Autonomia", o ponto de vista, de que o referido artigo 9 era prejudicial ao movimento operário, exigindo a sua eliminação do programa. Fazendo um esboço histórico desde os tempos de Marx, a autora argumentava que a Polônia tinha perdido muito do seu papel revolucionário e sua independência não tinha mais significação para a revolução européia. Não era mais o pilar da Santa Aliança, superada pela própria história. O velho movimento libertador dos "Chlatchitzi" desaparecera, dando lugar a uma Polônia capitalista, que produzira o seu próprio movimento operário. Do mesmo modo, estavam mudadas as condições sociais e as relações de classes na Rússia Tsarista, que entrara no desenvolvimento capitalista, com os seus burgueses e proletários, e que, em 1905, tinham feito uma tentativa revolucionária.

Nessas condições, — dizia Rosa — a solução da independência deixara de ser revolucionária, e não correspondia aos interesses nem do proletariado russo nem do polonês e qualquer agitação em torno servia unicamente para justificar o domínio material da burguesia polonesa sobre o proletariado. A solução histórica era a luta comum da classe operária da Rússia e da Polônia pela revolução, dentro das condições dadas pelo Estado Tsarista.

Lenin, respondendo no artigo "Sobre o direito dos povos à auto-determinação", concordou com o retrospecto histórico da Europa e com o papel da Polônia, oferecida por Rosa Luxemburg. Concordava também que a solução da separação da Polónia — não interessava nem o proletariado polonês nem ao russo. Discordava, todavia, das conclusões que Luxemburg tirara da situação quando exigia a eliminação do artigo 9 do programa. Para Lenin a concessão plena da auto-determinação, até a formação de Estados Nacionais Independentes, representava a única possibilidade de se evitar que os poloneses e outros povos subjugados pelo tsarismo procurassem, na simples separação, a única solução possível para o problema nacional.

Em segundo lugar, prossegue o artigo, a luta pelo direito de auto-determinação é o meio mais eficiente para opor a classe operária russa à política da burguesia, que apoia o nacionalismo grão-russo do tsarismo. Se os social-democratas russos eliminassem o artigo 9 e negassem ao povo polonês o direito de dispor de si mesmo, fariam o jogo da classe dominante russa. Os social-democratas poloneses — salientava Lenin — tinham todo o direito de combater a solução da independência e ninguém pensava em criticá-los porque agiam nesse

sentido, mas "absorvida pela luta contra o nacionalismo polonês, Rosa Luxemburg esquecera o nacionalismo dos grão-russos".

Lenin distinguia, aí, o nacionalismo dos povos dominantes e o dos dominados. Isso, todavia, não o fez endossar o nacionalismo polonês. Ele meramente recomendava outros meios para combatê-lo. Apesar das divergências tácitas nesse sentido com Rosa Luxemburg, êle dizia ao Partido dela:

"A social-democracia polonesa tem o mesmo mérito histórico de ter criado na Polônia, saturada de correntes e paixões nacionalistas, pela primeira vez, um partido realmente marxista, realmente operário..."

Aos adversários dos social-democratas poloneses, o chamado Partido Socialista da Polônia, liderado mais tarde por Pilsusky, êle não considera nem proletários nem socialistas, mas, sim, um partido pequeno-burguês nacionalista. O esforço dêles de justificar a política nacionalista com a atitude de Marx e Engels no século passado, não é outra coisa do que uma tentativa de "jogar a letra marxista contra o espírito do marxismo". Para a classe operária russa, Lenin esboça, nessas condições uma tarefa dupla, ou bilateral: —

"Combate a qualquer nacionalismo e em primeiro lugar contra o nacionalismo grão-russo; reconhecimento não só da plena igualdade das nações em geral, como também da plena igualdade no sentido da constituição estatal, isto é, o direito das nações à auto-determinação, à separação. Simultaneamente, no interesse do combate bem sucedido contra todo nacionalismo de qualquer nação: defesa da unidade da luta proletária e das organizações proletárias, sua integração mais estreita numa comunidade internacional, contrária às tendências burguesas de separação nacional".

A LUTA ANTIIMPERIALISTA

VIMOS que não há contradição entre a posição de Marx e Engels no século passado e de Lenin e Luxemburg no início dêste. Lenin chegou a denunciar a tentativa de jogar a letra do marxismo contra seu espírito. Pois êste é essencialmente materialista. Quando julga uma ideologia, como o nacionalismo, pergunta qual a classe que a produziu, em que condições sociais e históricas essa classe se encontra concretamente. Quando o progresso histórico ainda está a cargo das classes médias, a luta tem que se desenrolar forçadamente, sob formas e ideologia nacionalistas. Querer que essas camadas desenvolvam uma consciência internacionalista seria desconhecer as relações entre o ser e pensar. A situação muda, todavia, com a formação do proletariado industrial.

O problema se apresentou novamente depois da primeira guerra mundial, com a fundação da Komintern, quando se tentou elaborar uma estratégia global da luta antiimperialista. Foi o Segundo Congresso, em 1920, que se ocupou com a questão, adotando as célebres teses de Lenin "Sôbre a Questão Nacional e Colonial".

As teses definem as tarefas dos Partidos Comunistas nos países dominados pelo Imperialismo de um lado, e nos países dominantes, de outro. Partem do princípio de que a exploração imperialista é um produto do capitalismo e que não será possível eliminar a opressão nacional e a desigualdade sem a derrocada final do capitalismo. E êste é o objetivo da classe operária mundial. Dos partidos nos países imperialistas, as teses exigem um apoio ativo aos movimentos revolucionários nas colônias e o combate às manifestações reformistas e ao "internacionalismo meramente verbal" nas suas próprias

fileiras. Dos partidos nos países atrasados "feudais ou patriárquico-camponezes", exigem que apoiem os movimentos de libertação nacional, combatendo, todavia, resolutamente, qualquer tendência de fusão com tais movimentos das classes médias ou de adesão ideológica. Os comunistas têm obrigação de educar e desenvolver os germes dos movimentos proletários existentes nesses países, preparando-os para suas tarefas próprias, isto é, ao combate às tendências burguesas das suas próprias nações. Redigidas as teses numa fase revolucionária aguda, a Internacional recomendou que, nos países onde não houvesse ainda movimentos proletários de importância, fossem formados Conselhos (soviet) de camponeses para levar a luta avante.

A votação das teses de Lenin foi precedida de intensos debates, durante os quais se manifestou a oposição de parte de delegados asiáticos. Estes assinalavam que o papel dos movimentos proletários nas colônias não estava definido com bastante clareza. Como resultado das discussões, foi adotada ainda uma tese suplementar de M. N. Roy, que chama a atenção sobre a rápida industrialização que se realizara na Índia, por exemplo, e que estava dando lugar à formação de movimentos operários completamente independentes, que desenvolviam seus próprios métodos de luta de mais largo alcance do que os da classe média. Enquanto que a tese de Lenin foi adotada com três abstenções, a de Roy chegou a ter unanimidade.

A atitude de Lenin frente ao problema colonial e nacional, naquele momento, revelava, porém, dois aspectos, que as teses não escondem. De um lado, encarava o assunto sob o ângulo mais largo da luta de classes e, do outro, sob a prisma das necessidades imediatas da República Soviética, isolada num mundo capitalista hostil e à procura de aliados contra o cerco imperialista. O mundo colonial e semi-colonial representava esse aliado latente do proletariado soviético. Mais claramente do que o próprio Lenin, exprimiu-se Bucharin, quando declarou no 8º Congresso do Partido Comunista Russo, que a República Soviética só tinha a ganhar com o movimento de independência nas colônias, dizendo: "Os movimentos nacionalistas mais violentos são nada mais do que água para nossos moinhos, pois eles contribuem para a destruição do imperialismo inglês".

Naquele tempo, todavia, ainda se procurava conciliar os interesses da política externa soviética com os da classe operária internacional. Nem Lenin nem Bucharin tinham em mente o sacrifício de um movimento proletário a um aliado nacionalista passageiro. As funções dos movimentos nacional-libertadores estavam bem definidas e a emenda de Roy mostra que as possibilidades de saltos qualitativos foram levadas em consideração. O abandono do espírito do marxismo, a revisão da tese leninista, ficou a cargo de Stalin e ele o fez tão eficientemente, que os efeitos ainda se sentem nos quatro cantos do mundo — inclusive no Brasil.

A REVISÃO STALINISTA

A resolução do Segundo Congresso da Comintern reza ainda que o internacionalismo proletário exige: 1) a subordinação dos interesses da luta proletária em cada país aos interesses da luta em escala mundial e 2) que a nação que obteve a vitória sobre a burguesia, faça os maiores sacrifícios nacionais, a fim de derrubar o capitalismo internacional.

Stalin inverteu a ordem das cousas. Ele subordinou os interesses da luta do proletariado internacional aos interesses imediatos da União Soviética; sacri-

ficou a revolução européia e mundial às conveniências da diplomacia soviética. Procurando aliados no cenário internacional, não mostrou os escrúpulos dos revolucionários de 1920: liquidou o conteúdo marxista do comunismo internacional e reabilitou justamente os dois fatores, que provocaram a cisão da Segunda Internacional: a paz social e o social-patriotismo.

Essa experiência, todavia, nem foi iniciada nas colônias, ou num país subdesenvolvido qualquer. Foi ensaiada na França imperialista, com a "Frente Popular", enquanto que nas colônias francesas, se retirou o apoio aos movimentos revolucionários. Como consequência, a sessão argelina do P. C. francês abandonou a Internacional, em sinal de protesto, em 1937. Em geral, a nova linha encontrou resistência nas fileiras dos militantes, e muita tinta foi gasta para explicar a reviravolta "dialética". As raízes do internacionalismo ou eram fortes demais, principalmente no seio do movimento juvenil. Quando se começou a lançar as primeiras palavras de ordem nacionalistas para o uso público, aos membros do Partido se declarava, com um piscar de olhos, que isso era "para inglês ver", uma necessidade decorrente da ameaça nazista. O que era tido, no início, como "medida tácita", com o tempo passou a dominar a mentalidade do Partido. As novas gerações e a classe operária francesa foram educadas por um nacionalismo pequeno-burguês, do qual não mais se libertaram até hoje.

O fenômeno não se restringiu à França. Os disciplinados Partidos Comunistas do mundo inteiro aprenderam muito depressa e obedientemente as novas palavras de ordem, aplicando a "experiência" francesa. O nacionalismo e o patriotismo foram cultivados do Partido Americano até o japonês. A lição foi cara. Quando em consequência da guerra, surgiu a nova oportunidade histórica para o proletariado europeu de se constituir e derrubar finalmente o capitalismo no Velho Mundo, os Partidos Comunistas já estavam completamente incapazes de preencher a sua missão. Eles preferiram sacrificar o proletariado alemão, colaborando com suas próprias burguesias, entrando em ministérios burgueses. — A vitória de De Gaulle em 1958 é uma consequência lógica do apoio a De Gaulle em 1945.

A causa fundamental da crise do movimento operário em escala mundial é o abandono do internacionalismo proletário pela própria Rússia Soviética e a submissão da classe operária nos países capitalistas à política externa de Moscou. Enquanto êsse fenômeno não for superado, seja por meio de reformas radicais da política interna soviética ou pela rebelião dos Partidos no Ocidente, a desestalinização não estará completada.

"HIC RHODUS — HIC SALTA"

Apesar de tôdas as nossas particularidades nacionais, que ora estão muito em voga, não podemos deixar de colocar a questão, como marxistas brasileiros, da base material do nacionalismo do Brasil. Que classe é o porta-bandeira da ideologia nacionalista? Qual é a situação objetiva dessa classe? Qual o seu papel na luta econômica e política?

Até aqui ninguém tentou demonstrar ainda que o nacionalismo seja uma ideologia proletária (o que pode acontecer ainda). O nacionalismo é aceito com teoria burguesa ou pequeno-burguesa e sua aceitação política é justificada com o papel específico que a burguesia tem no Brasil ou nos chamados países "subdesenvolvidos", em geral.

E a classe operária brasileira, qual é então a sua ideologia? Essa pergunta encontra geralmente uma acolhida um tanto fria. O colocá-la, em si, já é tido como sinal de "estreitismo". Pois admitir que a consciência de um proletariado industrial brasileiro tenha de ser internacionalista cria problemas na política prática. E como, apesar de todos os "mea culpa" e "auto-críticas", ainda predomina o hábito stalinista de fazer teoria em função e como mera justificativa da política diária, uma análise teórica da questão não foi sequer tentada.

Essa confusão e o oportunismo decorrente são justificados geralmente pela situação peculiar em que o país se encontra. "O Brasil é um país sub-desenvolvido" — êsse lugar comum deve explicar tudo. O que é todavia, um país "sub-desenvolvido"? A Arábia Saudita é incluída nessa categoria e o Ghana, o Afeganistão e a Etiópia também. E a China, ainda pode ser classificada como tal? Se não o é, quando deixou de sê-lo?

Pelo que vemos, a classificação não é muito precisa, pois o Brasil pouco tem de comum com a estrutura social desses países recém-saídos de um status-colonial — para não falar das colônias prôpriamente ditas, que igualmente estão incluídas na categoria de subdesenvolvidas, — ou, de outro lado, da China, que fez uma revolução socialista.

O que distingue o Brasil de todos êsses países é o grau do seu desenvolvimento industrial, a existência de uma burguesia e de um proletariado bem definidos e sob êsse ângulo estamos mais próximos de certas nações européias, do que a um país africano médio. Não somos nenhum país ocupado por uma potência colonial. A nossa independência não é muito mais nova do que a dos Estados Unidos. Em 1930 tivemos uma revolução que trouxe a burguesia industrial ao poder, que ela, por sua vez, confiou a Getúlio Vargas. Desde o fim da guerra ela exerce o poder, diretamente mediante os órgãos legislativos, tendo responsabilidade pela situação objetiva do país. Temos uma classe operária de mais de três milhões de homens, sem contar as suas famílias. Anualmente cerca de meio milhão de novos empregos são criados no país, dos quais uma grande parte na indústria. Temos uma população trabalhadora do campo de mais de 10 milhões, da qual boa parte é constituída por um proletariado rural, prestes a se fazer presente na vida política do país. Subdesenvolvidos somos em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo. Em relação à grande maioria da humanidade e da população da própria América Latina, já somos um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista.

Não negamos o atraso existente. O que combatemos é a tentativa de conservação de nações políticas atrasadas. A existência de um proletariado industrial criou as condições para a formação de uma escola marxista no Brasil, isto é, de um socialismo em padrões científicos. Não há essa espécie de marxismo subdesenvolvido, que se tenta apresentar para uso doméstico, como não pode haver uma teoria atômica "subdesenvolvida". A ciência é universal, é internacional, seja no campo da física, como das lutas sociais. Os nossos físicos, que pretendem instalar fontes de energia atômica no Brasil, têm de dominar as leis da física nuclear do mesmo modo que seus colegas dos países mais adiantados. O que eles têm de levar em consideração são as condições concretas, dentro das quais têm de agir, tanto as condições econômicas como do nível técnico existente no país. Nenhum cientista ou técnico atômico vencerá, entretanto, as dificuldades, usando noções da física pré-nuclear.

Se a nossa classe operária ainda está dominada por concepções políticas "subdesenvolvidas", nacionalistas e pequeno-burgueses, o nosso dever é ajudá-la a libertar-se dêsse atraso ideológico e não reforçá-lo. A nossa tarefa e a nossa única razão de ser é levar ao proletariado brasileiro a consciência do seu papel social e político e isso só pode ser feito mediante um combate incessante dos preconceitos do pensamento pequeno-burguês, que ainda o dominam. Pois a emancipação ideológica é a condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil.

PARTIDO NACIONALISTA OU PARTIDO OPERÁRIO?

TEMOS de deixar claro, antes de tudo, que não enfrentamos no Brasil o que nós, marxistas, costumamos chamar de "problema nacional". O Brasil é um Estado nacional, com unidade territorial, econômica, política, lingüística e cultural, no sentido moderno da palavra, tal como foi criada pela Revolução Francesa. O processo de formação da nação brasileira já estava praticamente terminado no Império. A guerra do Paraguai e a criação do território do Acre solucionaram os últimos problemas das fronteiras nacionais. Não há minorias brasileiras oprimidas em países vizinhos nem minorias nacionais que possam ameaçar a unidade do país. Não somos uma nação partilhada nem ocupada. De ponto de vista do direito internacional, o Brasil é um país soberano.

Na prática, essa soberania é limitada e lesada pelo imperialismo mundial, que explora economicamente o país e que intervém na sua política interna e externa. O que distingue, entretanto, a nossa situação dos problemas nacionais, que a Europa enfrentou, no século passado (e que árabes, africanos, etc. ainda enfrentam em parte) são duas características principais: Em primeiro lugar, a opressão imperialista, como nós a conhecemos, é compatível com a existência de Estados nacionais, formalmente soberanos, e dispensa do domínio direto dos países explorados. Esta, a forma colonial clássica, só é defendida pelos imperialismos mais velhos e mais fracos, que receiam uma concorrência mais forte. Em segundo lugar, a nova forma do domínio imperialista não seria possível sem a cumplicidade das classes dominantes dos países oprimidos. Elas se defendem contra certos aspectos do domínio imperialista, procuram resistir à sua pressão em determinados ramos econômicos, mas não combatem o sistema. Sabem que a guerra ao imperialismo implica num ataque frontal às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. As burguesias que chegaram tão tarde ao cenário histórico, como a nossa, lutam simplesmente para uma melhor integração na economia mundial, para condições de existência mais favoráveis dentro do sistema imperialista.

A luta só toma um caráter nacional nas mãos da pequena burguesia, incapaz de compreender por si mesmo o caráter do imperialismo, porque nunca compreendeu, devido a sua situação objetiva, os conflitos sociais da sua época. O que ela vê, em primeiro lugar, no imperialismo é o fenômeno emocional do choque com uma potência estrangeira e isso a deixa a mercê das manobras da sua própria burguesia. Toma um caráter nacional também nas mãos da grande burguesia que, tendo maior compreensão histórica, encontra no nacionalismo um recurso ideológico para assegurar o domínio sobre a nação, obter uma colaboração de classe da ala reformista do proletariado e canalizar o movimento antimperialista para caminhos que não ponham em perigo os seus privilégios. — inclusive a de colaborar com o imperialismo quando e onde bem entender.

Se insistimos na necessidade do proletariado liderar a luta antiimperialista, não é por motivos emocionais, ou de princípios teóricos abstratos. O proletariado é a única classe da sociedade capaz de tirar as conseqüências práticas da formulação teórica leninista, de que o imperialismo é a última fase do capitalismo. É a única classe capaz de enfrentar o capitalismo no seu próprio terreno: no cenário internacional. É a única classe capaz de derrotar o imperialismo, derrubando o capitalismo mundial. É a ação prática do proletariado independente, que mostrará às camadas médias os caminhos da luta antiimperialista conseqüente.

Na prática, o dilema de nacionalismo ou internacionalismo se traduz na alternativa do Partido Nacionalista ou Partido Operário. Deve o proletariado apoiar e se unir a um movimento da classe média, que, praticamente, ficará sob direção da grande burguesia ou organizar-se independentemente como classe? As conseqüências da escolha são claras. Se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado, que só podem impôr-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos essa solução, nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento "antiimperialista", que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente das suas irmãs, que nasceram antes, e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis. Lênin parece até ter estudado as nossas particularidades nacionais quando, descrevendo o nacionalismo da burguesia européia, dizia:

"O que mais interessa à burguesia é que uma determinada reivindicação seja "realizável"; por isso a eterna política das negociações com as burguesias de outros países à custa do proletariado. Para o proletariado, em troca, o que é importante, é o fortalecimento da sua classe contra a burguesia, a educação das massas no espírito de uma democracia conseqüente e do socialismo".

O problema fundamental permanece o mesmo para nós, porque as bases materiais das classes em questão são essencialmente as mesmas. O nacionalismo, como ideologia, é estreitamente ligado ao problema da propriedade, seja da grande ou da pequena burguesia. A burguesia defende a propriedade em geral e a sua propriedade em particular. A defesa desta coloca-a em antagonismo com a burguesia de outros países e com o imperialismo, mas a defesa da propriedade em geral cria o internacionalismo do capital, que encontra uma linguagem comum. É por isso mesmo, que a nossa burguesia mostra uma cabeça de Janus com duas faces: uma "entreguista" e outra "nacionalista". A esperada divisão de águas da burguesia nacional não se dará. Há sim facções que defendem interesses imediatos, mas, como classe, a burguesia não renuncia nem ao nacionalismo e nem às negociações.

A luta antiimperialista conseqüente somente poderá ser liderada pela classe operária. O proletariado é a única classe que não tem privilégios de propriedade a defender e que, devido a seu antagonismo natural com a burguesia, está em condições de controlá-la e desmascará-la, quando ela se entende com a burguesia dos países imperialistas. Tal movimento proletário independente encontrará aliados naturais entre as correntes pequeno-burgueses nacionalistas, que desejam de fato travar uma luta antiimperialista. Mas eles só serão aliados de fato, enquanto conservamos a nossa independência ideológica e orgânica. Por isso mesmo, não apelaremos a eles como nacionalistas, e sim como antiimperialistas.

ALGUNS EXEMPLOS

O problema não se restringe às esferas teóricas da luta de classe, e tem as suas repercussões imediatas e práticas, como veremos em alguns exemplos. Temos o caso do petróleo, que agita as paixões. Para a pequena-burguesia o "petróleo é nosso", a Petrobrás é uma "questão de honra nacional" e às vezes, isso depende das conveniências, representa uma medida socialista. Em princípio, a questão da nacionalização do petróleo é identificado como medida "nacionalista". Podemos dar-nos ao luxo de encarar o problema do mesmo modo?

Queremos adiantar que encaramos a nacionalização da indústria petrolífera como uma medida positiva, como qualquer outra medida de nacionalização, seja ela de capital estrangeiro ou nacional, quando fôr no interesse da classe operária brasileira. Isso, em cada caso, tem que ser estudado separadamente. No do petróleo, justifica-se como uma medida de defesa contra a fixação do imperialismo numa indústria chave, mediante a qual ele exerce uma influência direta sobre a política do país. A indústria petrolífera é a mais monopolizada do mundo capitalista, praticamente nas mãos de meia dúzia de companhias, que, na realidade, se reduzem a três. Em virtude da estreita ligação existente entre a política petrolífera americana e a do Departamento do Estado — geograficamente pertencemos à Zona de Influência da "Standard" — trata-se de uma medida de defesa contra o imperialismo americano.

O petróleo, todavia, por isso ainda não é "nosso". Vivemos numa sociedade capitalista com um Estado Burguês. Foi esse Estado da classe dominante, que procedeu à nacionalização. O petróleo, como as demais riquezas do Brasil só serão nossas no dia em que a classe operária tiver tomado o poder e, nesse dia, ela socializará os meios de produção. Querer esconder esses fatos ao operário brasileiro significa esconder o conteúdo da luta de classe, e é impedir que ele tome consciência da sua posição social. Esse aspecto das coisas para muitos "marxistas" não tem importância e tem a já mencionada acolhida fria de interpretação "sectária". Mas, nesse caso, todo o marxismo não tem importância...

O assunto do petróleo não está esgotado com isso. Com poucas exceções, os nossos nacionalistas de tôdas as cores esqueceram muito depressa o caráter antiimperialista da sua luta, quando se trata do petróleo da Bolívia, que há de ser "nosso" também. E não poucos "marxistas" se julgavam no direito de exigir do Governo Brasileiro que faça a Bolívia cumprir os Tratados concluídos, alegando que o Governo de La Paz estava sob a influência do imperialismo americano. Não há dúvida que há imperialismo americano, argentino e outros, agindo no país vizinho. O que nossos "marxistas", todavia, pretendem desconhecer (raspem-se a casca dêesses "marxistas" e surgirão pequenos-burgueses verde-amarelos) e que a penetração dos capitais brasileiros, sejam estatais ou particulares, também só se pode realizar sob forma de uma penetração imperialista, pois a nossa economia é capitalista, submetida às leis do desenvolvimento do capital. O que eles pretendem desconhecer é que o proletariado boliviano, por meio dos seus partidos e sindicatos, combate qualquer imperialismo, que penetre no seu país. Para o proletariado brasileiro o caso do petróleo boliviano é de maior importância, pois arrisca inutilizar uma das armas mais poderosas, que temos para enfrentar o poderio material da capitalismo norte-americano: a solidariedade antiimperialista dos povos latino-americanos. Revela o caso, claramente, as limitações do nacionalismo pequeno-burguês numa questão vital. Mostra que só-

mente uma classe operária brasileira, possuída por um espírito de internacionalismo militante, estará em condições de polarizar as forças antiimperialistas do Continente.

Não é êsse, todavia, o único exemplo das limitações do nacionalismo na luta contra o imperialismo. Há outro, que merece ser citado, — é o caso da "American Can Co."; que anunciou o estabelecimento de uma fábrica no Brasil. Tratava-se de um investimento estrangeiro, como muitos que se realizam permanentemente na economia brasileira. No caso desencadeou-se, porém, vasta campanha contrária. Movimentos estudantis e até sindicatos foram mobilizados e a bancada parlamentar nacionalista entrou em cena. Não foi difícil localizar a origem; Matarazzo em São Paulo é um dos grandes fabricantes de latas nacionais. Acontece, todavia, que o caso de "indústria nacional contra estrangeira" teve uma particularidade, que escapou aos ânimos patrióticos: Matarazzo é o concessionário da "Continental Can Co.", o concorrente da "American Can". A Comissão de Inquérito, instalada pelo Congresso, teve de tomar conhecimento de uns fatos desagradáveis. O presidente de Volta Redonda, o general Macedo Soares, testemunhou entre outros, que a Metalúrgica Matarazzo preferia importar a matéria prima, as "fólias de flandres" na Bélgica, a preço mais elevado, do que encomendar em Volta Redonda o produto de qualidade e pedrões técnicos iguais. Para êsse procedimento, que do ponto de vista econômico representa um mistério, há todavia uma explicação bastante racional. A compra de matérias primas na Bélgica encobre a transferência de divisas para fábricas da "Continental" naquele país. Trata-se de uma simples remessa de lucro. Matarazzo, como concessionário da companhia americana, age justamente da mesma forma que qualquer capital estrangeiro, e transfere parte da mais-valia, criada pelo proletariado brasileiro, evitando que seja acumulada no Brasil.

O assunto morreu nesse pé. A imprensa burguesa, evidentemente, passou por cima, não tendo nenhum interesse de debatê-lo. Tampouco interesse revelaram os nossos nacionalistas em perseguir o caso da função do nosso capital nacional. Para a classe operária, todavia, trata-se de um ponto cardinal da luta antiimperialista. O que lhe interessa não é defender o monopólio da exploração do operário brasileiro pela burguesia nacional, pela qual temos tão poucas afinidades, como para a burguesia estrangeira. O que nos interessa, enquanto não podemos pôr um fim à exploração econômica em si, é que a mais-valia produzida no Brasil seja aplicada no país, que aumente a capacidade das forças produtivas, das quais o proletariado brasileiro será o herdeiro.

Evidentemente, a nossa burguesia não se interessa por contrôles rígidos das transferências de lucros. Mais "ampla" do que os ideólogos do nacionalismo, ela não acredita tão piamente na existência de indústrias nacionais autóctonas e não recusa, em princípio, o papel de sócio menor de empresas internacionais. O que ela quer ressaltar é o direito de decidir quando convém ou não deixar as companhias estrangeiras agirem no seu domínio. Por isso temos uma das mais generosas legislações sobre a remessa de lucros, legada pelo nacionalista Vargas e na qual o nacionalista Alkmin nunca tocou.

O movimento nacionalista não se mostrou em condições de enfrentar o problema. No caso fez o papel de "inocente-útil" para Matarazzo, de um simples aprendiz de interesses imediatos da nossa burguesia. Desse modo, a indústria nacional, como a de Matarazzo, torna-se algo como um patrimônio, que não deve ser molestada. Tôda essa atitude origina-se numa concepção idealista, pequena-burguesa das forças motrizes da sociedade. Para êles, o nacionalismo torna-se

o criador da industrialização. Para nós, marxistas, o nacionalismo é antes de tudo uma consequência da industrialização, o reflexo ideológico de um processo bem material. A industrialização, seu ritmo passado e futuro, se processa entre nós, como em qualquer outra acumulação do capital, conforme o movimento da taxa média de lucros, na economia nacional e na economia mundial da qual o Brasil faz parte. Enquanto a industrialização do Brasil se der nos padrões capitalistas não temos nenhuma influência sobre o seu ritmo e seu desenrolar, que também não depende da vontade subjetiva da nossa burguesia. A única contribuição real, que podemos dar para o progresso e o desenvolvimento da sociedade brasileira, na sua fase atual, é da formação de uma consciência própria da classe operária, que é uma consciência anti-capitalista, oposta a qualquer forma de exploração econômica. Isso só conseguiremos por meio de uma luta permanente e contínua contra a burguesia nacional, e contra o imperialismo mundial, e um pressupõe o outro.

OS MEIOS E OS FINS

Para justificar a ignorância da existência de uma classe operária no Brasil e as consequências políticas, que decorrem desse fato, os nossos nacionalistas têm o hábito de exagerar o atraso objetivo do país. Isso, todavia, não impede que caiam no extremo oposto, quando se trata das perspectivas do desenvolvimento da atual expansão industrial brasileira. A solução que eles nos oferecem é um Brasil industrializado e soberano, livre do domínio do imperialismo estrangeiro — uma nova potência capitalista no Hemisfério sul. O socialismo, por isso, será uma consequência do nacionalismo — repetem êles em tôdas as variações. Como isso se dará, porém, não explicam, mas uma coisa está decidido para êles — o socialismo, como meio e fim de luta ficará para "depois".

De nossa parte temos de objetar, em primeiro lugar, que essa perspectiva não nos agradaria. Temos um exemplo clássico de um país subdesenvolvido, que escolheu a solução nacionalista e podemos apreciar as conseqüências. Trata-se do Japão, que em menos de um século transformou-se de um país feudal-asiático em potência industrial. Depois teve de escolher o caminho do imperialismo, à procura de mercados, tornando-se em seguida aliado da reação mais sinistra, do fascismo europeu. E depois, quando essa ventura falhou, tornou-se satélite dos Estados Unidos. É possível, que nos respondam, que isso foi lá na Ásia, que nas Américas as coisas são diferentes mas nós continuamos céticos...

Em segundo lugar, temos razões para pôr em dúvida as bases reais das previsões e concepções da situação internacional dos nossos amigos nacionalistas. Quais são os fatores que lhes permitem prever o surgimento de uma nova potência capitalista, forte e soberana, num futuro próximo ou longínquo? Será que o declínio das velhas potências imperialistas, a revolução mundial e a criação de um campo socialista, que abrange um terço da humanidade não lhes coloca outra perspectiva? Os fatos, evidentemente, não falam em seu favor.

Vivemos hoje uma época, que se caracteriza pelo absoluto predomínio dos Estados Unidos no que resta do mundo capitalista, tanto do ponto de vista econômico, como político. (Com um papel da União Soviética semelhante no Bloco Socialista). Os velhos países imperialistas, a Grã-Bretanha, a França, a Inglaterra se conformaram e tiveram de se conformar com isso, no

interêsse da sua própria sobrevivência. Tôdas as tentativas de rebelião só serviram para acentuar êsse estado de coisas, como se tornou mais evidente no caso do conflito sôbre Suez. Tôdas as rivalidades entre os países da Aliança do Atlantico não visam mais do que encontrar um lugar mais perto dos Estados Unidos dentro da hierarquia natural existente na Aliança, mas nenhum coloca em dúvida o papel dos Estados Unidos, como líder do Mundo Ocidental, protetor da civilização cristã, ou de "gendarme" do capitalismo internacional.

Esse reconhecimento do papel predominante dos Estados Unidos pelo resto do mundo capitalista não pode deixar de afetar as relações econômicas entre os dois. Há pouco, um respeitado semanário nacionalista desta capital publicou um resumo sôbre a penetração de capitais americanos na Inglaterra, fornecido pela "France Press". Diz o despacho, entre outros: Os capitais americanos estão controlando na Inglaterra dois quintos da indústria de automóveis; metade da indústria de cosméticos, três quintos da produção de aquecimentos e nove décimos da produção de lâminas para barbear. Avalia o autor do estudo que com 500 milhões de libras de investimentos o capital americano controla uma produção anual de 900 milhões de libras.

O exemplo britânico, certamente, não é o mais típico. (De passagem: no Canadá cêrca de 50% dos investimentos são controlados pelo capital americano). Fenômeno semelhante encontramos em quase todos os países tradicionalmente exportadores de capitais e boa parte dos capitais, que circulam hoje sob a etiqueta de britânicos, alemães, belgas ou holandeses, são de origem ou ligados aos norte-americanos. Essa infiltração econômica americana nos países seus aliados não é de admirar, considerando que os Estados Unidos contribuem hoje com 17% das exportações e importações do chamado mundo Livre. É essa a base real da relação de forças existentes no mundo capitalista, do qual fazemos parte.

Esse mundo entrou em crise aberta em 1914. Duas guerras e as revoluções na Ásia e na Europa abalaram profundamente seus alicerces. Há 40 anos a burguesia européia não fez outra coisa do que destruir e reconstruir o seu parque industrial. O mercado mundial capitalista encolheu radicalmente, retirando-se mais de 800 milhões de seres humanos do processo de circulação de capitais e de mercadorias, aumentando a pressão interna, latente, do mercado capitalista, que revive o aspecto das crises de super-produção, que os países fornecedores de matérias primas, os chamados subdesenvolvidos, estão sentindo primeiro. Os próprios Estados Unidos sustentam, hoje, um exército de quatro milhões de desempregados — como advertência das coisas que estão a vir.

Quando os Estados Unidos tomaram o lugar da Grã-Bretanha, como país líder do mundo capitalista, encontraram um sistema social moribundo, que sobreviveu à custa de injeções massivas de dólares, e em virtude da incapacidade total do stalinismo que, tal como a da social-democracia em 1918, salvou a Europa capitalista. A burguesia, entretanto, tem ciência de que o problema foi adiado, mas não eliminado. A revolução mundial se tornou latente. A existência de um campo socialista que, apesar de tôdas as contradições internas e da degenerescência stalinista se mostra superior ao mundo ocidental, lembra a burguesia mundial, diariamente, a precariedade da sua situação. Isto, em si, já explica porque os países europeus, o berço do imperialismo, aceitam a tutela norte-americana, em princípio, e limita simultaneamente qualquer tentativa parcial de rebelião. A luta que a burguesia mundial trava, hoje, pela sua sobrevivên-

cia tornou-se o fator primordial das relações internacionais. Produz isso uma sinerização da política interna e externa, como o mundo não mais conheceu desde os dias da revolução francesa. Sua expressão mais evidente é a "guerra fria", que decidirá a sorte do nosso planeta — independentemente se se tornar "quente" ou não.

É verdade que há uma série de países que com maior ou menor sucesso procuram conservar a sua posição de neutralidade. Trata-se, principalmente, de nações recém-libertadas do domínio colonial, com burguesia e proletariado pouco desenvolvidos, ou de países que, em virtude da sua situação geográfica, são mais sensíveis a pressões externas. Todos esses países aproveitam-se igualmente do balanço de forças existentes atualmente entre os Blocos Mundiais, equilíbrio que até agora evitou uma conflagração aberta. Se esta se der, as águas se dividirão, pois numa nova Guerra Mundial, a conservação da neutralidade se tornará mais difícil ainda do que nas anteriores.

Essa situação geral do mundo se reflete, nitidamente, na posição da burguesia brasileira. Seu antiimperialismo tem um limite natural na auto-conservação da sociedade burguesa, do capitalismo como modo de vida, e suas rebeliões ficarão "em família". A existência de um proletariado amarrava-lhe as mãos, pois ela sabe que a luta de classe não é nenhuma invenção dos marxistas e o servilismo de Prestes e Cia. não dispensará as desconfianças de uma classe, que tem privilégios a perder. Ela pleiteia, — unicamente, maior voz ativa junto aos seus aliados americanos, maior participação na política interamericana, melhores preços para seus produtos de exportação. Se conseguir esse intuito, isso não enfraquecerá a aliança com o imperialismo americano — ao contrário, irá fortalecê-la. De resto, ela sabe que, dentro dos padrões da economia capitalista, não disporá de recursos próprios para levantar os imensos capitais, requeridos pela indústria atômica, a automatização e o progresso técnico em geral, que se tornam necessários hoje em dia para acompanhar as nações mais avançadas do mundo.

A atual fase do Imperialismo, que se caracteriza pelo predomínio absoluto dos Estados Unidos no mundo capitalista representa um desenvolvimento histórico, que somente a revolução socialista mundial pode superar. O combate ao imperialismo, mediante o restabelecimento das velhas economias nacionais, representa um sonho reacionário e utópico. O imperialismo só poderá ser vencido em escala mundial e por um proletariado com consciência internacionalista. Isso inclui o norte-americano, ao qual os acontecimentos se encarregam de ensinar a dialética da luta de classe.

A reação nacional-libertadora, que o imperialismo desperta nos povos do mundo inteiro, é um aliado natural da classe operária. Da mesma forma são os nossos nacionalistas, na medida em que são verdadeiramente antiimperialistas. Por si só, todavia, não oferecem uma solução, do mesmo modo que a classe média não soluciona o conflito entre capital e trabalho. Combateremos a sua ideologia, como qualquer outra ideologia pequeno-burguesa, que queira dominar o proletariado e que visa à colaboração de classes, buscando apoio para o Governo e a burguesia em nome da industrialização do país. A burguesia que cumpra a sua tarefa histórica, — na medida que está em condições para isso — nós temos a nossa. O atual equilíbrio de forças existentes no mundo entre os Blocos não favorece somente os pequenos países neutros. Oferece, também, uma base de respiração para a classe operária internacional, para se refazer da

crise do stalinismo. Oferece a oportunidade para nós, marxistas brasileiros, formarmos a consciência do nosso proletariado e prepará-lo para os dias que virão. É esse o caminho da revolução brasileira, se queremos evitar que ela seja feita um dia à moda hungara. E nisso, em seus traços fundamentais ele não se distingue tanto do caminho, que Rosa Luxemburg esboçou há quarenta anos atrás:

"A dialética histórica se desenrola em contradições e para cada necessidade produz o seu contrário. O domínio da classe burguesa é indiscutivelmente uma necessidade histórica, mas, do mesmo modo, é a revolta da classe operária contra ele. O capital é uma necessidade histórica, mas também o é seu covelo o proletariado socialista. O domínio do imperialismo é uma necessidade histórica, mas também o é a sua derrubada pela internacional proletária. A cada passo encontramos necessidades históricas, que entram em colisão, mas a nossa, a necessidade do socialismo tem o braço mais comprido."

Cartas dos Estados

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SÔBRE A SITUAÇÃO DE SÃO PAULO

MARCOS FERREIRA

NA medida em que se aproximam as eleições de 1960 cresce o interesse nos meios políticos pela situação de São Paulo. De uma análise séria e pormenorizada da situação brasileira e, no caso, paulista, depende o sucesso da política que os grupos marxistas de esquerda seguirão.

Antes de mais nada, recordemos rapidamente alguns fatos. A vitória de Carvalho Pinto, no ano passado, marca, indiscutivelmente, um avanço reacionário de certa importância. Este avanço, essencialmente udenista, é realçado pela vitória de um elemento abertamente clerical e direitista, como o é o padre Calazans. Sua eleição não foi somente devida ao contingente eleitoral mais atrasado do interior; em bairros tradicionalmente operários a votação de Calazans quase superou a de Frota Moreira, candidato de Adhemar, de Jango e de Prestes.

É necessário observar, antes de mais nada, que dos três candidatos, Auro de Moura Andrade nada representava, a não ser sua própria pessoa, ávida de propaganda política que lhe garantisse a manutenção de sua cadeira no Monroie. Apresentou-se ele como um candidato "nacionalista"; poucas dificuldades teve para tal pois, além de produtor nacional de carne, não estava vinculado a nenhuma força, quer conservadora

quer "populista" que fizesse qualquer exigência programática. Além disto afirma-se que visava a eleição de um grande número de candidatos de seu partido aos postos legislativos.

Adhemar de Barros representava forças industrialistas e do comércio interno, além de setores econômicos aventureiros e "empreendedores". Não aparecia aos olhos do povo e, em especial, do proletariado, como candidato progressista, por mais que para tal se esforçassem o PC e o PTB. As massas não possuem a memória curta que muitos gostariam de nelas encontrar e lembram-se não somente do papel de Adhemar no Estado Novo, da repressão anti-operária de 1947, mas também de sua lastimável administração em S. Paulo, de sua chocante corrupção pessoal. O apoio a tal candidato, pelo PC, representava entretanto muito mais do que o apoio a um burguês nacional ou a rigor um erro tático: fazia parte de um esquema nacional em que entram Jango e forças militares, Prestes e Adhemar. E isto é tanto verdade que, nem bem toma posse Carvalho Pinto (cujo primeiro ato foi a proibição do enterro de Roberto Campos pelos estudantes) inicia-se o namoro de Prestes com o novo governador, seguido da aproximação do PTB com Carvalho Pinto, ontem estigmatizado como o candidato da reação e da cartola!

A divisão do País em golpistas e anti-golpistas foi para as calendas gregas, inverteu-se. Estimulados pelas vitórias no plano nacional os udenistas passam a jurar pela legalidade constitucional, sem entretanto desculdarem da necessidade de garantir uma cobertura militar para sua eventual vitória em 1960. Assim é que Carvalho Pinto aceita a cômica do PTB, reconcilia-se o governo do Estado com a Prefeitura (aliás uma das palavras de ordem do PC para a campanha do udenista Prestes Maia) e, extraordinariamente, o paulista de 400 anos envia a Prestes um telegrama, amável e conciliador, de agradecimento pela sua mensagem de felicitações quando da posse.

Jânio, eleito pelo PTB paranaense, procura entendimentos com a Frente Parlamentar Nacionalista e articula sua cobertura militar; Adhemar, que apóia Lott no plano federal, aproxima-se de Carvalho Pinto, herdeiro de Jânio, ao qual Lott afirma e reafirma não fazer nenhuma restrição. Enquanto isto Ivette flerta com o governo estadual e este, admite, como funcionários estaduais bem remunerados, um deputado não reeleito do PC e um seu antigo profissional, aliás de grande prestígio. E, last but not the least", Prestes fecha o exótico círculo ao levar às últimas consequências o esquema abstrato da burguesia progressista: acha excessivamente radical a lei de greve apresentada por Autrêlio Viana e pontifica a respeito de atribuir-se à luta de classes formas condizentes com uma frente única que não existe, hoje, a não ser senão em sua imaginação.

Tais, em breves traços, alguns elementos da situação política paulista. Diríamos, resumindo, que reflete e evidencia a situação nacional e internacional caracterizadas por um refluxo dos movimentos nacionalistas que foram tão longe quanto podia permitir-se a burguesia; os dois setores, oligarquia e bur-

guesia, procuram entender-se, dividir melhor entre si a renda do país, promover a "união nacional" bendita pela Shell e por Wall Street com o sacrifício do bem-estar popular, nas costas dos operários e trabalhadores em geral.

PARA os cargos legislativos, observamos que os candidatos que haviam durante anos, realizado uma campanha nacionalista militante e que pretendiam eleger-se com o apoio provindo desta sua participação, viram baldados seus esforços. Muitos procuram explicar estas derrotas recorrendo a argumentos dificilmente compreensíveis, pois que pessoais e restritos. Assim é que para alguns os candidatos não eleitos o foram, por não se terem pronunciado a favor de um dos candidatos ao governo estadual: na realidade, fôsse este fato de natureza tão relevante, é certo que mesmo assim seria um *handicap* pequeno para homens que, realmente ligados aos movimentos populares, levantassem corajosamente problemas e soluções para as questões que realmente preocupam as massas.

Qual a causa destas derrotas?

Um problema como o eleitoral, que resulta muito mais de lutas e entendimentos passados do que das posições de cada momento, é de difícil análise, se isolado no tempo e no espaço. Deve ser, é claro, examinado, como o tentamos fazer, integrado na situação política nacional e numa perspectiva dinâmica, de desenvolvimento.

Enfocado deste ponto de vista, é óbvio que a eleição de Carvalho Pinto resulta diretamente da falência do PC como direção política das massas. Ao povo interessam pouco sutilezas políticas a respeito dos motivos que levam o Partido Comunista a adotar, num intervalo de meses, a candidatura de Prestes Maia (UDN) contra Adhemar e, a seguir, a

de Adhemar contra Carvalho Pinto (UDN-PDC). As massas populares estão à procura de uma solução para seus problemas: carestia, educação, etc., enfim melhores condições de vida. As massas fizeram sua experiência com Adhemar e repudiaram-no; os operários da fundição da Vidraria Santa Marina, por exemplo, receberam Freta Moreira, candidato da coligação PTB-PSP-PC, sob apupos e todos eles devidamente munidos da cartola que simbolizava a campanha de Carvalho Pinto. Jânio e este último oferecem às massas uma visão de uma situação política e econômica mais feliz e contrapõem suas promessas às não cumpridas do governo de Juscelino, da prefeitura de Adhemar. Ao apoiar tais candidatos o PC desarma as massas e as joga diretamente nos braços da reação. Os governos que se têm apresentado como "populistas" e nacionalistas falharam na tarefa de melhorar as condições de vida do povo: a carência de uma direção marxista-revolucionária, a omissão do PC, dão à oligarquia uma oportunidade com que ela raras vezes sonhou: a de tomar o poder por eleições legais, sem os perigos de uma tentativa golpista.

E, hoje, como se apresenta a situação?

O governo de Carvalho Pinto começou a encontrar suas primeiras dificuldades, com um movimento reivindicatório de assistentes de faculdade. O povo não teve, ainda, tempo para fazer a experiência de sua administração, não identificou o governo.

Começaram, entretanto, a seguir os movimentos populares contra a carestia, com uma atmosfera em que se fala em passeatas e concentrações de protesto. Após as paradas de bonde de 1958 o movimento sindical enfrentou vitoriosamente a batalha pelo pagamento do salário-mínimo e promove greves nas empresas faltosas, demonstrando um grande espírito combativo.

O MOVIMENTO SINDICAL E O PACTO DE UNIDADE

A carência de direção não é um problema que se refira restritamente ao PC como organização. O Pacto de Unidade, nascido de movimentos grevistas de enorme importância e que os dirigiu por várias vezes, padece de uma crise crônica. O PC, que ainda há pouco o dominava, perde terreno junto com os ademaristas e janguistas, diante de uma articulação pretensamente apolítica, na realidade janista, que consegue arrastar empós si um certo número de sindicalistas chocados pela politicalha da cúpula do Pacto.

Os Pactos de Unidade concretizaram o espírito unitário do proletariado e a necessidade objetiva de unificação da classe diante da unidade política e organizacional dos patrões. Durante certo tempo mantiveram-se mais ou menos coesos, amortecidos nos dias mais calmos e ativados em períodos de greve e de manifestações.

Qual deveria ser a orientação do movimento marxista diante destas organizações?

Evidentemente fortalecê-las, incorporar-lhes sindicatos ainda recalcitrantes, caminhar para uma unidade nacional dos Pactos que levaria à formação de uma Central Operária no Brasil. Para garantir-se este fortalecimento a posição dos Pactos deveria ser de completa independência diante da burguesia e do governo, de firme dedicação à causa da classe.

A direção sindical procurou, bem ao contrário, fazer da classe seu instrumento de ascensão política; a corrupção estendeu-se, o empregulismo apodourou-se de certo número de dirigentes, desde então ligados ao governo, enquanto o PC, único partido com condições para desenvolver uma política realmente operária, não fez no Pacto senão conciliação; voltou-se para interesses "na-

cionais" apresentados como os "superiores da Nação", além de qualquer conceito de classe. Assim é que, quando da preparação da greve de 24 horas, de 2 de setembro, estando mobilizados os trabalhadores do Estado, uma súbita ordem veio do Rio, proveniente de um acordo com o governo, que se comprometia a conter os preços e pedia que para tal a greve fosse sustada! É de triste ironia referir-se hoje a esta omissão da direção, a este seu reboquismo, mas faz-se necessário, para compreendermos as raízes das dificuldades que atravessamos. Exemplo mais recente pode ser encontrado quando da campanha contra o aumento das tarifas da CMTC. Os estudantes estavam na rua, enfrentavam a repressão policial e realizavam uma passeata de enorme repercussão.

Nestas circunstâncias, o que fazia o Pacto? Não somente não mobilizava o povo, mas procurava conter a ira popular, restringir os objetivos do movimento. Uma direção consciente teria, neste momento, procurado aprofundar a luta, exigir devassa total na CMTC, controle da empresa pelos próprios trabalhadores, já que o Estado não conseguira resolver o problema do transporte de São Paulo, controle popular e sindical das tarifas.

Longe disto, a cúpula do Pacto procurou dirigir o espírito popular para objetivos restritos, quais eram a obtenção de um crédito de 100 milhões junto ao governo federal para que a CMTC resistisse aos seus credores por mais um mês. E viu-se assim o movimento popular transformado em fiador do prefeito Adhemar de Barros, ligado ao governo federal, especialmente a Jango (e por tanto a Rockefeller). Isto devia redundar, como de fato redundou, na desmobilização popular, no ceticismo e na aceitação pacífica dos aumentos.

Hoje repetem-se fatos idênticos. A classe operária, a pequena burguesia, empobrecida, dificilmente agüentam a

carestia avassaladora. Os pronunciamentos se avolumam, articulam-se greves. O Pacto e outras organizações resolveram promover uma Convenção Popular contra a carestia, idéia certamente boa e que, se orientada num sentido combativo, poderia ajudar a efetivação de uma mobilização popular séria e organizada. No entanto, nem bem iniciam-se as primeiras medidas convocatórias já se colocam os dirigentes do Pacto a reboque, nem mesmo da burguesia nacional, mas da FARESP, diretamente interessada em dirigir o protesto popular contra as medidas industrialistas do governo, que restringia créditos que de direito, segundo a Federação das Associações Rurais, caberiam aos plantadores. Argumentam o Pacto e o PC afirmando que a carestia atinge a todos, indiscriminadamente e que seria "sectarismo" restringir a frente única contra a carestia a certos setores mais empobrecidos. Tal argumentação é incrível provindo de elementos que se afirmam marxistas: ignora simplesmente que uma das contradições do regime capitalista é justamente aquela entre as massas espolhadas e a necessidade da criação e manutenção de um mercado interno. Esta contradição não pode ser resolvida neste regime e é de uma ignorância impar e de enorme petulância pretender-se mascarar-la, incorporando o setor explorador à luta do setor explorado que se dirige, objetivamente, à resolução da contradição social pelo desaparecimento de um dos elementos, a burguesia e os latifundiários. A presença da FARESP e das entidades patronais numa convenção que deve ter um sentido proletário e popular tira-lhe o sentido classista, sem o qual uma medida pretensamente contra a carestia não fará senão desmoralizar as iniciativas pois, fortalecerá um ou outro setor das classes dominantes.

A mesma observação pode ser feita no que diz respeito à caravana sindical de São Paulo que, ao que tudo indica,

teve sustada sua viagem por solicitação governamental. A Presidência da República enviou um seu emissário parlamentar a São Paulo e conseguiu dos dirigentes sindicais que adiassem sua ida ao Rio. Tal não foi muito difícil e mais uma oportunidade séria foi desprezada.

A nova situação em São Paulo, como aliás no restante do País, coloca na ordem do dia, para o movimento sindical, a possibilidade e a necessidade de uma tomada de posição coerente e avançada. Trata-se de orientar a luta contra a carestia, contra os tubarões, açambarcadores e grandes produtores, exigir medidas concretas e levar a classe a uma grande experiência política, a do controle da execução das medidas de combate à carestia. É possível passar-se a um plano reivindicatório que mobilize a classe, integre os sindicatos num combate frontal contra o custo de vida, não somente com mani-

festações gerais de protesto mas também com medidas como a da participação sindical nas COAPs e COMAPs, através de elementos eleitos e controlados pelas Assembléias Sindicais, com controle e execução de um congelamento de preços pelas organizações populares.

O movimento operário, em S. Paulo, é um celeiro de enorme potencialidade classista. A situação política que examinamos, a situação do movimento sindical, a falência do PC como vanguarda e a crise do nacionalismo colocam na ordem do dia a constituição de uma nova vanguarda cujos primórdios serão modestos mas cujo futuro pode ser encarado com o maior dos otimismo.

A situação nacional e internacional joga nas ruas contingentes populares de rápida radicalização que, pela carencia de uma direção, poderão perder-se. Cabe a nós organizarmos-nos de modo a responder às novas necessidades que surgem.

AOS NOSSOS LEITORES, AMIGOS E COMPANHEIROS

"Movimento Socialista" necessita da colaboração dos militantes e simpatizantes do movimento operário em todo o país para poder realizar a sua missão. Pedimos aos companheiros, independente da sua filiação organizatória, que informem e comentem sobre a situação e os acontecimentos nos Estados e Municípios, e que participem dos debates sobre os problemas nacionais. As matérias enviadas serão aproveitadas devidamente pela redação

MOVIMENTO SOCIALISTA
Av. 14 de Maio, 23 — 9º — s/922
Rio de Janeiro

Livros & Revistas

"MARX CONTRA KEYNES"

Por John Eaton

Editora Fundo de Cultura S. A. —
Rio de Janeiro

O livro de Eaton, escrito em 1950 e agora apresentado ao público brasileiro numa tradução de Gilberto Paim, tem originalmente o subtítulo "Resposta ao 'socialismo' do sr. Morrison", e representa uma polémica com os teóricos do Partido Trabalhista Britânico que, nos primeiros anos do pós-guerra, teve em suas mãos o poder político na Inglaterra. O "Labour Party", como todos os outros Partidos reformistas, se limitara a melhorar a situação da classe operária britânica, deixando intacta a estrutura orgânica do capitalismo inglês, e procurou a justificativa teórica da sua prática política numa pretensa escola esquerdista de Keynes. Eaton dirige a crítica marxista contra essa tentativa de "enriquecimento" do socialismo com as teorias económicas dos autores pós-clássicos da burguesia.

Não podemos afirmar, após a leitura da obra, que o autor tenha atingido sempre o objetivo que se impôs e tenha esgotado o assunto. O próprio Eaton parece ter sentido isso quando, no prefácio para a edição brasileira, procura focalizar alguns pontos, que exigem, conforme ele mesmo afirma, certo reexame. Dito prefácio, todavia, não basta para preencher as lacunas que o livro deixou.

O ponto mais fraco da obra consiste certamente no seu método de exposição que, sem domínio suficiente da matéria, dificulta frequentemente o desenrolar do fio da meada. Preocupado em ressaltar o caráter anti-operário da doutrina de Keynes, Eaton não conseguiu fornecer um panorama da teoria, batendo-se contra diversos aspectos isolados da doutrina. Os pontos fundamentais para a crítica da teoria keynesiana (atitude em face do Estado, omissão do papel do imperialismo e menosprezo da importância da anarquia da produção capitalista) são comuns a todas as escolas económicas burguesas pre-keynesianas, de Boehm-Bawerk até Marsnau e, desse modo, não passam de generalizações.

Não menos vagas são as suas formulações da teoria marxista. Para combater as

concepções burguesas sobre as crises cíclicas do capitalismo, ou melhor, sobre as possibilidades de evitar tais crises, não basta citar a contradição fundamental do presente sistema económico, "isto é, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação". Este ponto fundamental permite um estudo científico das crises, mas não poupa o trabalho de uma descrição do fenômeno da constante acumulação do capital e, no caso da Eaton, uma descrição, pelo menos sumária, do processo da acumulação que se desenvolve, na prática, na Grã-Bretanha de pós-guerra.

Essa falta de referências concretas à situação inglesa representa outro ponto fraco da polémica de Eaton com o reformismo do Labour Party. Isso se deve ao fato de o autor não apresentar uma alternativa revolucionária à experiência trabalhista. À parte das suas citações de Marx contra Keynes e ocasionais referências à experiência socialista no Oriente da Europa, não se encontra a mínima indicação para os operários ingleses de comadar o salto para uma economia socialista nas condições concretas da Grã-Bretanha de 1950. Numa situação, como a inglesa no pós-guerra, em que o proletariado britânico estava disposto a superar o sistema capitalista e acreditava que a política do Labour Party levava a esse objetivo, a argumentação económica marxista não podia deixar de apresentar soluções concretas, se quiser exercer uma influência material. Eaton não foi capaz de formulá-las e nisso não se distingue do PC britânico ao qual pertence.

A luta contra Keynes é parte da luta ideológica de um movimento revolucionário. Não devemos todavia cair na tentação de limitar o combate ao reformismo às escolas keynesianas. Isso na Inglaterra pode ter maior importância mas não é obrigatório para outros países, com outras tradições. Um exemplo é a França, onde o neo-reformismo stalinista certamente não procurou uma justificação teórica keynesiana para a sua política diária. O papel histórico do Partido Comunista francês, todavia, foi semelhante ao do Partido Trabalhista Britânico. Ambos reformaram e salvaram a sociedade burguesa nos anos críticos depois da guerra. Os métodos variaram, mas o resultado foi o mesmo. Uma vez prestados os seus bons serviços, a burguesia retomou os negócios públicos novamente em suas mãos. — Com Keynes e sem Keynes.

"O DOUTOR JIVAGO"

Por Boris Pasternak —
 Editôra Itatiaia Ltda. —
 Belo Horizonte.

Boris Pasternak é um dos maiores poetas vivos da língua russa e da literatura contemporânea mundial. Proposto há mais de cinco anos para o Prêmio Nobel de Literatura, a Academia Sueca não tomara conhecimento dele, destinando os seus prêmios anuais a nomes consagrados do Ocidente. Quando se lembrou da sua existência não foi pela obra lírica de mais de quarenta anos, e tampouco pelos versos entusiásticos que acompanharam os jovens comunistas na revolução e na guerra civil. Aconteceu que o amigo de Gorki e Maiakovski escrevera um livro, que está no Index na União Soviética e que chegou a ser publicado no Ocidente. Em virtude das circunstâncias da sua publicação, o "Doutor Jivago" tornou-se uma das inúmeras armas da guerra fria".

Dificilmente podemos concordar com a caracterização de "anti-soviético", atribuída ao romance de Pasternak, tanto pelos representantes oficiais da burocracia soviética quanto pelos porta-vozes do Departamento de Estado. O "Doutor Jivago", que retrata a sorte de uma camada social, dos intelectuais da velha Rússia, não oferece nenhuma alternativa à Revolução de Outubro nem tenta mostrar um caminho de volta à Rússia pré-revolucionária. Os homens, que ele descreve, procuram adaptar-se à transformação social, mas nem sempre o conseguem. Às vezes aderem à revolução, mas não chegam a compreendê-la. A reação stalinista causou entre eles um efeito semelhante ao que se verificou com muitos intelectuais do Ocidente, que chegaram a aderir à revolução: afastou-os do comunismo.

A obra de Pasternak foi escrita na década de 30, no auge do terror stalinista, quando a vida cultural soviética passou pela fase mais negra. O "Doutor Jivago" contém, sem dúvida, muitos traços autobiográficos e a época em que Pasternak compôs o livro não deixou de influenciar o retrospecto histórico que ele oferece. Embora não defenda o "ancien régime", ele se apegou com carinho a um dos seus produtos, a "inteligentzia russa", descrevendo a sua agonia, que sabe ser inevitável. Trata-se de uma obra de realismo social, cuja razão de ser, nós, marxistas, nunca negamos.

Não se poderá, de outro lado, afirmar que o "Doutor Jivago" seja uma arma na luta dos trabalhadores soviéticos contra a burocracia. A resignação, às vezes mística, da velha "inteligentzia" não oferece perspectivas históricas. Incomparavelmente mais elementos explosivos contém, por exemplo, o "Nem só de pão vive o homem", de Dudintsev, que mostra a rebelião dos intelectuais soviéticos, não conformados, contra o "monopólio" burocrático. Dudintsev não é candidato ao Prêmio Nobel, pois ele se considera comunista e é desse ângulo, que critica o regime.

A juventude soviética, a nova geração, é "dudintsevista" e nenhum saudosismo marca a sua luta. Seu grito de guerra, a "volta a Lênin" significa para eles o restabelecimento da democracia socialista em bases incomparavelmente mais altas, do que era possível na Rússia Soviética agrária e atrasada dos primeiros anos da revolução. Quando isto se der, nada impedirá que os leitores soviéticos tomem conhecimento do "Doutor Jivago", dos seus problemas e de uma época que é parte integrante da história da revolução russa.

S. R.

10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

de John Reed

Edições Zumbi Ltda. — S. Paulo

O célebre livro do jornalista norte-americano John Reed sobre a revolução russa, "Dez dias que abalaram o mundo" foi reimpresso pela editôra paulista "Zumbi". A obra, da qual Lênin disse que gostaria de ver publicada em milhões de exemplares e traduzida para todas as línguas, pois traçava um quadro exato e extraordinariamente vivo dos acontecimentos, já teve uma primeira edição brasileira, há cerca de 25 anos. Com a stalinização, o livro foi queimado na União Soviética e pôsto no index pelas editôras comunistas oficiais no mundo inteiro. O testemunho ocular de Reed desmentia a versão stalinista da Revolução de Outubro, reduzindo a atuação de Stalin às suas verdadeiras dimensões.

A presente edição paulista saiu em seguida a uma nova edição soviética, publi-

cada em 1957, e inclui um postfácio russo como introdução. O fato de o livro de Reed poder circular novamente na União Soviética indica o grau do desmoronamento do mito stalinista e o postfácio dá uma idéia de que a reabilitação dos velhos bolcheviques é parcial apenas. Os novos dirigentes soviéticos, visivelmente, não fazem questão de se comprometerem com as falsificações da história da revolução, ditadas por Stálin, mas ao mesmo tempo revelam fortes hesitações em reabilitar os velhos bolcheviques, que lideraram a revolução e o Partido nos dias decisivos e que mais tarde foram assassinados a mando de Stálin.

O postfácio russo preocupa-se principalmente com Trotzky. O livro de Reed torna evidente que este foi o segundo homem da revolução e durante os dias críticos, antes da tomada do poder, tornara-se o dirigente mais responsável do Partido Bolchevique. E' esse fenômeno que o postfácio pretende "explicar" ao leitor.

O método é simples. O "culto da personalidade", que durante um quarto de século se dedicava a Stálin é transferido para Lênin e a menor divergência da parte dos demais dirigentes bolcheviques é tida como "desvio". Lênin, por exemplo, no seu esconderijo na Finlândia, perguntava impacientemente porque não se tomava o poder imediatamente. Era essa a impaciência de um revolucionário, condenado a observar o desenrolar dos acontecimentos de longe. Trotzky e o Comitê Central decidiram desencadear a insurreição, na véspera da reunião do Congresso dos Soviets, à fim de entregar-lhe o poder e garantir uma base mais ampla para a revolução. A história e o próprio Lênin justificaram essa tática, mas para o autor do postfácio o episódio é uma confirmação do "oportunismo" de Trotzky.

A mesma mesquinhez é aplicada no ca-

so de Zinoviev e Kameniev. Os dois se opuseram à insurreição, porque não acreditavam na possibilidade de conservar o poder. O livro mostra, entretanto, — o que a versão oficial esconde — que, uma vez decidido o levante, eles se colocaram à disposição do partido, tomaram parte ativa na revolução e atuaram como seus porta-vozes nos organismos de massas. Enquanto Lênin vivia, se mantiveram entre os seus colaboradores mais estreitos. O monolitismo e a infalibilidade dos líderes é puro produto do stalinismo.

E' evidente que o leitor pode passar por cima dessa nova tentativa de "pentear" a história, a que se limita essa espécie de introdução. A presente edição dá aos jovens, que começam a se interessar pelas lutas sociais, um panorama jornalístico dos dias críticos da revolução que mais influenciou na história deste século. Contribuirá decisivamente para destruir o quadro simplório e falsificado que o stalinismo incubou nas mentes de uma geração de comunistas. Um reexame das experiências da revolução russa é indispensável para a regeneração do movimento operário internacional. Isso, entretanto, só poderá ser feito se acabarmos radicalmente com os métodos bizantinos, que tomaram pé nos estudos históricos e políticos. O fato de discordarmos de Trotzky ou de Zinoviev, ou de quem quer que seja, nas lutas de facção ou no terreno internacional, em nada diminui os méritos que esses homens possam ter tido em outras ocasiões. Assim, também, em relação ao próprio Stálin, que chegou a exercer um papel nefasto no movimento operário mundial, nossa condenação não deve impedir um estudo objetivo da sua atuação na época da reconstrução e do primeiro plano quinquenal.

Arquivo do Marxismo

Estancamentos e Progressos da Doutrina

Rosa Luxemburg

HA quarenta anos, em 15 de janeiro de 1919, Rosa Luxemburg foi assassinada nas ruas de Berlim, juntamente com seu companheiro de luta, Karl Liebknecht. Sua morte representou uma pesada perda para o movimento comunista militante, tanto quanto para a teoria do marxismo. Fundadora de dois partidos, do Partido Social-Democrático da Polónia e da Lituânia e da Liga Espartaquista da Alemanha, Rosa Luxemburg tornara-se igualmente uma das mais destacadas teóricas do movimento operário da sua época. Ao lado de Lênin, contribuiu para o desenvolvimento da doutrina marxista na época do imperialismo.

Apesar de Luxemburg e Lênin lutarem ambos na ala esquerda da Segunda Internacional, contra o reformismo e sua expressão teórica: o revisionismo, não foram poucas as divergências, que os separaram freqüentemente. Esse fato fez com que, no período da "linha justa" e do "culto da personalidade" a obra de Luxemburg fosse relegada a um segundo plano e considerada como quase herética. Esse "expurgo" póstumo da revolucionária polonesa evidentemente não visava a defesa da obra de Lênin, mil vezes traído pelos epígonos. O que o stalinismo não podia tolerar era o precedente das divergências entre revolucionários, o direito de discordar, a discussão. O dogma substituiu o marxismo vivo.

Rosa Luxemburg, quando errava, errava como revolucionária (o que acontecera também a um Marx ou um Lênin). Isso, todavia, não quer dizer que tenha sempre estado em posições falsas quando discutia com os bolcheviques. As divergências resultaram freqüentemente da tentativa de generalizar experiências nacionais. A tática e as concepções organizatórias dos marxistas russos tinham de divergir muitas vezes das dos revolucionários da Europa Ocidental. Foi ela uma das poucas autoridades do marxismo, que poderia ter-se oposto à tentação de encarar a luta do proletariado mundial sob um ângulo russo. Por isto, sua morte prematura foi uma perda particularmente séria para a classe operária internacional.

Para nós, que compreendemos o socialismo como ciência e não como dogma, a obra de Rosa Luxemburg é parte integrante do marxismo.

A aplicação do método marxista à realidade brasileira exige um exame crítico de todas as correntes, que contribuem para a formação do patrimônio teórico e a elaboração das experiências do proletariado mundial.

* * *

Por certo, não será necessário insistir na advertência de que os conceitos expostos no artigo tão rico de idéias, que se lerá a seguir, não são considerados por nós como uma explicação suficiente, completa, para o estancamento e não só isso, mas a deturpação da teoria mar-

xista durante o sombrio e sangrento período stalinista e, particularmente, para a indigência teórica reinante no Brasil. Parece fora de dúvida que o caso concreto atual necessita de outro tipo de análise — ao mesmo tempo de desentulho do lixo que cobriu o magestoso edifício do marxismo e de sepultamento do stalinismo que empestia a atmosfera.

Mas, para contribuir à realização desta tarefa será de inestimável proveito respirar o clima do artigo de Rosa Luxemburg, recuperar aquela liberdade de movimentos, revalidar esse destemor intelectual, readquirir o estilo próprio que têm na universalidade e na exatidão científica do marxismo a segura plataforma e o meio adequado de uma luta efetiva pelo socialismo. (M. S.)

EM suas palestras, bem superficiais, embora às vezes interessantes, acerca das condições sociais da França e da Bélgica, Karl Grun faz, entre outras, a observação muito justa de que as teorias de Fourier e Saint-Simon tiveram sobre os seus discípulos influências diferentes. O segundo foi o pai espiritual de toda uma geração de talentos brilhantes em todos os domínios do espírito. O primeiro só teve, salvo poucas exceções, uma seita formada de fanáticos, que em parte alguma ocuparam lugar de primeiro plano. Grun explica essa diferença pelo fato de Fourier apresentar um sistema acabado, elaborado em todos os detalhes, enquanto que Saint-Simon se limitou a dar aos seus discípulos um feixe bem frouxo de grandes idéias. Embora, no caso, Grun pareça esquecer um pouco demais as diferenças internas, as diferenças de conteúdo, entre as teorias dos dois clássicos do socialismo utópico, a sua observação, em tese, é exata. Não há dúvida de que um sistema de idéias, do qual apenas as grandes linhas são traçadas, tem uma ação muito mais fecunda do que uma construção acabada e simétrica, à qual nada há a acrescentar-se, na qual um espírito audacioso nada pode encontrar para desenvolver a sua originalidade.

Será essa a causa das teorias de Marx virem sofrendo, há anos, tal estancamento? De fato, à exceção de uma ou duas produções originais que podem ser consideradas como progressos do ponto de vista teórico, tivemos, desde o aparecimento do último volume do *Capital* e dos últimos trabalhos de Engels, algumas belas vulgarizações e explicações da teoria marxista, mas, no fundo, estamos ainda em teoria, quase que no ponto em que nos deixaram os dois fundadores do socialismo científico.

Teria o sistema de Marx enfeixado as iniciativas originais do espírito em quadros demasiadamente rígidos? Não se poderá negar que Marx exerceu uma influência esmagadora sobre a liberdade do movimento teórico de mais de um dos seus discípulos. Marx e Engels, entretanto, declinaram de qualquer responsabilidade pelas elocubrações eventuais de certos "marxistas". E aquêle que é dominado pelo medo de desviar-se teoricamente do "terreno do marxismo", vê, em certos casos, o trabalho do seu pensamento tão influenciado quanto o do outro extremo, isto é, daquele que, suando em bica, rejeita completamente o método de pensar marxista, a fim de provar a qual-

quer preço que conserva a "originalidade do seu próprio pensamento".

De resto, é somente no domínio econômico que se pode, mais ou menos, falar, em Marx, de uma construção perfeitamente acabada. Com relação, porém, a parte mais preciosa de seus escritos — a concepção materialista, dialética, da história — não é ela mais do que um método de pesquisa, um grupo de idéias diretrizes gerais, que permitem a visão de um mundo novo, que abrem perspectivas infinitas às iniciativas individuais, que dão asas ao espírito para as incursões mais audaciosas em domínios inexplorados.

E, entretanto, também nesse terreno, além de algumas pesquisas, a herança de Marx continuou inaproveitada. Deixa-se enferrujar essa arma maravilhosa. A própria teoria do materialismo histórico é, ainda hoje, tão esquemática, tão pouco revolvida como quando nos veio das mãos do seu criador.

Se nada se acrescenta ao edifício construído por Marx, não é porque o quadro seja rígido demais, nem porque esteja completamente acabado.

São frequentes as queixas de que faltam ao nosso movimento forças intelectuais capazes de continuar as teorias de Marx. É certo que sofremos, há algum tempo, dessa falta de forças. Esse fenômeno precisa ser esclarecido e não pode por si só, responder à nossa outra pergunta. Cada época forja por si mesma o seu material humano, e se a nossa tivesse verdadeiramente necessidades de trabalhos teóricos criaria sozinho as forças necessárias à sua satisfação.

Mas, temos verdadeira necessidade de que se continuem os trabalhos teóricos além do ponto a que Marx os elevou?

Num artigo sobre a controvérsia entre a escola de Marx e a escola de Jevons, na Inglaterra, Bernard Shaw, o muito espirituoso representante do semi-socialismo dos Fabianos, zomba de Hyndman, que pretendia, após a leitura do primeiro volume do *Capital*, conhecer "todo" o Marx, ao passo que, depois dele, Friedrich Engels, no prefácio do segundo volume, declarava que o primeiro tome, com a sua teoria do valor, apresentava um verdadeiro enigma econômico a que só o terceiro volume viria dar solução. Shaw surpreendia Hyndman, na verdade, numa situação verdadeiramente cômica, embora este pudesse consolar-se pensando que a quase totalidade dos socialistas estava na mesma situação.

De fato, o terceiro volume do *Capital*, com a solução do problema da taxa do lucro, problema fundamental da teoria econômica de Marx, só apareceu em 1893. Ora, antes, na Alemanha, como em todos os outros países, tinha-se por base unicamente o material inacabado contido no primeiro volume; vulgarizava-se e adotava-se a teoria de Marx como um todo, integralmente contido nesse primeiro volume, e em parte nenhuma se suspeitava houvesse ali uma lacuna teórica. Ainda mais: quando apareceu, enfim o terceiro tomo, este despertou, naturalmente, certo interesse nos círculos muito estreitos dos homens de ciência. Foram-lhe consagrados alguns comentários e algumas críticas mas, quanto ao conjunto do movimento socialista, o livro terceiro não despertou, por assim dizer, nenhum éco nos largos meios em que dominava, precisamente, o pensamento do primeiro livro. Embora as conclusões teóricas desse terceiro livro não tenham suscitado ainda nenhuma tentativa de vulgarização e ainda não tenham penetrado realmente nos círculos mais amplos, ouvem-se, entretanto, há algum tempo, vozes isoladas na social-democracia, que se tornam o éco fiel da "decepção" experimentada pelos economistas burgueses com a leitura do terceiro tomo. Elas mostram, assim, até que ponto nos habituamos a considerar com definitiva a exposição "inacabada" da teoria do valor, tal como está no livro primeiro.

Como explicar esse notável fenômeno?

Shaw, que segundo sua própria expressão, "zomba" dos outros, prazenteiramente, teria aqui ocasião de escarnecer do conjunto do movimento socialista, na medida em que este se apoia em Marx. Apenas "zombaria" êle, nesse caso, de um fenômeno muito sério da nossa vida social. A aventura maravilhosa do primeiro e do terceiro livros nos parece ser um documento convincente para o futuro das investigações do nosso movimento.

O livro terceiro do *Capital* é, certamente, do ponto de vista científico, o ponto final da crítica marxista do capitalismo. Sem o terceiro livro, é impossível compreender-se a lei decisiva da taxa do lucro, a divisão da mais valia em lucro, juro e renda, assim como as repercussões da lei do valor sobre a concorrência. Mas, e isto é o principal, todos estes problemas, por mais importantes que sejam do ponto de vista teórico, são mais ou menos sem valor do ponto de vista prático da luta de classe. Dêste ponto de vista, o grande problema teórico era a

formação da mais valia, isto é, a explicação científica da exploração e da tendência para a socialização da produção, ou, por outras palavras, a explicação científica das bases objetivas da revolução socialista.

O livro primeiro, dando "a expropriação dos expropriadores" como resultado inelutável da produção da mais-valia e da concentração progressiva do capital, responde às duas questões. Com isto, as necessidades do movimento operário encontram plena satisfação. A maneira pela qual a mais-valia se reparte entre os diferentes grupos capitalistas, e os roubos que a concorrência ocasiona na realização dessa partilha — tudo isso não tem interesse imediato para o luta de classe do proletariado.

E eis porque o terceiro volume do *Capital* tem sido, até agora, um capítulo que o socialismo não lê.

Mas, em nosso movimento, acontece com as pesquisas teóricas em geral o mesmo que sucede às teorias econômicas de Marx. Pensar que a classe operária, em plena luta, poderia, graças ao próprio conteúdo de sua luta de classe, exercer ao infinito sua atividade criadora no domínio teórico, seria alimentar ilusões. Só a classe operária, como disse Engels, conservou o senso e o interesse pela teoria. A sede de saber de que sofre a classe operária é um dos fenômenos intelectuais mais importantes da atualidade. Do ponto de vista moral, a luta operária renoverá a cultura da sociedade. Mas, as repercussões imediatas da luta do proletariado sobre os progressos da ciência estão ligadas a condições muito precisas.

Em toda sociedade dividida em classe, a cultura intelectual, a arte, a ciência, são criações da classe dirigente e têm por fim, em parte, satisfazer diretamente as necessidades do desenvolvimento social, e, em parte, as necessidades intelectuais dos membros da classe dirigente.

Na história das antigas lutas de classe, as classes ascendentes puderam algumas vezes — por exemplo, o terceiro estado dos tempos modernos — fazer preceder sua denominação política por sua dominação intelectual. Ainda oprimidas, chegaram a substituir a cultura caduca do período que se desmoronava por uma ciência e uma arte novas que lhes eram próprias.

O proletariado encontra-se em uma situação inteiramente diversa. Nada possuindo, não pode, na sua marcha para a frente, criar uma cultura intelectual no-

vinha em fôlha, enquanto se conservar no quadro da sociedade burguesa. Nesta sociedade, enquanto subsistirem as suas bases econômicas, não pode haver outra cultura senão a cultura burguesa. A classe operária, como classe, vive fóra da cultural atual, embora certos professores "sociais" considerem o uso das gravatas, dos cartões de visita e das bicicletas, que começa a espalhar-se entre os proletários, uma participação de primeira ordem no progresso da civilização. Embora os proletários criem, com as suas próprias mãos, o conteúdo material e a base social dessa cultura, só têm o direito de gozá-la na medida em que é necessária para exercerem, pacificamente, as suas funções na marcha econômica e social da sociedade burguesa.

A classe operária só poderá criar uma arte e uma ciência próprias depois de se libertar completamente de sua atual situação de classe.

Tudo o que pode fazer hoje é proteger a cultura da burguesia contra o vandalismo da reação burguesa e criar as condições sociais necessárias ao livre desenvolvimento da cultura. Na sociedade atual, só pode fazer obra positiva nesse domínio, forjando as armas intelectuais necessárias à sua luta emancipadora.

Tudo isso fixa, de antemão, limites bastante estreitos à atividade intelectual da classe operária, isto é, dos seus chefes ideológicos. O domínio de sua atividade criadora não pode ser senão uma parte bem definida da ciência: a ciência social. E como justamente "as relações particulares da idéia de um quarto estado com o nosso período histórico" tornavam necessária a explicação das leis do desenvolvimento social pela luta de classe do proletariado, essa idéia teve uma influência fecunda no domínio das ciências sociais. O movimento dessa cultura proletária é obra de Marx.

Mas essa obra, que constitui, como descoberta científica, um todo gigantesco, já ultrapassa as necessidades diretas da luta de classe do proletariado, para as quais foi criada. Na análise completa e detalhada da economia capitalista, como no método de pesquisas históricas, com as suas infinitas possibilidades de aplicação, Marx nos deu muito mais do que

era necessário para a prática da luta de classe.

Só recorremos ao grande repositório de idéias de Marx, para trabalhar e valorizar alguma parcela de sua doutrina, na medida em que o nosso movimento progride de estágio em estágio e se vê em face de novas questões práticas. O nosso movimento, porém, como toda luta verdadeira, se contenta com as velhas idéias diretrizes, ainda muito tempo depois delas terem perdido o valor. Por outro lado, a utilização teórica das lições de Marx não progride senão com extrema lentidão.

Se sentimos, agora, em nosso movimento, um certo estancamento das pesquisas teóricas, não é porque a teoria de Marx, de que somos discípulos, não possa desenvolver-se, nem porque tenha "envelhecido", e sim porque nos apoderamos, para a nossa luta, de todas as armas intelectuais mais importantes do arsenal marxista de que tínhamos necessidade até aqui. E nem por isso está esse arsenal esgotado. Não "ultrapassamos" Marx no decurso de nossa luta prática; ao contrário, Marx, com suas criações científicas, é que nos ultrapassou como partido de combate, Marx não só produziu o bastante para as nossas necessidades, como também as nossas necessidades ainda não foram suficientemente grandes para que utilizássemos todas as suas idéias.

As condições de existência do proletariado na sociedade atual, condições teóricamente descobertas por Marx, vingam-se, assim, pelo destino dado à própria teoria de Marx. Instrumento incomparável de cultura intelectual, conserva-se ainda inaproveitado, porque é incompatível com a cultura burguesa, cultura de classe e porque ultrapassa de muito as necessidades de armas do proletariado em sua luta. Só a classe operária, libertando-se das condições atuais da existência, socializará, com todos os outros meios de produção, o método de pesquisa de Marx, a fim de dar-lhe o seu uso integral, o seu pleno rendimento para o bem de toda a humanidade.

Rosa Luxemburg

(Publicado no "Vorwaerts" em 14 de março de 1903).

História do Movimento Operário

A Tragédia do Comunismo Polonês Entre as Duas Guerras

Isaac Deutscher

ENTRE os partidos comunistas que mais sofreram sob o impacto do stalinismo nos anos de 30, encontra-se o P. C. da Polónia, dissolvido pelo Komintern em 1938, por estar minado — assim rezava o comunicado oficial — “por influências trotskistas e pilsudskistas” e “tornado uma simples agência do fascismo e da polícia política polonesa”. Os membros do Comité Central do partido polonês, refugiados em Moscova, e que naquela época já tinham sido presos pela NKVD, foram fuzilados em seguida. Entre eles estavam os fundadores do partido Adolf Warsky, Wera Kostrzewa, Lensky, que durante vinte anos lideraram a ala revolucionária do proletariado polonês. Os assassinatos não se limitavam à direção do Partido: centenas de militantes poloneses que, na União Soviética, procuraram refugiar-se do fascismo tiveram destino idêntico. Os chefes do destacamento polonês nas Brigadas Internacionais, que lutavam na Espanha, foram chamados especialmente do “front” para terem o mesmo fim em Moscova. Um dos poucos dirigentes poloneses daquela época, que sobreviveram o terror stalinista, foi Wladyslaw Gomułka, prêso na Polónia por atividades ilegais.

Durante a revolta anti-stalinista na Polónia, depois do XX Congresso, o Partido Comunista da Polónia e os seus líderes mortos foram rehabilitados. Em fevereiro de 1956, um breve comunicado anunciou que a secção polonesa da Komintern tinha sido vítima de “provocações e calúnias”. Não foram muito freqüentes as referências públicas, mas os debates internos no atual Partido Operário Unificado Polonês sobre os acontecimentos de antes da guerra foram intensos, visando não sómente esclarecer as circunstâncias do assassinato do velho partido, como tirar também um balanço das suas atividades e das suas lutas entre as duas guerras. No decorrer desses debates, um jornalista polonês procurou Isaac Deutscher, um ex-militante comunista, excluído do partido antes da guerra, por atividades trotskistas, e que atualmente vive em Londres, pedindo uma interpretação sua sobre a história do P. C. polonês. O resultado foi a presente entrevista, na qual Deutscher — tendo rompido também com o trotskismo — procura forenecer um balanço do passado. Apesar de não ter sido publicado por nenhum órgão oficial, o documento teve ampla divulgação na Polónia, provocando intensas discussões nas fileiras do Partido Operário Unificado.

Isaac Deutscher colocou esse trabalho à nossa disposição. Decidimos publicá-lo na íntegra, apesar de ser bastante longo. Dois motivos influíram na decisão: em primeiro lugar, somos de opinião que o stalinismo e suas conseqüências não podem ser vencidos unicamente pelo exame crítico da experiência nossa, nacional e local. A crise revolucionária do movimento operário foi mundial e sómente nesta escala ela poderá ser superada. Em segundo lugar, este ano é marcado por um aniversário que não desejamos ignorar. Há quarenta anos, em 26 de janeiro de 1919, foi publicado em Moscova o convite para a fundação da Terceira Internacional. A história dessa Internacional, o balanço dos seus aspectos positivos e negativos (para nós na América Latina, mais negativos) não foi escrita ainda. Quem se aventurar nesse terreno, terá que juntar peças de um mosaico. O trabalho de Deutscher é uma peça desse gênero. Procura dar um panorama dos problemas de um Partido. De certo modo, todavia, o que encontramos é um reflexo de problemas que, de um ou outro modo, agitaram todos os Partidos. A questão central, a dependência dos Partidos Comunistas em relação a Moscova e a posterior submissão da sua política às necessidades da política externa da URSS, subsistem até hoje.

M. S.

PERGUNTA: Gostaria você de nos transmitir suas reflexões sobre os problemas-chaves da história do Partido Comunista polonês que estou presente-mente estudando? O que me interessa essencialmente são as correntes ideológicas e políticas dentro do partido, a história da formação das frações, a política do

partido durante os momentos críticos de entre as duas guerras e, enfim, o seu remate trágico.

RESPOSTA: Começemos por algumas reflexões de conjunto e por uma observação de ordem pessoal. Quando você me pede para falar da história do Partido Comunista Polonês, você não ignora, sem dúvida, o ponto de vista particular de onde eu parto para lhe responder. Em junho de 1957, vinte e cinco anos exatamente são decorridos desde o momento em que fui excluído do Partido Comunista Polonês como opositor. Não analisarei agora as razões desta exclusão: elas foram claramente, ainda que tendenciosamente — esta parcialidade se condena a si própria com o recuo — expostas nas brochuras e declarações publicadas na época pela direção do Partido sobre o caso Krakowski (era um dos pseudônimos que eu usava então). De 1932 até sua dissolução, estive em conflito agudo com o Partido Comunista Polonês. Não obstante, por ocasião desta dissolução e das acusações feitas contra seus dirigentes, denunciei estes atos como um crime incrível perpetrado contra a classe operária da Polónia e do mundo inteiro. O grupo de oposição ao qual eu pertencia foi mesmo o único grupo de membros ou de antigos membros do Partido Comunista Polonês a estigmatizá-lo, e protestar com veemência. (1).

Foi o Partido Comunista Polonês que teve, sem dúvida, a mais forte influência sobre a minha formação, e sobre o meu desenvolvimento intelectual e político. Jamais duvidei que ele fosse reabilitado — aliás, o termo "reabilitação" não é aplicável neste caso. Era uma grande partido heróico, o único partido que representou na Polónia os interesses da revolução partidária, a grande tradição marxista, um verdadeiro e vibrante internacionalismo. A este respeito, nenhum partido polonês, durante o período de entre duas guerras, lhe poderia ser comparado.

Infelizmente, mesmo hoje, a história do Partido Comunista Polonês permanece um livro fechado a sete chaves. As publicações do último período, que pude ler, são bem pobres. Elas proclamam a reabilitação, mas não contêm nada de positivo, nenhuma tentativa real para reconstituir a história dos grandes vãos e dos declínios do partido. O que impressiona é a tendência — herança de hábitos adquiridos durante longos anos — a se satisfazer com banalidades e com uma espécie de Lenda Dourada. O único partido na Polónia que foi digno de usar o nome de partido proletário marxista merece que se estude sua obra de maneira séria, realista e crítica. Haviam enterrado outróra o Partido Comunista Polonês sob um amontoado de calúnias incríveis. Cessemos de exumá-lo todo envolvido em lendas e em meio de um alarido de hinos vazios.

Eu me permito acrescentar uma observação metodológica de conjunto. Para compreender a história do Partido Comunista Polonês, é preciso, quase que a cada fase crítica, estudá-lo de um duplo ponto de vista: sob o ângulo da luta de classes na Polónia mesmo; e sob o dos processos que se sucediam na Internacional Comunista e na União Soviética. Estes dois conjuntos de fatores agiam sem descontinuidade. O pesquisador que se limitasse à análise de um só destes conjuntos seria incapaz de aprender a essência da história do Partido Comunista Polonês. Ao passo e à medida que os anos passavam, os processos que se sucediam na União Soviética al desempenhavam um papel cada vez mais importante e pesavam com uma fatalidade cada vez mais intensa sobre o destino do partido polonês. Assim pois, tanto para esclarecer a política do Partido Comunista Polonês e explicar suas correntes ideológico-políticas como para precisar a luta das frações, devemos sem cessar nos referir ao estado das relações de classes na Polónia e aos processos de desenvolvimento no seio da revolução russa.

PERGUNTA: Quais eram as principais divisões internas do Partido Comunista Polonês no momento de sua fundação, isto é, em fins de 1918 e princípios de 1919?

RESPOSTA: Estas divisões decorriam do fato de ter nascido o Partido Comunista Polonês da fusão de dois partidos: a Social-Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia (partido de Rosa Luxemburgo — S. D. K. P. i L.) e o Partido Socialista Polonês de Esquerda (P.P.S. Lewica (2)). Cada um destes dois partidos possuía suas próprias tradições. O Partido Social Democrata constituiu-se dentro da oposição às tradições essencialmente nobiliárias das lutas pela independência nacional, remontando-se às insurreições do século XIX e sustentava sobretudo a idéia do internacionalismo proletário. O Partido Socialista de Esquerda se tinha firmado, em seus primórdios, na ideologia de independência nacional, mas tinha evoluído, aproximando-se do partido luxemburguista. O Partido Socialista de Esquerda tinha semelhanças com a esquerda menchevique e não foi senão sob a influência da Revolução de Outubro que ele se aproximou da posição dos bolcheviques. O Partido Social Democrata tinha — como testemunham os trabalhos do seu VI Congresso —, uma atitude extremamente próxima da de Trotsky, e permanecia independente tanto dos Mencheviques como dos Bolcheviques. No momento da Revolução de Outubro, o partido luxemburguista — como Trotsky, uma vez mais — se identificou com o bolchevismo. Aqui, é necessário, todavia, levar em consideração as divergências — internas do Partido — entre a fração da "direção" (Rosa Luxemburgo, Marchlewski e Jogiches) e os pseudos "dissidentes" (Dzierzynski, Radek e Unszlicht). Eram antes divergências e não uma dissidência na plena acepção do termo. Os "dissidentes" representavam uma certa oposição ao centralismo do Comitê Dirigente que agia do estrangeiro. Por outro lado, estavam mais próximos dos bolcheviques (3). No Partido Comunista Polonês, a tradição do partido luxemburguista foi desde o princípio preponderante. Não se deve, no entanto, exagerar a importância destas diferenças. Elas eram, com efeito, abafadas e mesmo apagadas pela unidade verdadeira do Partido, pela convicção de todos os seus aderentes de que as velhas divisões estavam superadas, e também pelo fator de consolidação que representava para as fileiras do partido a clara consciência da oposição irreductível deste último às forças nobiliárias e burguesas, reformistas e nacionalistas da Polônia de então.

PERGUNTA: Não é verdade que o Partido Comunista Polonês iniciou sua vida política, na Polônia independente, com um certo handicap moral tendo em vista ter ele adotado no passado a atitude luxemburguista de oposição de princípio às lutas pela independência nacional?

RESPOSTA: Há em tudo isto um pouco de verdade e bastante exagero. A prova é — por exemplo — a relação das forças dos diversos partidos no seio dos Soviets de Delegados operários que se constituíram então — em fins de 1918 — em Varsóvia, Lodz e na bacia carbonífera de Dambrowa. Em Varsóvia, com efeito, as forças do Partido Comunista e do Partido Socialista se equilibravam e se não me engano o Bund (4) era o elemento que fazia pender a balança. A situação era semelhante em Lodz, porém os comunistas aí tinham uma certa preponderância. Na bacia carbonífera, o Partido Comunista era incomparavelmente mais poderoso que o Partido Socialista, o que ocasionou o episódio da República Vermelha de Dambrowa. Pode-se mesmo afirmar que, no início da independência, o Partido Comunista Polonês tinha sobre a classe operária — nos principais centros industriais — uma influência não menor que o Partido Socialista Polonês, reformista e "patriótico" e mesmo talvez maior. A situação era bastante complicada. Por um lado, os acontecimentos tinham desmentido até um certo ponto a atitude hostil em princípio à luta pela independência nacional, de Rosa Luxemburgo.

burgo e de seus camaradas. De outro lado, entretanto, êles tinham dado razão a seu partido como sendo o único que tinha previsto a revolução socialista nas potências ocupantes — Rússia, Alemanha, Áustria — e não a repetição de insurreições nacionais do século XIX. O pilsudskismo — e o Partido Socialista Polonês, que em 1918 era quase inseparável do pilsudskismo, — proclamava acima de tudo seu ceticismo e sua desconfiança quanto a uma revolução nos Estados que partilhavam a Polônia e ligava precisamente o futuro desta à repetição das insurreições. Contrariamente às previsões de Rosa Luxemburgo, a Polônia recobrou sua independência; mas, contrariamente às previsões de seus adversários, ela a obteve, acima de tudo, das mãos da revolução russa e da revolução alemã. A história se afirmou mais astuciosa que todos os partidos e por êste motivo não acho que, comparado aos outros partidos, o Partido Comunista Polonês tenha iniciado a fase de independência com um *handicap moral* particular. Não obstante, enquanto os "luxemburguistas" mofavam nas prisões czaristas e no exílio, os partidos poloneses burgueses (sobretudo os "democratas nacionais", que combatiam todos os movimentos de independência nacional, mas também Pilsudski e os socialistas "patriotas"), se punham a serviço das dinastias ocupantes e colaboravam com elas, o que não os impediu de adotar, depois da queda destas dinastias, atitudes hipócritas ultra-nacionalistas e de tomarem o poder.

PERGUNTA: É verdade que depois da fundação do Partido Comunista Polonês as antigas disputas sobre o problema da independência nacional desempenharam ainda um papel na sua vida?

RESPOSTA: No princípio somente, e muito pouco ou quase nada. O partido estava absorvido por outros problemas: posição a adotar em face da nova relação das forças sociais no país, elaboração de sua linha política e — naturalmente — problemas da revolução russa e da revolução mundial.

PERGUNTA: A questão do boicote da Dieta Constituinte de 1919 não marcou a aparição de uma nova divisão no seio do partido?

RESPOSTA: Salvo erro de minha parte, esta questão não deu lugar a grandes discussões. A êste respeito, o partido polonês e o partido alemão tomaram posições análogas, tratando as eleições à Constituinte como uma diversão tendo por finalidade liquidar os Soviets dos Delegados Operários. A Dieta Constituinte polonesa e a Constituinte de Weimar significavam, uma e outra, a criação de uma república parlamentar burguesa, edificada sobre as ruínas dos Soviets operários — êstes órgãos potenciais da revolução socialista. Os dois partidos cometeram, incontestavelmente, um erro proclamando o boicote do parlamento burguês e tanto num quanto no outro, esta falta decorria do clima ultra-extremista da época.

PERGUNTA: Como reagiu o Partido Comunista Polonês à guerra polono-soviética de 1920?

RESPOSTA: O Partido Comunista Polonês tratou esta guerra — de acordo com a realidade — como a guerra das classes dirigentes polonesas, ou de uma notável fração delas, contra a revolução russa, e como parte integrante da ação intervencionista conduzida pelos governos burgueses ocidentais. O Partido Comunista Polonês se sentia solidário com a revolução russa e obrigado a defendê-la. A situação se complicou por ocasião da retirada de Pilsudski de Kiev e da marcha do Exército Vermelho sobre Varsóvia. O estado de sítio e os tribunais de exceção reduziam ao mínimo as possibilidades de ação do partido e lhe era difícil expressar suas idéias. Gostaria, entretanto, de fazer observar uma divergência de pontos de vista característica, que apareceu então entre os comunistas poloneses

residentes em Moscou. Com efeito, quando se tratou da marcha sobre Varsóvia, esta colônia se dividiu de uma maneira aparentemente bastante paradoxal. De um lado, os antigos "luxemburguistas", os "adversários da independência", Radek e Marchlewski (5) não pouparam seus esforços para convencer Lênin e o Politburo russo de que não era necessário empreender a marcha sobre Varsóvia, e sim propôr a paz à Polônia, uma vez que os exércitos de Pilsudski tinham sido expulsos da Ucrânia. (Somente concordou com este ponto de vista Trotsky, então comissário do Povo nos negócios da guerra). De outro lado, os antigos defensores da independência, os antigos scialistas, tais como Feliks Kon e Lapinski (6), se pronunciaram pela marcha do Exército Vermelho sobre Varsóvia, assegurando que o proletariado polonês se achava em um tal estado de fermentação revolucionária que acolheria o Exército Vermelho como seu libertador. Eu gostaria de recordar um outro episódio: a "Rote Fahne", órgão do Partido Comunista Alemão, publicou em 1920 um protesto contra a marcha sobre Varsóvia, assinado por Demski, um dos membros mais eminentes do Comité Central do Partido Comunista Polonês. Entre parênteses, nas condições de democracia interna que existiam então no partido, considerava-se muito natural o direito de um membro do Comité Central publicar um tal protesto. Demski continuou membro do Comité Central e desempenhou um papel de primeiro plano, durante muitos anos ainda, mais exatamente, até 1925.

Você me perguntou se a tradição luxemburguista não tinha pesado em demasia, do ponto de vista moral, sobre o comunismo polonês. Não tenho a intensão de defender *post factum* as idéias de Rosa Luxemburgo em relação à independência nacional; limitar-me-ei a dizer que a marcha do exército vermelho sobre Varsóvia constituiu um handicap moral infinitamente mais sério e mais perigoso para o Partido Comunista Polonês que tôdas as faltas reais ou supostas de Rosa Luxemburgo tomadas em conjunto, faltas a respeito das quais tanto os seus adversários burgueses como, mais tarde, Stalin, — abusando como de costume de uma citação de Lênin, — fizeram um barulho desproporcionado. Ora, a falta de Lênin em 1920 — chamemos as coisas pelo seu nome! — foi uma tragédia para o Partido Comunista Polonês por que ela levou realmente as massas proletárias polonesas ao anti-sovietismo e ao anti-comunismo.

PERGUNTA: Mas, não obstante, o partido retomou rapidamente suas forças depois de 1920?

RESPOSTA: Sim, até certo ponto. Isso não modifica o fato de ter tido igualmente suas conseqüências duráveis a marcha sobre Varsóvia, solapando a confiança das massas laboriosas polonesas na revolução russa. No entanto, depois de 1920, vê-se que as "ilusões de independência" se dissipam bem rapidamente entre os operários. Na atmosfera relativamente mais livre que se seguia a esta guerra, a opinião operária teve, de sobra, a possibilidade de julgar mais calmamente os acontecimentos. Soubese que o governo de Lênin tinha feito tudo para evitar a guerra polono-soviética e compreendeu-se que a marcha sobre Varsóvia tinha sido uma desforra da marcha sobre Kiev. Teria sido melhor que isto não tivesse acontecido, mas a classe operária polonesa compreendeu bem rapidamente que Pilsudski, em 1920, lutava mais pelos domínios possuídos na Ucrânia pelos proprietários territoriais poloneses e para realizar seus próprios sonhos de poder, do que pela independência da Polônia. O início da década de 1920 representa um período de nova ascensão de influência do Partido Comunista Polonês, influência

que conheceu seu apogeu em 1923, mais particularmente em novembro, por ocasião da greve geral e da insurreição dos operários de Krakov.

PERGUNTA: Foi essa a época da direção dos "três W", não foi?

RESPOSTA: Efetivamente. Um deles, Warski, era um antigo luxemburguista, e os dois outros: Walecki e Wera (Kostrzewa), antigos socialistas de esquerda. Eles constituíam, entretanto, um grupo de direção homogêneo, o que prova que a antiga divisão no seio do partido se tinha apagado. Aproximamo-nos, entretanto, de um momento particularmente crítico, em que o desenvolvimento da luta de classes na Polônia se complica uma vez mais, e se deforma até um certo ponto, sob a influência dos acontecimentos que se produziram então na União Soviética. Pessoalmente, eu considere, durante muitos anos, que, entre nós, na Polônia, da mesma maneira que na Alemanha, que o ano de 1923 tinha sido o da revolução perdida. Com o recuo de trinta e cinco anos, não estou mais tão certo de que a história admita ou possa admitir um dia, a justeza de um tal ponto de vista. Em todo o caso, estava-se em presença de numerosos elementos de uma situação revolucionária: greve geral, sublevação dos operários de Cracóvia, adesão do exército à classe operária e, de uma forma mais geral, fermentação no país. Parecia que somente faltava a iniciativa de um partido revolucionário que tirasse o máximo da situação e o conduzisse com êxito à revolução. O Partido Comunista Polonês não tomou tal iniciativa. Era a época em que o partido, de acordo com as resoluções da Internacional, fazia uma política de frente única com os socialistas. Esta política lhe havia trazido, até um certo momento, magníficos resultados, alargando consideravelmente sua zona de influência e dando entusiasmo à luta de classes. Mas, assim fazendo, a direção do partido tinha, entretanto, renunciado, de uma certa forma, a iniciativa política em proveito do Partido Socialista Polonês e este último fato teve precisamente repercussões desagradáveis sobre a situação de 1923. A base do partido tinha a sensação de que este tinha deixado passar uma situação revolucionária sem explorá-la: ela reagiu de uma forma bem viva e dolorosa contra o "oportunismo" e a falta de iniciativa revolucionária dos "três W".

A situação, como já disse, se complicou ainda em virtude dos acontecimentos da U.R.S.S. Foi nesta época, com efeito, que teve lugar em Moscou o primeiro ato público da luta entre o que se chamava o triunvirato (Stalin, Zinoviev e Kamenev) e Trotsky. A luta revestiu-se imediatamente de formas extremamente violentas, sem exemplo na história do movimento. Os partidos comunistas europeus ficaram tanto mais inquietos pelo fato de que até então Trotsky era, ao lado de Lênine, o principal inspirador e a principal autoridade moral da Internacional. Os Comitês Centrais dos três partidos, polonês, alemão e francês, dirigiram-se no outono de 1923 ao Comité Central do partido soviético protestando contra a brutalidade dos ataques públicos dos quais Trotsky era alvo. Os que protestavam não tinham absolutamente a intenção de se solidarizar com as concepções de Trotsky. Eles apenas punham os dirigentes soviéticos em guarda contra o prejuízo que a campanha contra Trotsky trazia ao movimento comunista, e faziam apêlo a fim de que resolvessem seu conflito com Trotsky de uma forma digna de comunistas. Este incidente teve amplas conseqüências. Stálin não esqueceu nem perdoou jamais este protesto. Zinoviev, que era então presidente da Internacional, considerou-o como sendo um voto de desconfiança contra sua pessoa. Imediatamente, as questões da política dos partidos comunistas na Polônia, França e Alemanha se misturaram ao conflito interno russo. A direção da Internacional — isto é, Zinoviev e Stalin — destituiu dos cargos os principais dirigentes

dos três partidos, os quais tinham ousado tomar a defesa de Trotsky. O pretexto foram as faltas cometidas por estes dirigentes, notadamente pelo grupo dos "três W" em novembro de 1923: oportunismo, desvio de direita, não exploração de uma situação revolucionária.

PERGUNTA: Pode-se deduzir do que você expôs que as acusações de oportunismo e de sub-estimação da situação revolucionária feitas aos "três W" eram justificadas?

RESPOSTA: Mesmo que se justificassem, isto não autorizaria a direção da Internacional de Moscou a uma intervenção tão brutal e até então sem exemplo nas questões internas do partido polonês, nem a destituir sua direção. Foi, repito, um ato sem precedente na história do comunismo. Acrescentarei que, simultaneamente, as direções dos partidos alemão e francês foram modificadas de maneira semelhante (7). Nestes três casos, a mudança de direção foi efetuada por uma ordem vinda do alto, e não em consequência de decisões tomadas pelo conjunto dos membros do partido, segundo os princípios da democracia interna. Foi um primeiro e perigoso atentado à independência dos partidos comunistas, o primeiro ato — no final das contas — de "stalinização" do Komintern, se bem que não tenha sido feito somente por Stálin, mas também por Zinoviev. Todos dois jogaram demagógicamente com o clima de desencantamento que reinava na base dos partidos polonês e alemão. Este clima era compreensível e se voltava violentamente contra os "três W" (assim como contra Brandler, na Alemanha). É possível que se se tivesse deixado o partido livre, para decidir, ele teria igualmente modificado sua direção. Não obstante, mais importante que o fato mesmo desta mudança foi a maneira pela qual ela foi realizada, porque abria o caminho para uma ingência stalinista cada vez mais vergonhosa nos negócios do Partido Comunista Polonês, ingerência que devia levar ao assassinato do Partido.

PERGUNTA: Como reagiu o partido a este primeiro ato de ingerência deliberada?

RESPOSTA: Infelizmente pela passividade. Uma grande parte de seus aderentes era mais ou menos favorável ao afastamento dos "três W". E mesmo aqueles que não estavam de acordo, a isto não se opuseram. É claro que esta operação devia parecer suave, comparada às exclusões, purgas e "auto críticas" que se seguiriam. O stalinismo estava no seu período de formação e não podia ainda mostrar suas garras. O ataque contra os dirigentes afastados foi levado a cabo com uma correção e moderação relativas, o que contribuiu para que o partido se resignasse a suas consequências. O que havia pesado de maneira decisiva sobre a situação foi o elemento psico-político decorrente da má compreensão de nossa solidariedade com a revolução russa. Considerava-se, com efeito, que era preciso, a todo preço, evitar um conflito com Moscou. A autoridade moral do partido soviético, o único que levava a revolução proletária à vitória, era tão imensa, que o Partido Polonês se inclinava perante as decisões de Moscou, mesmo quando abusava de sua autoridade revolucionária. O stalinismo não foi, a bem dizer, desde o seu princípio, senão uma série ininterrupta de abusos deste gênero, uma exploração sistemática do crédito moral da revolução para iniciativas que não tinham, muitas vezes, nada a ver com esta última, mas que serviam para consolidar o regime burocrático na URSS. Durante os anos de 1923-1924, importava essencialmente a Stálin atacar o trotskismo no seio da Internacional. Warski e Kostrzewa se esforçaram para salvar sua situação se desdizendo do protesto que em nome do Comité Central polonês eles tinham lançado contra a campanha anti-trotskyista de Moscou. Seus motivos eram compreensíveis. Em Moscou, a maioria do Poli-

tburo e do Comitê Central se tinha pronunciado contra Trotsky. Os dirigentes poloneses consideravam isso um fato decisivo e desejaram evitar a todo preço se solidarizar com a minoria do partido soviético e se expor assim à censura de ingerência nos negócios do partido. Isto não evitou, no entanto, ao partido polonês uma ingerência soviética nos seus negócios. Os "três W" tinham incontestavelmente certas simpatias pelas concepções da oposição trotskyista, mas, na realidade, elles sustentaram Stálin e Zinoviev e lhes hipotecaram sua lealdade. Pagariam caro, em seguida, este momento de fraqueza.

PERGUNTA: Em que consistiu a mudança de política do partido depois de 1923?

RESPOSTA: O que se chamava "a esquerda" tomou a direção do partido: Donski, Sofia Unslicht e Lenski. Como na Internacional, no partido polonês, igualmente, o novo rumo representava uma reação extrema contra a orientação do período precedente. Foi então uma política "ultra-esquerdista". Enquanto que, em 1923, a política do partido se caracterizava por uma falta de energia revolucionária suficiente, nos anos de 1924 e 1925 ela foi marcada por um falso excesso desta energia. Foi tanto mais nocivo para o Partido porque, depois da crise de novembro de 1923, as possibilidades objetivas de ação revolucionária tinham diminuído. O Partido Comunista Polonês rejeita totalmente, durante este período, a tática de frente única e dispersa seus esforços em aventuras estéreis. O resultado? Perde sua influência e se isola das massas operárias. Convém lembrar que nos princípios de 1924 o Partido Comunista Polonês consegue ainda um grande successo em certas eleições locais, onde se mostra mais poderoso que o partido socialista. Este resultado não era, entretanto, mais que um eco retardado da radicalização das massas sobrevivida durante o ano de 1923; não anunciava nenhum revigoramento da vaga revolucionária. No ano seguinte, a influência do Partido Comunista Polonês diminuiu brutalmente e o partido foi incapaz de orientar a menor ação de massa de qualquer envergadura. Não era um fenômeno unicamente polonês. Podia-se observar estas mesmas flutuações em todos os partidos comunistas da Europa — todos, com efeito, seguiam então esta mesma política ultra-esquerdista com análogas conseqüências. Foi o período do V Congresso do Komintern, dito "Congresso da Bolchevização", mas na verdade congresso de stalinização. A partir desta data, todos os partidos foram passados pelo mesmo crivo: todos aplicaram a mesma "linha"; todos recorreram aos mesmos truques táticos; todos alcançaram as mesmas palavras de ordem sem levar em conta as diferenças nas relações de classes entre os diversos países, do nível e da forma das lutas de classes, etc. Chegou-se à uniformidade burocrática do movimento. O partido polonês foi atingido mais dolorosamente do que os outros partidos europeus, porque possuía tradições revolucionárias mais profundas e mais fortes, porque lutava na clandestinidade a mais completa (8), fazendo continuamente apêlo ao espírito de sacrifício revolucionário e ao heroísmo de seus aderentes que não falhavam nunca. Um heroísmo revolucionário burocratizado, eis aí uma *contradictio in adjecto*.

PERGUNTA: No fim do ano de 1925, todavia, Warski, Walecki e Kostrzewa voltaram à direção do partido, não é verdade?

RESPOSTA: Sim. A maneira pela qual a política ultra-esquerdista se tinha comprometido reabilitou quase que automaticamente aos olhos do partido a política dos "três W". Apesar do que se possa dizer contra Warski e Kostrzewa, elles tiveram, não obstante, o dom de perceber o estado de espírito das massas operárias e a capacidade de estabelecer, reafirmar e alargar os contatos entre o

partido e as massas. Os períodos em que eles estiveram na direção do partido foram em regra geral aqueles nos quais a influência do partido sobre as massas aumentou, e as ações eram planejadas em vasta escala, ainda que estas ações fossem freqüentemente desprovidas — como dizer? de fermento revolucionário. A volta de Warski e de Kostrzewa à direção do Partido Comunista Polonês se explica melhor ainda pelo que se passava então na Rússia do que pela evolução do clima do partido polonês.

Na Rússia, já havia então uma nova constelação política. O triunvirato se tinha dissolvido. Zinoviev e Kamenev se tinham voltado contra Stálin e deviam, pouco depois, se aliar a Trotsky. Stálin constituiu um bloco com Bukharin e Ríkov e conduziu o que se chamou "a linha de direita" no partido soviético e na Internacional. O que então se chamava a "direita polonesa", isto é, os "três W", entrava em graças no momento, sobretudo depois de ter hipotecado um categórico apoio a Stálin e Bukarin. Por sua vez, uma parte da direção ultra-esquerdista do partido, Sofia Unszlicht e Domski, se colocam ao lado de Zinoviev; e é por isto, mais, que pelas faltas cometidas na Polônia, que eles são destituídos (9). Uma vez mais o que pareceu ser decisivo foram os cálculos ligados à luta que se desenvolveu no seio do partido soviético. É preciso acrescentar que Lenski, apesar de sua política ultra-esquerdista, permanecia na direção do partido, partilhando com os "três W" a influência que isto implica. Lenski, com efeito, contrariamente a Domski e Unszlicht, se tinha declarado adversário da oposição zinovievista. Ainda mais, ele se tornou, a bem dizer, o dirigente do que se chamou o núcleo stalinista no seio do Partido Comunista Polonês, enquanto que Warski e Kostrzewa, ainda que inteiramente leais a Stálin, se comportam entretanto em relação a ele com uma certa reserva e, no que se refere à tática, estão mais próximos do grupo de Bukarin. Mais tarde, esta divisão no seio do partido polonês se devia cristalizar pela formação das frações "minoritária", dirigida por Lenski e "majoritária", dirigida por Warski e Kostrzewa. No princípio de 1926, estas duas frações partilham entre si a direção do partido e são ambas responsáveis pela sua política. Em particular, pelo se chamou "o erro de maio", isto é, o apoio que o Partido Comunista Polonês prestou a Pilsudski por ocasião de seu golpe de Estado em maio de 1926.

PERGUNTA: Poderia você nos falar mais detalhadamente sobre o "erro de maio" e explicar sua preparação? Encontrei entre os velhos militantes do partido a seguinte tese: o partido não podia, por ocasião do golpe de Estado, deixar de sustentar Pilsudski que gozava da confiança do Partido Socialista Polonês e de toda a esquerda e cujo "putsch" tinha sido dirigido contra os governos ditos de "Chjeno-Piast" (também chamado, contra a coalisão do centro-direita). O partido — dizem eles — considerava que este golpe de Estado constituía, de um certo modo, o princípio da revolução burguesa e era progressista pelo fato de que durante o período anterior eram os proprietários territoriais semi-feudais que detinham o poder, enquanto que os elementos busguêses dele estavam afastados.

RESPOSTA: O "erro de maio" tem evidentemente uma significação capital para a história do comunismo polonês. Não posso, durante esta entrevista, pretender dar uma explicação exaustiva de sua preparação, o que pressuporia uma análise das relações de classes e das forças políticas que eram as mais complicadas (10). Enforçar-me-ei, pois, simplesmente para delinear certas linhas históricas gerais. Insisto de novo em que é necessário procurar estas tramas sobre dois planos: sobre o plano das lutas de classes na Polônia e sobre o plano da evolução interna do partido soviético e do Komintern.

Começemos pela trama polonesa. A Polônia atravessava uma crise do regime parlamentar. A Dieta se mostrava incapaz de escolher um governo estável, o que não era mais que o reflexo de uma rutura do equilíbrio social e político no terreno extraparlamentar. Todas as possibilidades de composições parlamentares tinham sido esgotadas. As massas estavam violentamente descrentes do regime parlamentar, que era incapaz de assegurar trabalho aos operários e de protegê-los das conseqüências catastróficas da desvalorização, que tinha enganado as massas camponesas sobre a reforma agrária e que condenava as minorias nacionais à opressão e ao desespero. Por outro lado, as classes possuidoras se insurgiam igualmente contra "a onipotência da Dieta", temendo que esta — incapaz de assegurar um governo estável, e além disso o governo forte que elas desejavam — expusesse o regime social em vigor a violentas agitações e à ameaça de uma revolução. A situação estava objetivamente madura para a derrubada do regime parlamentar.

Teoricamente, três possibilidades se apresentavam: o regime parlamentar poderia ser derrubado por um movimento fascista de massa, do gênero do hitlerismo ou do fascismo italiano. Na prática, todavia, uma tal possibilidade não entrava em cogitações. Por motivos que não examinarei aqui, todas as tentativas para fazer um movimento deste gênero na Polônia, feitas várias vezes tanto antes como depois de 1926, custaram muito a se desenvolver. A Polônia só conheceu versões mais ou menos burlescas dum fascismo ou de um nazismo imaturos.

A segunda possibilidade teórica consistia em uma mudança do regime parlamentar burguês pela revolução proletária, para o que — é óbvio — o Partido Comunista Polonês devia estar preparado. Todavia, durante os meses que precederam o golpe de Estado de Maio, o Partido Comunista Polonês se tinha preparado para tudo menos para esta eventualidade. Este fato por si mesmo traduzia até um certo ponto o refluxo do clima revolucionário entre a classe operária, o choque que lhe havia infligido a catástrofe de 1923, do mesmo modo que o esgotamento do movimento das atitudes pseudo-revolucionárias e estereis dos anos de 1924 e 1925. O movimento comunista não tinha confiança em suas próprias forças e, se assim era para ele — a vanguarda da classe operária — não poderia ser de outro modo para a classe operária. Fazia-lhe falta a consciência de sua própria força; a classe operária estava inclinada a colocar suas esperanças em forças exteriores e a gozar antecipadamente as vantagens que poderiam sobrar para ela da ação de outras classes ou grupos sociais. Tal é o plano político objetivo do "erro de maio".

Entre parênteses, o "erro de maio" do Partido Comunista Polonês começou bem antes de 1926. Se minha memória não me engana, foi desde o outono de 1925 quando Warski apresentou à Dieta, em nome do grupo comunista, uma moção de urgência sobre "as ameaças que pesavam sobre a independência da Polônia", moção que era igualmente inesperada e estupefaciente. Era inesperado ver um antigo luxemburguista, um amigo de Rosa Luxemburgo, apelar para a independência nacional em perigo. De resto, na situação de 1925, era difícil achar como justificar plenamente um tal grito de alarme. Quanto à conclusão desta moção de urgência, ela era estupefaciente. Nela, com efeito, Warski reclamava, em nome do interesse da "independência ameaçada", a volta imediata de Pilsudski ao comando em chefe das forças armadas. (Foi a época em que Pilsudski estava afastado do exército).

Era um espetáculo tragi-cômico! Apenas cinco anos depois que Pilsudski tinha conduzido os exércitos da Polônia burguesa e nobiliária até Kiev, notadamente

para entregar aos grandes proprietários territoriais poloneses seus latifúndios da Ucrânia, o Partido Comunista Polonês reclama a volta ao exército deste homem providencial, e isto para salvar a independência nacional em perigo! Basta definir a situação para chegar à teoria segundo a qual a volta de Pilsudski devia, por assim dizer, marcar o início da revolução burguesa na Polônia. Como, pois, o defensor das propriedades feudais da szlachta (nobreza) polonesa teria podido se transformar súbitamente em inspirador da revolução burguesa, cuja tarefa essencial deveria, sem dúvida, consistir em destruir o feudalismo ou seus restos? Voltarei a tratar ainda deste problema.

Fiz alusão a três possibilidades para resolver a crise do parlamentarismo na Polônia. Ora, a terceira possibilidade consistia em instaurar uma ditadura militar. Pilsudski era um candidato a ditador evidente. Em relação aos outros generais, ele se beneficiava com a legenda de combatente pela independência nacional com a qual estava aureolado, e também por ter sido antigo chefe do Partido Socialista Polonês, terrorista anti-tzarista em 1905 e fundador das Legiões polonesas em 1914. Reclamando sua volta, o Partido Comunista Polonês introduzia, apesar disso e cegamente, nesta lenda artificialmente cultivada, um certo número de seus próprios fios vermelhos. Contribuiu assim para semear nas massas operárias ilusões sobre o "Grande Pai" ("Dziadek") — como era chamado familiarmente Pilsudski — e para preparar o terreno para o golpe de Estado de maio. E' de admirar como Adolf Nawaczynski, cômico talentoso da pequena burguesia democrata nacional, aprendeu mais exatamente o papel de Pilsudski, a quem ridicularizou sumariamente atribuindo-lhe o cognome de "Napoleão IV, o pequeno"! Teria sido mais lógico que fossem precisamente os marxistas — que já tinham aprendido a arte da análise política em *O 18 Brumário* de Marx — que tivessem qualificado Pilsudski desta forma.

PERGUNTA: Muito bem, mas não é menos verdade que Pilsudski combatia um governo de centro-direita, presidido por Witos, dirigente da fração reacionária dos camponeses? Não é verdade que este governo representava os interesses da nobreza rural? Não é verdade que este governo, precisamente, liquidava as liberdades parlamentares e tendia a instaurar um regime fascista? Não terá tido razão o partido, até um certo ponto, por este motivo — e independentemente do que se passou em 1920 — em sustentar Pilsudski?

RESPOSTA: E' incontestável que era assim que a situação se apresentava então a muitos comunistas, sem falar dos socialistas. Eram estas, entretanto, ilusões de ótica e isto foi compreendido depois do mal consumado. Além do mais, não se poderia, sem simplificação excessiva, definir o governo de Witos como um governo representando os interesses dos grandes proprietários territoriais. Witos representava um compromisso entre os interesses dos latifundiários e os dos camponeses enriquecidos, compromisso concluído em detrimento da massa dos camponeses pobres, por meio de uma amputação da reforma agrária. Este compromisso era evidentemente a resultante das aspirações da nobreza rural e dos kulaks. Além do mais não é verdade que o perigo do fascismo proviesse deste governo. A coalisão governamental representava a combinação a mais reacionária possível dos interesses e das forças no quadro do regime parlamentar. Ela não possuía, fora do parlamento, massa política de ataque suficientemente forte para poder lançá-la contra "a onipotência da Dieta". Nisto precisamente consistia o dilema insolúvel das classes possuidoras polonesas e seus partidos tradicionais: elas não eram capazes de assegurar seu domínio de classe, nem por uma estabilização do regime parlamentar efetuada sob sua égide, nem pela derrocada deste regime. Segundo

a descrição marxista do 18 *Brumário*, somente o executivo, o poder executivo, podia resolver este dilema para as classes possuidoras polonesas, pelo menos por um certo tempo. Durante os vinte anos entre as duas guerras, não existiam na Polônia condições objetivas para uma verdadeira ditadura fascista, se se compreende por fascismo uma ditadura totalitária apoiada — no seu início pelo menos — sobre um grande movimento de massas nitidamente contra-revolucionário. Não faltavam na Polônia candidatos ao papel de Hitler ou de Mussolini, mas a contra-revolução não conseguiu jamais entre nós suscitar tais movimentos de massas. Ela não era capaz de realizar senão uma ditadura de sabre. E, uma vez mais, como na clássica descrição marxistas, fomos testemunhas das brigas e disputas grosseiras de nosso pseudo-Napoleão e dos Changarnier de nossa invenção, brigas e disputas sobre a questão de se saber qual sabre deveria pertencer a ditadura, ao de Pilsudski ou, talvez, ao de Haller? (1) (Sem dúvida são raros os que hoje em dia se dão conta, na Polônia, do fato de que Haller foi, em dado momento, o mais sério rival de Pilsudski.) Ora, em vista do papel que os mitos "independentistas" desempenhavam no nossa vida política e também no nosso pensamento político, a escolha do sabre foi feita em função da bainha. Somente o sabre de Pilsudski, envolvido na lenda das lutas pela independência foi reconhecido digno de exercer o poder sobre o povo e capaz de decapitar a existência enfraquecida do parlamentarismo polonês. Em outros termos, Pilsudski desapropriou *politicamente* os proprietários territoriais e a burguesia polonesa, a fim de salvar sua dominação social sobre o proletariado e o campesinato. Quando nós vimos, em maio de 1926, o presidente Witos, com o casaco mal abotoado, fugir através os muros do Palácio do Belvedere em Varsóvia, diante dos destacamentos da vanguarda de Pilsudski, assistimos precisamente a este ato de expropriação política. Parecia à classe operária e a seus partidos que isto era o princípio da expropriação econômica e social. Ora, Pilsudski salvava as classes possuidoras polonesas apesar delas mesmas e malgrado os representantes políticos que elas tinham tido até então; e isto éle o fazia com a ajuda dos partidos operários (12).

Tudo isto ainda não explica completamente a gênese do "erro de maio". Os dirigentes do Partido Comunista Polonês tinham, mesmo antes do golpe de Estado de maio, o pressentimento de que Pilsudski se preparava para a tomada do poder e que isto não presagiava nada de bom para a classe operária e as massas camponesas. Warski, parece, fez esta declaração publicamente. De resto, mesmo certos dirigentes do Partido Socialista não tinham muitas ilusões a este respeito. Lembro-me que, jornalista estreante de dezenove anos, passei por acaso a primeira noite do putsch de maio na rua Warecua, no escritório de Feliks Perl, redator-chefe do *Robotnik* (13), historiador e um dos mais importantes dirigentes do Partido Socialista Polonês. Perl estava profundamente inquieto e indignado. A todo o instante éle agarrava o telefone, pedia ligação com o estado maior de Pilsudski, com o general Tokarzewski, se não me engano, e com uma careta agridoce na fisionomia, perguntava: "Que há de novo *entre nós* na frente, camarada general? Como progredem os *nossos*?" Recolocando o fone, passeava nervosamente de cá para lá no seu escritório e, esquecido da minha presença, resmungava para si mesmo: "Este aventureiro nos meteu num atoleiro ridículo!" ("Aventureiro" se referia a Pilsudski). Se éle fracassa, tudo irá mal, mas se éle ganha a partida, éle nos dará uma surra." Esta cena se repetiu várias vezes durante a noite. Enquanto isto, as rotativas na oficina do "*Robotnik*" imprimiam um apêlo ao povo da capital onde era apresentado o "aventureiro" como um amigo a toda prova da classe operária e do socialismo.

Mas, voltemos ao Partido Comunista Polonês. O fato é que seus dirigentes eram demasiadamente bons marxistas para ceder tão facilmente às ilusões óticas, mesmo se essas ilusões tivessem sua fonte no jogo particular das forças de classe na Polônia. O "erro de maio" tinha ainda uma outra fonte — talvez mais importante — na atmosfera ideológica assim como na política do Partido comunista soviético e do Komintern. A prova é que o partido polonês não foi o único a cometer tal falta: uma falta análoga, numa escala gigantesca e que teve consequências trágicas, foi cometida pelo Partido Comunista Chinês, que apoiou cegamente Chian Kai Shek e o Kuomintang. E na Rumânia, bem próxima, o muito fraco partido comunista, quase que na mesma época — creio que foi igualmente em maio de 1926 — apoiou um putsch militar semelhante, o do general Antonesco.

Era, lembro, a época do bloco de Stálin e de Bukárin. O trotskismo já tinha sido abatido; a luta acerba entre o grupo de Stálin e Bukárin e a oposição dita de Leningrad, dirigida por Zinoviev e Kamenev já tinha começado. Por questões de princípio, Bukárin e Stálin, por considerações táticas, se declararam nesta época defensores da pequena propriedade camponesa e do campesinato em geral, ameaçado, assim diziam, pela oposição de Leningrad. O objeto da disputa incidia sobre certas medidas econômicas e sociais, mas — como era seu hábito — Stálin transformou esta discussão sobre medidas concretas em uma grande batalha dogmática, na qual se tratava, assim dizia, da atitude de princípio do proletariado e do partido comunista em relação às "classes médias": camponeses e pequena burguesia. Stálin e Bukárin reprovavam a oposição de Leningrad, sua hostilidade contra a classe média, e sua incompreensão da importância para o proletariado da aliança com esta classe. Esta argumentação constituía uma continuação da campanha anti-trokyista dos anos 1923-1925, durante a qual a acusação mais grave levantada contra Trotsky consistiu igualmente no fato de que na sua teoria da revolução permanente, este último "não apreciava em seu justo valor" a importância da classe média, seu papel progressista e a necessidade de se aliar com ela. A este respeito, diziam, Trotsky não tinha compreendido a necessidade da revolução burguesa na Rússia (1905) e nos outros países atrasados, ou a subestimava, proclamando que a revolução democrática burguesa e a revolução socialista, no século XX, se fundiam num único processo revolucionário que se efetuou durante suas fases sob a direção do proletariado. O traço característico do trotskismo, segundo esta argumentação, era de "saltar" a etapa da revolução burguesa.

Não me posso empenhar no momento em uma análise de todos estes problemas extremamente complexos; com efeito, o que importa é sua repercussão na Polônia. Procedia-se então no Komintern a uma exterminação geral das heresias trotskistas e zinovievistas. Os traços distintivos destas heresias eram definidos precisamente como uma atitude "ultra-esquerdista" em relação ao que se chamava os aliados da classe média assim como uma reticência fundamental em concluir alianças e — no que se refere aos países subdesenvolvidos — como a negação da revolução burguesa como etapa histórica mais ou menos particular ou independente durante a qual a burguesia, ou uma notável fração dela, devia, assim diziam, desempenhar um papel progressista e revolucionário. Nesta época se propagou no Komintern qualquer coisa de semelhante a um culto obsecante das alianças. Qualquer manifestação de ceticismo em relação a este culto era estigmatizado como sendo trotskismo. O culto das alianças servia essencialmente a um duplo fim: no plano interior da União Soviética, para justificar a política "direitista" de então de Bukárin e de Stálin em relação ao campesinato; no plano

internacional, para justificar em primeiro lugar a política realizada na China, que consistia em subordinar o Partido Comunista Chinês ao Kuomintang e de pô-lo às ordens de Chiang Kai Shek. Os princípios e processos desta política, aplicados na União Soviética e na China, foram estendidos com um automatismo infalível e burocrático a todos os partidos da Internacional e, evidentemente, ao partido polonês. Traduzido na linguagem da política polonesa, esta diretriz significava precisamente: sustentar Pilsudski como suposto arauto das classes médias, como suposto representante das forças progressistas da revolução burguesa, e como suposta personificação do aliado ideal, dêste ideal que só os trotskystas e os zinovievistas não reconheciam.

PERGUNTA: Existiam nesta época grupos trotskystas ou zinovievistas no seio do Partido Comunista Polonês?

RESPOSTA: Como já lembrei, Dowski e Sofia Unszlicht tinham concepções que os aproximavam parcialmente da oposição zinovievista. No entanto, eles já então estavam afastados de todo o trabalho no partido polonês. Não existiam — pelo menos que eu saiba — na organização do partido na Polônia e na imigração, grupos que se pudessem considerar como os equivalentes da Oposição dentro do partido soviético. Entretanto, a direção do partido estava ciente das questões práticas e políticas e das questões dogmáticas levantadas, e se achava sob a pressão poderosa dos conflitos no seio do partido russo e das esferas dirigentes soviéticas. Warski e Kstrzewa davam provas nesta época de uma docilidade tãda particular em relação a Stálin. Eles se embalavam com a ilusão de que, graças a esta submissão, poderiam obter a liberdade de ação dentro de seu próprio partido e assim orientá-lo na linha justa. Prejudicados pelo seu duplo “erro” de 1923, isto é, pelo seu protesto no caso Trotsky e por sua política oportunista na Polônia, desejavam apresentar tãdas as provas de sua conversão ao “bolchevismo” de um novo gênero, a êste “bolchevismo” cuja quintessência era a suposta política das duas etapas *distintas* da revolução, etapa burguesa e etapa socialista, e se a política a isto correspondesse, a de uma aliança com os elementos progressistas burgueses. Tãda propaganda era feita dentro dêste espírito o que contribuiu para criar dentro do partido êstes reflexos políticos condicionados que contribuíram precisamente para o “erro de maio”.

É preciso além disto examinar aqui o efeito que teve sôbre o estado de espírito no partido, a campanha feita então com o fim de liquidar o que se chamava “herança luxemburguista”. Êsse é, entre parênteses, um problema ao qual, até hoje não se consagrou na Polônia a atenção que êle merece, provavelmente, porque os que estudam a história do partido não têm ainda uma preparação suficiente para se dedicar a êste assunto quer se trate da maneira pela qual se deve abordá-lo e do método de análise a ser aplicado, quer se trate do conhecimento dos fatos. Ora, em relação ao que se chamou a “herança luxemburguista”, os mitos os mais extraordinários se vêm multiplicando, com a maior abundância, há pelo menos trinta e cinco anos. Não gostaria que isto desse lugar a mal entendidos: não proclamo a infalibilidade de Rosa Luxemburgo e não sou luxemburgista. Rosa Luxemburgo, incontestavelmente, cometeu erros, mas êles não foram mais graves do que os cometidos por Lênin ou mesmo por Marx; em todo o caso, êles eram de uma outra espécie dos “erros” de Stálin. Convinha e convém submetê-los a uma análise objetiva e severa e de lhes dar suas justas proporções. Não era porém uma tal análise que interessava a Stálin — nem, durante os anos de 1923-1924, a Zinoviev — quando, em nome da “bolchevização” do Partido Comunista Polonês, êles declararam a guerra santa ideológica ao

luxemburguismo, ou melhor, à principal tradição ideológica do comunismo polonês. Para quem quiser se convencer dos interesses de Stálin, basta reler a célebre carta de 1931 ao redator-chefe da "Revolução Proletária". Em Rosa Luxemburgo, Stálin descobriu, com seu instinto infalível, um espírito parente do de Trotsky. Também, ainda que não houvesse existido na década de 1920 nenhuma oposição trotskysta no seio do partido polonês, este último, para o faro político de Stálin, cheirava a "trotskysmo", por que Stálin considerava o luxemburguismo como sendo a variante polonesa do trotskysmo. Daí este "furor teológico" com o qual as autoridades do Komintern se puseram a esmagar a herança luxemburguista.

Ora, é incontestável que esta herança comportava sérios erros. A atitude de Lênin na questão da independência nacional, ou, antes, da autodeterminação" dos povos oprimidos, era mais realista que a posição de Rosa Luxemburgo. Na questão agrária, o luxemburguismo se contentava em fazer a propaganda da socialização da economia agrária, sem incluir a necessidade de dividir entre os camponeses as terras dos *latifúndios semi-feudais* dos grandes proprietários territoriais. Esta atitude punha o comunismo na impossibilidade de exercer uma influência revolucionária entre os camponeses em 1920, particularmente nas regiões orientais da Polónia. Por ocasião da campanha anti-luxemburguista, não se limitavam contudo a uma revisão crítica destes erros. "Extirpava-se, por acréscimo, os hábitos de pensamento, e o que era comum tanto ao luxemburguismo como ao marxismo — a saber: as tradições do internacionalismo verdadeiro, a orientação especificamente proletária e socialista do partido, assim como sua sã desconfiança em relação aos dirigentes reais ou impostores das classes médias. O Partido Comunista Polonês começou pois, a corrigir os "pecados" cometidos contra a independência nacional pelo luxemburguismo, por meio de uma volta tardia e grotesca em favor da "doutrina da independência nacional"; começou a render um culto imerecido às "legendas independentistas" (+). Daí este espetáculo paradoxal que descrevi mais acima, quando Warski, em 1925, fêz ouvir um grito de alarma em virtude dos perigos que teria corrido a independência nacional, e reclamou a volta de Pilsudski ao posto de comandante em chefe; Warski era por um lado a préda das censuras que lhe fazia sua própria consciência política, e, por outro lado, o juguete dos exorcismos anti-luxemburgistas que repercutiam em Moscou. Sob esta dupla pressão, e como expiação dos pecados de sua juventude política, êle acabou por se render — e em sua pessoa foi todo o marxismo polonês que a isto se rendeu — Canossa patriótico. Por ocasião desta peregrinação, o partido foi, uma vez mais, despedaçado e atormentado pelos pressentimentos os mais amargos — êle prestava, com efeito, homenagem ao candidato a ditador, de quem Rosa Luxemburgo tinha dito em outros tempos, no comêço do século, que todo seu ideal de independência nacional não era mais que a sublimação dos sonhos de uma nobreza polonesa desclassificada, aspirando à dignidade de chefe dos "gendarmes" ou primeiro policial em seu próprio país. Rosa se enganou quanto às chances da Polónia burguesa de recobrar sua independência, mas ela não se enganou quanto à natureza das ambições de Pilsudski e quanto ao pilsudskismo.

O luxemburguismo enfim, como trotskysmo, estava supostamente carregado com o pecado mortal que consistia em não empreender as tarefas da revolução burguesa. Eis porque, no ardor de combater e vencer a herança luxemburguista, descobriu-se súbitamente que a história tinha posto na ordem do dia na Polónia a revolução democrática burguesa e não, como se tinha acreditado até então, a revolução socialista que, na mesma ocasião, devia recuperar igualmente o atraso

da revolução burguesa inacabada. Mas se a revolução burguesa estava na ordem do dia, quem pois poderia ser seu chefe e dirigente? A burguesia polonesa, nem em sua juventude nem em sua maturidade, não tinha jamais produzido Danton ou Robespierres. Poderia ela produzi-los em sua velhice? Mas o pimpolho da aristocracia dos confins da Polónia podia ainda ter êxito em fornecer uma edição paroquial do 18 *Brumário*. Foi nêle que nosso marxismo, desgarrado e desconparado pelo stalinismo, descobriu o herói da etapa burguesa da revolução. A estranheza da situação era sublinhada pelo fato de que esta "revolução" burguesa se voltava contra um govêrno presidido por Witos, dirigente dos kulaks, ou seja da fração a mais numerosa, — da fração camponesa, — da burguesia polonesa. Mas com o recuo histórico, o círculo vicioso no qual, sob a influência da inspiração stalinista, o Partido Comunista Polonês se debatia, apareceu com mais nitidez: em 1926, o partido viu em Pilsudski um aliado contra o "fascismo" de Witos, e alguns anos mais tarde, no período da Frente Popular, êle saudava, em compensação, em Witos um combatente e um aliado na luta contra o "fascismo" de Pilsudski. O Partido Socialista Polonês se debatia, de resto, no mesmo círculo vicioso, êle que não tinha nenhuma necessidade de que Stálin lhe soprasse sua conduta.

PERGUNTA: Você recordou a analogia entre o "êrro de maio" do Partido Comunista Polonês e o apoio que na mesma época o Partido Comunista Chinês deu a Chiang Kai Shek. Será que o Partido Comunista Polonês dava seu apoio a Pilsudski segundo instruções precisas de Moscou, do mesmo modo que os comunistas chineses sustentavam Chiang Kai Shek?

RESPOSTA: Não, absolutamente. A atitude de Stálin e Bukárin em relação a Pilsudski era inteiramente diferente da que êles tinham em relação a Chiang Kai Shek. Viam neste último, então membro honorário do Executivo da Internacional, um aliado da União Soviética e do comunismo. Em Pilsudski, êles viam o inimigo de 1920. Não somente Moscou não aconselhou aos comunistas sustentar Pilsudski, como, imediatamente, apreciou desfavoravelmente a atitude do Partido Comunista Polonês no golpe de Estado de maio. Ainda mais, quando a fração comunista na Dieta tinha decidido votar em Pilsudski por ocasião da eleição de Presidente, ela foi impedida pela oposição categórica do Executivo da Internacional. Não foram as "instruções de Moscou" que contribuíram para o "êrro de maio", mas o culto difundido por Moscou de certos fetiches políticos, inseparáveis da fase de então, de stalinização e burocratização do Komintern. Não foi Stálin que insuflou Warski a se apresentar durante o golpe de Estado de maio ao estado-maior de Pilsudski! E todavia o stalinismo era responsável pelo "êrro de maio", pelo fato de o Partido Comunista Polonês, como todos os outros partidos comunistas, estar condenado à desorientação política, pelo fato de o stalinismo lhe interditar de proceder por si mesmo a sua análise marxista da situação, já que êle o aterrorizava com seus fetiches, o colocava na impossibilidade de resolver seus próprio problemas e de elaborar sua própria política de conformidade com a lógica da luta de classes no país, e com sua própria tradição ideológica. Poder-se-á dizer o que se quiser contra o luxemburguismo, mas nos quadros dêste "ismo" não há seguramente lugar para qualquer coisa que seja semelhante ao "êrro de maio". Pode-se imaginar Rosa Luxemburgo se apresentando docilmente na anti-câmara do "Pai Grande", a fim de lhe anunciar o apoio de seu partido? Só o seu infeliz aluno, cuja coluna vertebral já estava deformada pelo stalinismo podia arriscar-se a uma tal conduta.

PERGUNTA: Por quanto tempo o partido perseverou nesta política?

RESPOSTA: Bem pouco tempo. Imediatamente após o golpe de Estado, ou quase, tanto quanto me recordo, circulavam já em Varsóvia proclamações do Partido Comunista Polonês estigmatizando Pilsudski como ditador fascista. Pilsudski, aliás, não deixava que o partido se alimentasse de ilusões: ele recusou anistia aos comunistas, frisava a cada instante sua intenção de instaurar um governo forte, defendia-se de querer "experiências" ou reformas sociais e procurou imediatamente concluir um acôrdo com os magnatas territoriais.

Mas há êrros que se cometem em apenas poucos dias, ou mesmo em algumas horas e que se não podem corrigir mesmo em dezenas de anos. O êrro de maio era precisamente desta ordem. Em abono do Partido Comunista Polonês é preciso dizer que as medidas reacionárias e ditatoriais de Pilsudski não impediram o Partido Socialista de sustentá-lo bem nitidamente durante dois anos pelo menos, enquanto que o Partido Comunista Polonês, voltando do atordoamento de que tinha sido vítima nos dias de maio, e fiel a sua natureza, passou imediatamente a uma viva posição revolucionária na qual se manteve até o fim. Desorientado e fora dos eixos, êle era, no entanto, o único partido no país a defender a causa do proletariado e dos camponeses pobres assim como suas liberdades democráticas, enquanto que os defensores patenteados da democracia — os socialistas — ajudavam Pilsudski a reforçar sua posição e a solapar as instituições democráticas. Warski se esforçou por resgatar de todo jeito o êrro de maio. Demonstrou nesta ocasião uma grande dignidade, combatividade e coragem pessoal. Em nome do partido, lançou suas acusações em rosto de Pilsudski e foi por isso, por ordem do ditador, expulso da sala da Assembléia Nacional pela guarda do Marechal. E' preciso, sem dúvida, ter presente na memória a atmosfera de culto que rodeava então a pessoa de Pilsudski, para ter idéia do efeito dêste grito: "Abaixo o ditador!" lançado por Warski. Pilsudski se sentiu um pouco desconcertado por êste grito: era a primeira tentativa depois do golpe de Estado de Maio de atacar sua lenda, e a primeira tentativa para despedaçá-la. Lembro-me de Warski, na praça do Teatro, no dia primeiro de maio de 1928. Êle marchava à frente de nossa enorme manifestação proibida, endireitando sua cabeça embranquecida de leão, através da metralha e dos tiros com que nos regalavam as milícias socialistas (14). Enquanto que em nossas fileiras tombavam dezenas e centenas de feridos, só, entre o tiroteio, endireitando sempre sua cabeça grisalha, alvo distinto e visível de longe para as balas, sem emoção e sem excitação, êle falava ao povo. Era esta imagem de Warski que eu tinha no espírito quando, alguns anos mais tarde, declararam em Moscou que êle era um traidor, um espião e um agente de Pilsudski.

PERGUNTA: Qual foi a responsabilidade das diversas frações de "majoritários" e de "minoritários", no êrro de maio? Esta divisão em frações existia já antes de 1926?

RESPOSTA: Esta divisão, tanto que eu saiba, não existia antes de 1926. Foi precisamente o êrro de maio que a gerou, ou antes, se minha memória não me falha, a sessão plenária do Comité Central de setembro de 1926. Como acontece geralmente quando se produz uma cisão, reatou-se nesta ocasião com os grupos anteriores. Lenski, líder da minoria, pertencia como nós sabemos à facção que se chamava "a esquerda" nos anos de 1924-1925, depois que os "três W" foram afastados da direção. Em geral, os que pertenciam "à esquerda" se colocavam do lado da minoria; e os da "direita" se encontravam nas fileiras da maioria. Até um certo ponto, antagonismos mais antigos entravam igualmente em jôgo, tendo em vista que dois dos líderes da maioria, Kostrzewa e Walecki, vinham do Partido Socialista de Esquerda; quanto à oposição entre Warski e Lenski, procura-

va-se fazê-la retroagir até os conflitos que se tinham produzido no seio do partido social-democrata (luxemburguista) antes da primeira guerra mundial. Parece-me, entretanto, que se ajustavam essas genealogias de maneira artificial e forçada. Quão mínima era sua importância, quando se tratava de definir a atitude de diversos grupos ou indivíduos, está provada pelo fato de que as duas frações, tanto a maioria como a minoria, tinham tôdas as duas cometido o erro de maio. Tôdas as duas, no momento crítico, se tinham comportado de maneira idêntica. Tôdas as duas tinham sustentado Pilsudski. Tôdas as duas igualmente reconheciam sua responsabilidade comum no erro de maio e se limitavam a uma discussão bastante artificial quanto à medida e às proporções em que se dividiam esta responsabilidade. A maioria se identificou particularmente com a teoria das "duas etapas distintas da revolução" e com esta prática de frente única na qual o Partido Comunista, às vezes bem passivamente, acertava o passo com o Partido Socialista. Era bem difícil identificar os dirigentes da minoria com as teses existentes, tendo em vista que eles não procuravam definir posições teóricas e que representavam no partido antes uma atitude de "radicalismo" do que uma concepção bem definida. Em nenhum caso eles se opuseram a estas concepções e fetiches impostos pelo Comintern ao partido polonês e que tinham em tais proporções contribuído para o erro de maio. A minoria, muito mais talvez que a maioria, contribuiu para a "bolchevização", isto é, para a burocratização do Partido Comunista Polonês e tinha, talvez por isso, contribuído em maior proporção ainda para a desorientação e para o desarmamento moral do movimento. Seja como fôr, as duas frações carregavam a responsabilidade do erro de maio e cada uma delas se esforçava, sem grande resultado, para dela se destacar e se lavar das censuras, em detrimento da outra. Foi uma época penosa. O partido estava esfacelado de alto a baixo e mergulhado em estéreis recriminações mútuas.

A esterilidade destas recriminações decorria do fato de que nenhuma das duas, nenhuma delas conseguiu, mesmo *post factum*, efetuar uma análise marxista do putsch de maio e do regime da decorrente. Cada uma destas frações procurava em seu adversário as causas da catástrofe moral por que tinha atravessado o partido; nenhuma se decidiu a procurá-las no Comintern. Nenhuma teve a coragem de atacar os fetiches do stalinismo. Nenhuma teve a audácia de contestar a falsa "bolchevização". Nenhuma ousou submeter a uma análise crítica os métodos pelos quais haviam combatido "a herança luxemburguista." Nenhuma teve a audácia de tentar salvar o que nesta herança tinha sido e continuava, grande e valioso. (Esperemos que o movimento operário polonês descubra por fim, agora, esta herança. Descobrirá assim seu próprio passado e sua própria grandeza esquecida. É possível, entretanto, que os hábitos mentais criados não somente durante os últimos anos, mas desde há trinta anos, tornem difícil, à jovem como à velha geração dos marxistas poloneses, a descoberta da chave, permitindo decifrar esta herança. Insisto em dizer que não se trata, para mim, de utilizar para o jôgo tático de todo o dia — fragmentos isolados do pensamento de Rosa, tais como por exemplo sua crítica bem conhecida de Lênin e de Trotsky em 1918 (tais tentativas não faltam de resto, desde então na Polônia), mas de permitir ao movimento assimilar o imenso conjunto que constituem as idéias e a obra da maior revolucionária entre nós, idéias e obras que estão em plena harmonia com as idéias e obras sempre válidas de Lênin. Infelizmente, até agora, pouco se fez ou quase nada para assimilar desta maneira a herança de Rosa Luxemburgo.

Mas voltemos ao Partido Comunista Polonês. O partido procurava então as causas de sua aberração política exclusivamente nele mesmo, sem ousar procurá-

las no Comintern. Tanto os líderes da minoria como os da maioria, esperavam manter-se no governo com a ajuda dos círculos dirigentes do Partido Comunista Soviético. Warski e Kostrzewa contavam, talvez, além do mais, com o apoio de Bukarin, que era então o inspirador da Internacional. Lenski, quanto a êle, apostava deliberadamente em Stálin. As duas frações tinham um medo pânico dum conflito com os círculos dirigentes soviéticos, temendo que todo o litígio não significasse para êles uma ruptura com a revolução russa e o movimento comunista internacional. Não tenho a intenção de utilizar êste fato para fazer um ato de acusação póstuma contra os dirigentes do partido. Êles tinham, até um certo ponto, boas razões para agir assim. Sei, como antigo membro de um grupo opo-sicionista soviético e que, em 1932, ousou êste conflito com pleno conhecimento de causa, sei pois — digo eu — com minha amarga experiência, que efetivamente todos os grupos que não tinham recuado ante êste conflito se condenavam ao isolamento e à impotência política. Mas o fato de terem êles evitado o conflito e que se tenham submetido às esferas dirigentes soviéticas não garantiu melhor, infelizmente, o Partido Comunista Polonês e seus dirigentes contra a impotência política, não os impediu de conduzir a classe operária a um impasse e, por fim, a uma saída trágica. Êste fato os condenou também à impotência intelectual.

O conflito entre a maioria e a minoria oferecia já o triste espetáculo desta impotência. Era uma disputa acerba das duas frações envolvidas no círculo encantado do stalinismo. Tratava-se, não de encontrar verdadeiramente uma explicação do fato e de ir até o fundo de suas faltas e de suas tarefas, mas, antes, de demonstrar à direção do Comintern sua lealdade e sua ortodoxia. Também, cada uma das frações utilizava a última fórmula da ortodoxia para — dentro desta fórmula — se desculpar e denegrir seu adversário. Estou convencido que o pesquisador que mergulhar hoje em dia no estudo da literatura do partido neste período ficaria chocado pelos métodos escolásticos desta polêmica, pela repetição obsedante e cíclica de certas máximas e pela violência louca de um conflito em que era quase impossível de se perceber de que se tratava em definitivo.

PERGUNTA: Você pertencia à maioria ou à minoria?

RESPOSTA: Não pertencia a nenhuma fração, provavelmente, por que quando eu aderi ao Partido, com a idade de dezenove anos, a linha divisória já estava bem delineada e eu não tinha bem consciência do que se tratava. Lembro-me, no entanto, que desde 1926-1927 eu tinha o sentimento bem nítido da futilidade da disputa. Parecia-me que a maioria carregava o peso de um certo oportunismo e que se encontrava mais dinamismo revolucionário entre os minoritários. O que me chocava, entretanto, entre êstes últimos era um certo simplismo intelectual e uma certa animosidade sectária: a maioria, parecia-me, representava uma escola de pensamento mais séria e tradições marxistas mais profundas. Era esta a opinião predominante no círculo de camaradas que então, jovem comunista, eu frequentava. É possível que esta opinião me tenha ajudado, em seguida, a me afastar destas frações, a compreender quanto elas eram fictícias; que ela me tenha impellido a procurar uma outra porta para sair do impasse. Não gostaria de magoar os sentimentos dos velhos comunistas, mas estou convencido que é preciso abordar, hoje em dia, a história do Partido polonês de uma nova maneira: fazê-lo partindo da antiga distinção entre majoritários e minoritários não levaria a nada e não poderia dar nenhum resultado positivo, intelectual ou político.

PERGUNTA: Qual das frações dominou o Partido depois do putsch de maio de 1926?

RESPOSTA: Quando do golpe de Estado de maio as duas frações compartilhavam da direção e este estado de coisas se prolongou quase que até o fim de 1928. No princípio deste período, Warski e Kostrzewa — considerados como líderes da maioria — exerceram maior influência que os minoritários na política do partido. A razão era, sem dúvida, que durava ainda na política do Komintern, a época de Bukárin. Como antes, a influência de Warski e de Kostrzewa se traduziu por um trabalho mais “orgânico” do partido, por uma ligação mais sólida entre o partido e as massas, por um maior realismo em sua agitação e em suas palavras de ordem, por uma influência mais nítida exercida sobre os elementos da esquerda do Partido Socialista Polonês — enfim, por um fortalecimento desta influência no campo e entre as minorias nacionais. Malgrado a lamentável disputa que o minava internamente, o partido, de certa maneira, tinha-se rapidamente refeito de seu erro de maio de 1926. A classe operária, de certa forma, tinha-lhe perdoado o erro, considerando que ele o havia cometido ao mesmo tempo que ela, compartilhando as ilusões e que havia, em seguida, rápida e nitidamente reconhecido seus erros. O período que se seguiu a maio de 1926 representa, pois, para o partido, uma fase de fortalecimento. É isto que provam as eleições municipais de 1927, em Varsóvia, onde a chapa ilegal do Partido Comunista recolheu mais votos do que os outros. Os eleitores sabiam que os votos dados à chapa comunista eram “perdidos”, já que nenhum dos candidatos que ela apresentasse entraria no Conselho Municipal; não obstante votavam nela, realizando assim um gesto político. Foi este de novo um período no qual o Partido Comunista Polonês nos principais centros industriais — Varsóvia, Lodz, bacia de Dambrowa — vence o Partido Socialista apesar das perseguições e das possibilidades de ação reduzidas, e mau grado toda a energia desperdiçada nas lutas de frações. Em 1928 o Partido Comunista Polonês está verdadeiramente à testa da classe operária na sua luta contra a ditadura de Pilsudski. Foi o mesmo sentido pelos pilsudskistas e uma parte dos dirigentes do Partido Socialista perante o Partido Comunista Polonês que explica a sangrenta repressão de primeiro de maio de 1928 de que falei acima. (As manifestações proibidas do Partido Comunista Polonês reuniam então massa mais considerável — ou pelo menos equivalente — do que as manifestações do Partido Socialista que se realizavam sobre a dupla proteção da polícia e de suas próprias milícias armadas). Malgrado as desvantagens e todas as dificuldades, a possibilidade de passar novamente à ofensiva se delineava diante do partido. Foi então, entretanto, que ele sofreu um novo abalo que o fez perder seu equilíbrio relativo e o tornou impotente.

PERGUNTA: Você se refere, sem dúvida, na mudança de direção e na eliminação de Warski e de Kostrzewa?

RESPOSTA: Sim. E uma vez mais não foi o que se realizou que importa mas a maneira pela qual isto se realizou. O que importa não é que Warski e Kostrzewa, ou, ao contrário, Lenski, se encontrassem na direção, mas o fato de que esta mudança de direção se tenha efetuado exclusivamente “de cima” e não em seguida a uma decisão do próprio partido; que esta mudança não tenha tido nenhuma relação com a lógica e o estado da luta de classes na Polônia. Uma vez mais os ajustes de contas no seio do partido russo e da Internacional decidem da sorte do Partido Comunista e da classe operária polonesa.

Por ocasião do VI Congresso da Internacional, em 1928, o conflito entre Stálin e Bukárin estava já a ponto de explodir claramente; ele tinha amadurecido anteriormente no seio do Politburo soviético. Sob a pressão da crise interna da URSS, Stálin tinha revisto sua política em relação ao campesinato e se tinha

preparado para a "coletivização forçada". Era para a União Soviética a hora de um imenso drama social que ocasionou para o comunismo europeu um drama menos espetacular mas mesmo assim cheio de consequências. Rompendo com Bukárin a respeito do plano da política interna, Stálin se pôe a extirpar as influências bukarinistas no Komintern e a modificar toda a orientação da política comunista. Isto arrastava automaticamente à condenação da "maioria" no Partido Comunista Polonês e a eliminação de Warski e Kostrzewa que foram, não somente retirados da direção, mas privados de toda a influênciã sobre a política do partido. Um violento golpe de direção "à esquerda" foi dado dentro do partido. Em 1929 Molotov formula nefasta concepção do "terceiro período", que consistia resumidamente nisto: o mundo capitalista chega a uma situação revolucionária caracterizada e o movimento comunista deve, pois, passar à ofensiva para tomar o poder; o inimigo, o mais perigoso do comunismo, é a social-democracia isto é, o "social fascismo" e a ala esquerda dos partidos social-democratas é mais perigosa do que sua ala direita; os partidos comunistas devem dirigir "o fogo principal" contra êste perigo; em nenhum caso devem concluir o menor acôrdo com os partidos social-democratas; devem criar seus próprios sindicatos (rompendo com as organizações sindicais comuns ao conjunto da classe operária) e, com sua ajuda, organizar a greve geral e a insurreição armada. A política do "terceiro período" foi de rigor ao Komintern de 1929 a 1934. Foi a época durante a qual, na Alemanha, o movimento hitlerista crescia como uma avalanche, mas onde, diante da ameaça que êle representava e em face da qual a social-democracia capitulava por sua natureza, o partido comunista se encontrava desarmado; em lhe dizendo que o inimigo principal não era o hitlerismo mas o "social-fascismo", e que êle não tinha direito de se aliar à social-democracia contra o hitlerismo, era entregue, antecipadamente, mãos e pés atados, aos heróis da swastika.

Na Polônia, as consequências diretas desta política não eram ainda assim tão trágicas, mas já eram bastante sombrias. Tinha-se chegado enfim ao conflito entre Pilsudski de um lado, e o Partido Socialista Polonês e o movimento camponês do outro. Foram seis anos de posição do Centro-Esquerda. Pilsudski prendeu os líderes e os torturou na fortaleza de Brzesze (Bret Litovski). Foram anos de terror anti-comunista redobrados, tristemente célebres pelas torturas inflingidas aos comunistas ucranianos prisioneiros em Luck. Nestas condições, a política e as palavras de ordem do "terceiro período", que Lenski traduzia com cuidado em polonês, tinham, ou pouco faltava, todos os traços de uma diversão política. Os membros do partido eram então obrigados a crer que era o Partido Socialista Polonês e não o pilsudskismo que constituía o principal inimigo, que era preciso "concentrar o tiro" sobre as vítimas e não sobre os carrascos de Brzesze, e que o partido não poderia cometer pecado mais grave que o de sustentar a luta do Centro-Esquerda contra Pilsudski ou se esforçar em dar a esta luta um caráter revolucionário que os dirigentes do Centro-Esquerda não podiam nem lhe queriam dar. Em condições infinitamente mais graves, o Partido Comunista Polonês repetiu toda a série dos erros ultra-esquerdistas que êle tinha cometido em 1924-1925 e se dedicou de novo a uma "ginástica ultra-revolucionária", que consistiu em lançar com brilho, mas no vácuo, ações revolucionárias cada dia renovadas, mas cada vez menos realizáveis. As proclamações redundantes não eram seguidas por atos. O partido operava quase que exclusivamente com ajuda de suas próprias forças que se fundiam de hora em hora; êle se desligava das massas operárias e camponesas que estavam ao mesmo tempo agitadas e desorientadas pela luta contemporizadora do Centro-Esquerda; êle se via cada vez mais impellido para

as massas de uma pequena burguesia (em maioria judia) desclassificada, radicalizada, mas, politicamente, impotente. Seus dirigentes não viam, ou não queriam ver, o vazio que se tinha feito em torno do partido, o quanto êle tinha perdido de sua influência e a que ponto êle era vítima de uma deformação moral. Um partido revolucionário não pode, por muito tempo, viver impunemente em divórcio entre a palavra e a ação, nem voltar as costas à realidade e se alimentar de ficções convencionais de uma "linha" pseudo-revolucionária, sem ter que vir a pagar um dia pela desfiguração de seu próprio caráter. De resto, todo o Kominter pagava por esta política do "terceiro período". O Partido Comunista Polonês tinha, além disso, que sofrer a ditadura de uma fração, ditadura que — seguindo o exemplo stalinista — difamava seus adversários no seio do Partido, os interditava de se exprimir, os amordaçava e fazia assim abortar no ovo toda cristalização da verdadeira opinião do partido. Estas características do regime stalinista, inerentes ao partido, que a Polônia devia tão perfeitamente aprender nos anos de 40 e 50, já estavam esboçados por atacado no fim dos anos 20, e se confirmaram como sendo bons em 1932-33. Eis aí um fenômeno tanto mais paradoxal por que êle não resultava da "corrução pelo poder", normal até um certo ponto em um partido de governo, nem da proliferação de uma classe de burocratas ciosos de seus privilégios sociais e políticos. O Partido Comunista Polonês permaneceu sendo o partido de todos aquêles que eram oprimidos e perseguidos. As prisões de Pilsudski e de Rydz Smigly continuavam cheias de seus aderentes e simpatizantes. A maioria de seus adeptos desejavam sempre a revolução proletária e sonhavam com o socialismo. Foram êsses desejos e êsses sonhos que os impeliu precisamente a aceitar cegamente tudo o que vinha da União Soviética — pátria do proletariado. Foi por causa de sua fidelidade a si mesmo que o Partido Comunista Polonês ficou em contradição consigo mesmo. Foi em virtude de seus devotamento à causa da revolução que êle se perdeu como partido da revolução.

PERGUNTA: Em 1935 verificou-se no partido uma viravolta em favor da Frente Popular. Qual foi a influência desta atitude sôbre o Partido?

RESPOSTA: A esta época, eu já não era mais membro do partido; eu estava afastado e só posso julgar êstes fatos do exterior. A política da Frente Popular, de qualquer forma, remoçava e refrescava o partido bastante bem. Ela lhe permitia entrar de novo, até um certo ponto, em contacto com a realidade e aliciar novos elementos em sua zona de influência. Os intelectuais que, precisamente naquela época, foram influenciados pelo Partido Comunista Polonês, desempenhavam atualmente, parece-me, um papel importante na vida política da Polônia. Dêste modo, eu me explico êste nevoeiro sedutor através do qual numerosos escritores apresentam esta época à jovem geração. É conveniente, portanto, examinar êste período com sangue frio e objetividade.

A política da Frente Popular se colocava no extremo oposto das palavras de ordem do "terceiro período". Os "social-fascistas" de ontem se revelavam como sendo combatentes anti-fascistas. Mais ainda, reconhecia-se mesmo nos dirigentes de direito do movimento camponês — em Witos em primeiro lugar — a qualidade de cavalheiros da democracia e do progresso, em uma palavra, eram considerados como aliados. Comparado à moderação das novas palavras de ordem e da linha tática do partido, o "oportunismo" de Warski e de Kostrzewa parecia ser, com o recuo, um ultra-radicalismo exuberante. Todavia, as palavras de ordem da Frente Popular foram lançadas em 1935 e 1936 por êstes mesmos dirigentes (Lenski, Henrykowski), que, nos anos precedentes, tinham dirigido

o "fogo principal" contra os "social-fascistas", que tinham considerado como somente admissível a "frente unida à base" e que tinham excluído centenas de militantes, simplesmente por que estes tinham ousado perguntar se verdadeiramente "o social-fascismo constituía o principal e o mais grave perigo". Uma vez mais o que é essencial não é saber *qual* política era aplicada, mas *a maneira pela qual* ela o era. Nenhuma discussão no seio do partido tinha preparado esta brutal mudança de orientação, que decorria unicamente de uma "mudança de linha do Komintern", condicionada por sua vez pelos cálculos da política exterior de Stálin. Assim, pois, a influência que viravolta da Frente Popular exerceu sobre o Partido Comunista Polonês estava cheia de contradições: por um lado, a rutura com a gesticulação ultra esquerdista do "terceiro período" teve uma influência estimulante e vivificante sobre o partido, permitindo-lhe sair do vazio e lhe dando uma certa fôrça de expansão. Por outro lado, o caráter mecanicista desta viravolta vinda exclusivamente "do alto" acentuou mais ainda a atrofia de todo o pensamento político entre os velhos quadros de militantes, já habituados a substituir, por simples comunicação, um ritual político por um outro que lhe era exatamente oposto, e a considerar tôdas as concepções políticas e tôdas as palavras de ordem como tantas outras convenções sem conteúdo; o cinismo e a apatia ideológica faziam devastações. Os novos quadros, que começavam sua carreira política sob o signo da Frente Popular, tratavam as novas palavras de ordem com infinitamente mais seriedade e se lançavam com entusiasmo no turbilhão da ação anti-fascista. Todavia, este período não favorecia a formação da consciência marxista, nem o espírito revolucionário entre os novos quadros; êle foi bem menos apto ainda para inculcar a estes jovens as tradições especificamente comunistas do partido. A propaganda do Partido Comunista Polonês, satisfazendo-se então com vagos slogans anti-fascistas, evitando os critérios de classe e os critérios socialistas, atenuando e fazendo desaparecer tôdas suas arestas vivas tradicionais, renunciando a sua atitude especificamente comunista, não diferia muito, de fato, da propaganda rotineira da fração mais direitista do partido socialista. (E se dela diferia, era sem dúvida por uma certa ausência de autenticidade...). Foi aí o período da baixa definitiva do nível ideológico, da vulgarização patriótico-democrática e da desorientação deste partido, que tinha em outros tempos bebido sua inspiração do pensamento ardente de Rosa Luxemburgo, pensamento ao qual nada era tão estranho e contrário como esta vulgarização patriótico-democrática precisamente, e este rebaixamento do marxismo.

Digo isto, não para reabrir as antigas feridas ou para avivar as velhas querelas, mas para fazer ressaltar o estado no qual se encontrava o partido nas vésperas de seu assassinato, e para explicar como êle era incapaz de se defender contra o golpe que lhe foi vibrado. Se não se tem consciência disto, não se pode compreender a passividade e o silêncio com os quais o partido aceitou, em 1938, o veredito lançado contra êle por Stálin, e o massacre sem exemplo de seus chefes.

Um quadro que apresentasse o Partido Comunista Polonês no pleno desabrochamento de suas fôrças e de sua saúde intelectual, no momento em que foi súbita e inopinadamente vítima da provocação de Yejov, seria falso e anti-histórico. A reabilitação do Partido Comunista Polonês não tem o que fazer desta lenda. Mais ainda, ela transforma o próprio ato da reabilitação em uma conjuração mágica e em um ritual. Com efeito, ela não explica como é possível que um partido, tendo em seu ativo dezenas de anos de luta e uma tradição marxista

remontando a setenta anos, tenha podido suportar tão docilmente que se o desonre uma vez por tôdas, sem ter chamado a si o direito de protestar, sem ter chamado a si o direito de vir em socorro de seus dirigentes e militantes martirizados, sem ser forçado a lavar sua honra e ser ter declarado que, apesar da condenação que o atingia, êle entendia que devia sobreviver e continuar na luta. Como foi isto possível? Nós devemos, infelizmente, ter inteiramente consciência da corrosão moral à qual o stalinismo tinha submetido o comunismo polonês durante longos anos, se queremos compreender sua derrocada definitiva sob o golpe da provocação. Devemos refazer passo a passo o caminho do calvário do partido, no curso de tôdas suas etapas, se queremos ver a situação em seus justos termos.

PERGUNTA: A acusação lançada contra o Partido Comunista Polonês no momento de sua dissolução comportava a afirmação que o partido estava minado por influências trotskystas e que se tinha transformado em uma oficina da "defensiva" (polícia política). Qual era em verdade a influência do trotskismo no partido?

RESPOSTA: A oposição trotskysta se tinha constituído no partido durante os anos de 1931-1932. Agrupava camaradas que tinham pertencido anteriormente tanto à minoria como à maioria e outros ainda que não estavam ligados a nenhuma destas frações. Não havia uma oposição *a priori* trotskysta. Ela se tinha constituído partindo de uma atitude crítica em relação à política do "terceiro período", a palavras de ordem sôbre o "social facismo", sôbre a "frente unida sômente à base", etc., assim como em relação ao regime burocrático reinante no partido. Todavia, uma vez que, desde o comêço de sua formação, esta oposição exigiu que o partido tivesse o direito de decidir sua política por si mesmo, ela adotou uma atitude crítica em relação ao regime reinante no conjunto Internacional e igualmente no seio do Partido Comunista Soviético. Em seguida, as idéias da oposição trotskysta na URSS, e sobretudo a magnífica — ainda que infrutífera — campanha que Trotsky no exílio dirigia em prol da frente unida anti-hitlerista, exerceram sôbre nossa oposição uma influência decisiva. No comêço, a aquiescência da oposição foi bastante ampla. Em Varsóvia mesmo, onde o partido não contava naquela época, parece-me, nem com 1.000 membros, a oposição compreendia cêrca de 300 militantes (dos quais a maioria tinha desempenhado um papel importante no movimento), sem contar um vasto círculo de simpatizantes entre as organizações do partido. Infelizmente, a situação que existia então no partido repercutia em certos pontos sôbre a oposição. As organizações do partido estavam desligadas dos operários da grande indústria e impelidas para as bordas da pequena burguesia; ora, esta fraqueza se refletia igualmente na oposição. Com efeito, ainda que a oposição tivesse arrastado para suas hostes uma grande parte dos militantes da capital, sua influência na província era incomparavelmente mais fraca, já que lá o partido estava então em uma estagnação quase completa.

Enquanto a massa dos militantes não se deu conta que a participação na oposição, ou simplesmente os contatos com ela, podia acarretar a punição de exclusão, ela lhe manifestava muito nitidamente sua simpatia. Viu-se mesmo com alívio o aparecimento dêste novo reagrupamento, cujas bases eram inteiramente diferentes da antiga e estéril disputa entre minoria e maioria, e que colocava sôbre um novo plano a questão da política do partido. Em seguida, a direção do partido respondeu com nossa exclusão e com uma série de injúrias dignas dos "melhores" exemplos stalinistas. Assim, pois, esta mesma direção que, alguns anos mais tarde, devia ser liquidada como sendo uma "oficina pilsudskista" e

trotskyista", estigmatizou então a oposição primeiro como sendo uma oficina de diversão social-fascista, depois como uma rede fascista e "inimigos da URSS".

Com a ajuda destes métodos, ela conseguiu abafar toda discussão e aterroizar moralmente (e não somente moralmente) os membros do partido a um tal ponto que eles nos fugiam com o mesmo terror supersticioso como outrora os fiéis da Igreja fugiam dos heréticos excomungados. A oposição estava hermeticamente isolada do partido e, em 1936, não tinha mais quase nenhum contato com ele. Assim, pois, afirmar que o Partido Comunista Polonês se tinha tornado uma oficina trotskyista era, ao pé da letra, uma pura invenção. E contudo, as dúvidas e as idéias que a oposição tinham insuflado no partido não tinham cessado de germinar no espírito de seus aderentes. Aparentemente conservando uma atitude conformista, uma notável parte dos quadros não cessou um só instante de dar ouvidos às vozes da oposição, e sofreu sua influência em uma medida maior ou menor, porém suficiente para considerar com um certo ceticismo os santos cânones do stalinismo. E, já que nada se perde na natureza, a tradição luxemburguista, ela também, não se desvaneceu jamais completamente, maugrado os anos empregados para superá-la. A influência desta oposição e a ação desta tradição fizeram com que depois de anos de "bolchevização", o mais ortodoxo retrato psicológico do comunista polonês deixasse, todavia, do ponto de vista stalinista, muito a desejar. Foi assim que aconteceu nos anos da década de 1930 e foi assim — felizmente — que se passou igualmente depois da segunda guerra mundial: durante todo este período, uma certa lei de continuidade não tinha cessado de se desenrolar.

PERGUNTA: Uma pergunta se coloca entretanto: sabe-se que Pilsudski tinha, em todos os partidos de esquerda, por conseguinte entre os socialistas e as organizações camponesas, seus agentes. Existem, pois, certos dados que permitem supor que ele se tenha esforçado para organizar, ou mesmo que ele tenha conseguido organizar igualmente uma tal rede de agentes no Partido Comunista.

RESPOSTA: Sim, mas a teoria destas "redes" que Pilsudski teria possivelmente criado no seio de diversos partidos de esquerda é, uma vez mais, um exagero deslavado. Nenhuma rede de agentes secretos teria permitido a Pilsudski exercer sobre os socialistas e uma parte do movimento camponês uma influência comparável àquela que lhe davam os laços políticos de longa data, em pleno dia — como dizer? — legítimos, que ele tinha conservado com esses partidos. Ele foi um dos fundadores do Partido Socialista Polonês e aí foi, durante anos, um dos principais dirigentes e inspiradores. Tinha sido o Comandante das Legiões onde se tinham alistado os homens da esquerda patriota. Mesmo depois de ter deixado o Partido Socialista, ele continuava a representar algo que pertencia à quintessência deste partido: seu social-patriotismo, levado, porém, ao extremo. Era isto que constituía a base da influência "mágica" de Pilsudski. A submissão ao Estado, tal como era, os mitos "independentistas" (15), as antigas amizades e os velhos sentimentos — eis aí o que dava nascimento, nos partidos da esquerda moderada e patriota, a estas "redes" que, quando dos conflitos entre Pilsudski e estes partidos, tentavam fazer explodir estes últimos internamente. Não havia, nem teria podido haver, no Partido Comunista Polonês, base política semelhante para uma rede pilsudskista. Os socialistas de esquerda, que se reencontraram depois de 1918 nas fileiras e na direção do Partido Comunista Polonês, tinham em seu ativo mais de dez anos de luta encarniçada contra Pilsudski. Quanto aos antigos luxemburguistas, é supérfluo mesmo falar deles... E todavia, mesmo na esquerda patriota moderada, a força das redes pilsudskistas se mostrou rela-

tivamente fraca; êstes partidos superaram bastante rapidamente a confusão e as cisões provocadas em sus fileiras por êstes "agentes". Sômente o Partido Comunista Polonês, a se crer nas acusações stalinistas, teria ficado completamente dominado pelos agentes pilsudskistas! E de braços cruzados, quando foi necessário — em 1938 — para refutar invenções tão grotescas... É verdade que nos anos da década de 30, o Partido Comunista Polonês tinha particularmente sofrido provocações policiais. A baixa geral do nível ideológico do conjunto dos militantes, a intensidade das lutas fracionais e a política ultra-revolucionária dos anos de 1929-1935, tudo isto tinha facilitado até um certo ponto a penetração no seio do partido de agentes da polícia política. Seria surpreendente, de resto, que esta polícia não tivesse tido seu ou seus agentes, mesmo nas instâncias dirigentes do partido, do mesmo modo que a Okrana tzarista tinha tido seus Azef e seus Malinovski (16) em quase tôdas as organizações russas clandestinas. Todavia, jamais teria vindo à cabeça de alguém a idéia de dissolver, por esta razão, o Partido bolchevique ou o dos Socialistas-Revolucionários! A experiência demonstrou que a provocação stalinista foi mais perigosa para o Partido Comunista Polonês que tôdas as provocações da polícia política polonesa.

PERGUNTA: Quais são, pois, os motivos, segundo sua opinião, que impellram Stálin, quando êle ordenou a dissolução do Partido Comunista Polonês? Entre os velhos militantes do Partido a opinião que prevalece é que Stálin, então, preparava já o terreno para o acôrdo que devia concluir com Hitler em 1939 e que êle liquidou o Partido Comunista Polonês e condenou seus dirigentes à morte porque temia da parte dêles uma ação dirigida contra êste acôrdo.

RESPOSTA: Êste motivo, sem dúvida, desempenhou um certo papel na decisão de Stálin, mas não o explica, todavia, completamente. Warski e Kostrzewa, depois de anos afastados do mundo e de todo o contato com a Polônia, não estavam mais em condições de opôr a menor resistência a Stálin, mesmo se êles o tivessem desejado. Quanto a Lenski e Henrykowski, estou convencido que teriam ficado fiéis a Stálin, mesmo em uma situação tão critica para o comunismo polonês como a de agôsto e setembro de 1939, da mesma forma que lhe ficaram fiéis então os dirigentes do partido francês, sem falar dos dirigentes alemães e outros. Mas, estamos remoendo hipóteses. Parece-me impossível explicar êste ato de Stálin unicamente por qualquer cálculo "a frio". Creio antes que havia em Stálin impulsos irracionais do mesmo modo que "racionais", e que, além dêstes cálculos cínicos, êle era o joguete de velhos rancores e de antigas fobias, decuplicadas por esta mania exacerbada de perseguição da qual sofria no período dos grandes processos de Moscou e seus ajustamentos de contas definitivos com a velha guarda leninista. Prêso a êste estado psíquico, Stálin viu diante de si, no Partido Comunista Polonês, esta fortaleza do luxemburguismo que êle odiava — esta variedade polonesa do trotskysmo — de onde, desde 1923, um desafio lhe tinha sido lançado; êste partido cujos dirigentes, por sua vez, alguns se tinham aproximado de Bukárin e outros de Zinoviev; êste partido de heresias definitivamente incuráveis, cioso de suas tradições e de seu heroísmo; êste partido — enfim — que, em uma certa conjuntura internacional, poder-se-ia transformar num obstáculo... Resolveu, pois, eliminar êste obstáculo por meio da mesma guilhotina, posta a funcionar febrilmente, que já tinha liquidado tôda uma geração de bolcheviks.

O historiador, entretanto, não poderia deduzir a história do Partido Comunista Polonês segundo a narrativa de sua destruição. O epílogo representa, de um certo modo, o capítulo mais importante desta história. O destino "póstumo"

do Partido Comunista Polonês ficará na história como a prova mais espetacular de sua grandeza. Dizimados, oprimidos, desorientados e ultrajados, os velhos quadros do partido continuaram todavia a constituir a vanguarda das forças revolucionárias da Polônia. Foram eles precisamente, nestas condições internacionais particulares que, no fim da segunda guerra mundial, favoreceram a revolução social na Polônia, que fizeram esta revolução. Os sobreviventes do Partido Comunista Polonês apareceram como os executores do grande testamento de seu partido, se bem que eles tenham tido que executá-los em condições e com a ajuda de métodos com os quais os filósofos não teriam ousado sonhar. Mais ainda, perto de vinte anos depois da condenação à morte do Partido Comunista Polonês, seu espírito — e se você quiser — algo de sua velha tradição luxemburguista se manifestaram em outubro de 1956. Nada se perde na natureza.

Também, não somente o historiador como todo militante marxista deve tirar certas conclusões da história trágica do Partido Comunista Polonês. No que me diz respeito, contentar-me-ei, no momento, de tirar uma só, das mais gerais.

Se a história do Partido Comunista Polonês, como também a história da Polônia em geral, nos provam qualquer coisa, é que existe um *laço indissolúvel entre a revolução polonesa e a revolução russa*. Elas o provam tanto de maneira *negativa* como de maneira *positiva*. Por haver tentado se colocar através da revolução internacional que tinha começado na Rússia — tentativa efetuada em 1918-1920 — a Polônia teve um pesado tributo a pagar: vinte anos de estagnação, de retardamento econômico, de estreiteza provinciana, de uma vida social anacrônica e, enfim, a catástrofe de 1939. Por outro lado, a revolução, isolada na Rússia atrasada, — isolada com o concurso, entre outras, de todas as forças anti-comunistas da Polónia — foi submetida a processos de deformação que não pesaram somente sobre a vida dos povos soviéticos, mas se voltaram também contra a Polónia. Eles já se tinham vingado dela. Eles se vingaram dela a seguir não somente deformando o movimento operário na Polónia como também condenando o movimento revolucionário à esterilidade e à impotência. Eles se vingaram dela em 1939. Quando em seguida, apesar das deformações, a revolução russa mostrou que estava, não obstante, suficientemente vivaz e dinâmica para, no dia seguinte da segunda guerra mundial, estimular novos processos revolucionários na Europa e na Ásia. A Polónia se apropriou uma vez mais tanto das sombras da revolução russa como de suas luzes e tanto da bênção e do progresso que representava a mudança radical nas relações sociais como da maldição do terror burocrático e do culto stalinista. A Polónia teve um pesado resgate a pagar pelo "milagre sobre o Vístula" (17) de 1920, do qual ela se tinha glorificado durante vinte anos! Tendo desprezado a revolução russa na época heróica, ela teve que dobrar o joelho diante desta mesma revolução em sua fase de "degenerescência". Tendo desdenhado Lênin e o internacionalismo leninista, ela teve que se prostrar diante de Stálin e do chauvinismo grã-russo! E somente quando a União Soviética começou a despertar do pesadelo stalinista foi que a Polónia pôde, menos abatida por este culto, se desembaraçar tanto mais depressa como mais audaciosamente, e estimular, por essa mesma razão, os processos de restabelecimento sobrevivendo nos países socialistas. Somente na medida em que a revolução russa — e as outras revoluções ao mesmo tempo que ela — continuar a sair dos desvios nos quais a história a tinha comprometido, voltar sobre o grande caminho da democracia socialista, somente nesta medida é que se esclarecerão e se abrirão definitivamente as perspectivas oferecidas à Polónia Popular, do mesmo modo que a outros países tendentes ao socialismo.

Uma vez mais a história nos demonstra a cada passo e *ad oculos*, a indissolubilidade dos laços existentes entre a revolução polonesa e a revolução russa, ou antes, entre esta primeira e o processo revolucionário internacional que abrange já uma parte da Europa e os imensos territórios da Ásia. Foi somente depois que a história demonstrou tantas vezes este laço indissolúvel de maneira negativa — infringindo à Polônia as mais cruéis lições — é que ela veio, sem dúvida, *começar* a demonstrar de maneira positiva, a única forma que seria eficaz. A história, para o povo polonês, nunca foi, até o momento presente, um pedagogo avisado e compreensivo. As lições de internacionalismo que ela ensaiou inculcar nas massas polonesas foram singularmente complicados, mal “concebidas” e ineficazes. Durante quase cada uma destas “lições” ela se enfurecia contra a independência e a dignidade nacional da Polônia e, em primeiro lugar, contra a dignidade e a independência de seu movimento revolucionário. Que havia de surpreendente se o “aluno” não se mostrava muito receptível e se ele procurava, contra este singular professor, um refúgio nas matas densas dos mitos nacionais e das lendas “independentistas”? As massas polonesas compreenderão uma vez por todas que os laços que uniram seu destino ao da revolução russa e ao das outras revoluções é indissolúvel no dia em que elas se refizerem dos golpes e dos traumatismos recebidos no passado e então sentirão que nada mais ameaça, daí por diante, nem sua independência nem sua dignidade nacional. Os marxistas, todavia, devem, defendendo seus direitos nacionais, saber colocar-se acima dos golpes, dos choques e dos “complexos” ressentidos pelas massas: eles devem, *desde já*, se penetrar da consciência da comunidade indissolúvel do destino entre a Polônia Popular e o dos outros países que marcham para o socialismo. Os marxistas não têm o direito de se alimentarem nem de nutrir os outros com um alimento intelectual feito de velhos mitos requentados e lendas “independentistas”. *O socialismo não visa à perpetuação do Estado nacional, mas à sociedade internacional.* Ele se baseia não sobre o egotismo e a suficiência nacional, mas sobre a divisão do trabalho e a cooperação internacional. Esta verdade, quase esquecida, pertence ao A.B.C. do marxismo.

Você me dirá, sem dúvida, que está aí uma nova edição do luxemburguismo, ligeiramente corrigida e adaptada às necessidade de 1958, talvez? Você me dirá que está aí uma nova versão da teoria da “incorporação orgânica”? (18). Pode ser, mas desta vez é uma questão da “integração orgânica” da Polônia no socialismo internacional e não no império russo.

ISAAC DEUTSCHER

(1) — Conta-se que numa das sessões do Comitê Central, logo depois de outubro, quando Gomulka expunha a questão da dissolução do Partido Comunista Polonês e das colônias lançadas contra seus dirigentes, perguntaram-lhe se ele mesmo, naquela época, isto é, em 1938, a elas tinha dado crédito. Gomulka respondeu que não. Por que não protestara então? lhe perguntaram. — Mas se Lênin tivesse vivido na Polónia, teria certamente protestado em tais circunstâncias. — Inclinem-nos diante da sinceridade e da modéstia de Gomulka. Entretanto, não era preciso ser o Lênin para ousar protestar. Conheci modestos trabalhadores, sem nenhuma ambição de dirigentes, que compreenderam que o seu dever era protestar e assim o fizeram.

(2) — A S.D.K.P. i. L. (Social Democracia do reino da Polónia e da Lituânia) se constituiu em 1893 como partido social democrata polonês ao qual se juntaaram em 1900 os social-democratas lituanos. Este partido foi dirigido desde o início por Julian Marchlewski, Leo Fogelhes-Tyszka e Rosa Luxemburgo. O P.P.S. Lewica (Partido Socialista Polonês de Esquerda) se constituiu em novembro de 1906 depois de uma cisão no seio do Partido Socialista Polonês, como consequência da luta dos elementos operários e revolucionários do partido, iniciada durante a revolução de 1905, contra a direção reformista, terrorista e nacional de Pilsudski.

(3) — É curioso que os “dissidentes”, e sobretudo Dzierzynski e Badek tenham feito a Rosa Luxemburgo quase que as mesmas críticas que esta fizera a Lênin por ocasião da cisão do movi-

mento russo em Bolcheviks e Mencheviks. Eles a acusavam, com efeito, de aplicar em seu partido o ultra-centralismo, de al fazer reinar uma disciplina excessiva, etc. De fato, o partido de Rosa Luxemburgo era dirigido de maneira bem semelhante à maneira pela qual Lênin dirigia o partido bolchevik. Isto se devia essencialmente ao fato de agirem os dois partidos na clandestinidade.

(4) — O "Bund" — partido socialista judeu — tinha uma atitude intermediária entre o reformismo socialista e o comunismo.

(5) — Julien Marchlewski, um dos mais próximos amigos de Rosa Luxemburgo, eminente publicista e teórico marxista, desempenhou um papel importante na esquerda do socialismo alemão e no movimento polonês. Depois da Revolução de Outubro, ele permaneceu na Rússia.

(6) — Feliks Kon, um dos veteranos do socialismo patriótico polonês, deportado várias vezes para a Sibéria, foi um dos fundadores do Partido Comunista Polonês e, com Marchlewski e Dzierzynski, membro do "Governo provisório comunista" constituído durante a marcha do Exército Vermelho sobre Varsóvia. Lapsinski pertencia ao mesmo grupo que Feliks Kon e desempenhou nos anos da década 20 um papel eminente no Komintern.

(7) — Na França foram então afastados da direção do Partido Comunista: Monatte, Rosmer e Suvarine.

(8) — O Partido Comunista Polonês foi posto na ilegalidade nos princípios de 1919, algumas semanas apenas depois da proclamação da independência da Polónia. Continuou ilegal sem interrupção até 1944-1945.

(9) — Treint foi então eliminado da direção do Partido Comunista Francês, do qual era Secretário Geral.

(10) — Eu tinha escrito, pouco antes da guerra, um grande trabalho original sobre a história do movimento operário e das lutas de classe na Polónia; infelizmente o manuscrito foi perdido.

(11) — O general Joseph Haller, comandando os destacamentos poloneses na França durante a primeira guerra mundial, era o "herói" da extrema-direita polonesa que o apresentava como o opositor a Pilsudski nos anos da década de 1920; ele passou, durante um certo tempo, como sendo um candidato à ditadura.

(12) — O leitor ocidental perceberá facilmente a analogia existente entre este comportamento dos comunistas e dos socialistas poloneses e as ilusões de que, em uma certa época, Proudhon, por exemplo, se tinha alimentado quanto às pessoas de Napoleão III ou Lassalle em relação a Bismarck. Os marxistas poloneses, entretanto — e sobretudo os discípulos de Rosa Luxemburgo — tinham adotado uma atitude bastante crítica em relação às tradições e aos métodos do proudhonismo e do lassallismo.

(13) — Robotnik era o órgão central do Partido Socialista Polonês.

(+) — Cf. infra nota 15.

(14) — Estas milícias deviam, de resto, pouco depois, romper com o Partido Socialista e passar ao serviço de Pilsudski.

(15) — Difícil de traduzir, o termo polonês empregado pelo autor tem numerosas ressonâncias históricas: evoca ao mesmo tempo a tradição insurreccional da Polónia, seu velho anti-russianismo, um certo "messianismo" patriótico de estilo romântico, e em geral o que se poderia chamar de egocentrismo da vida polonesa (N.D.T.).

(16) — Azeff, célebre agente provocador, dirigia a organização terrorista do Partido Socialista-Revolucionário Russo, enquanto que Malinovski, amigo de Lênin, deputado da Duma, membro influente do Comité Central bolchevik, foi desmascarado a seguir como provocador.

(17) — Chamava-se "milagre sobre o Vistula" na Polónia, a batalha de Varsóvia, durante a qual os exércitos de Pilsudski inflingiram uma derrota ao exército soviético. O general Weygand era, por ocasião desta batalha, o conselheiro de Pilsudski.

(18) — Na sua teoria de "incorporação orgânica", que Rosa Luxemburgo formulou em sua tese de doutorado, ela afirmava que os laços "orgânicos" económicos unindo a Polónia à Rússia faziam com que a luta pela independência da Polónia fôsse sem esperança (porque a burguesia polonesa e o proletariado não tinham nela nem um interesse) e mesmo, em um certo sentido, reacionária. Esta concepção constituía a base teórica da prática política polonesa do "luxemburguismo" e foi, durante dezenas de anos, atacada por seus adversários.

ÍNDICE:

— As Razões e a Missão do " <i>Movimento Socialista</i> "	1
— Notas e Comentários	5
— AGRIPINO SOARES THOMAZ — Verso e Reverso do Desenvolvimento	11
— L. VIDAL — A Revolução Brasileira	34
— EURICO MENDES — Marxismo ou Apologética Nacionalista	38
— MARCOS FERREIRA — Algumas Observações sobre a situação em São Paulo	55
— Livros e Revistas	60
— ROSA LUXEMBURG — Estancamentos e Progressos da Doutrina	63
— ISAAC DEUTSCHER — A Tragédia do Comunismo Polonês entre as Duas Guerras	67